



Tribunal Regional Eleitoral  
de Goiás

RELATÓRIO de **GESTÃO**

2018

TRE/GO





Tribunal Regional Eleitoral  
de Goiás

RELATÓRIO de **GESTÃO**

2018

TRE/GO





**Tribunal Regional Eleitoral**  
de Goiás

**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Superior Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de Goiás**

**Relatório de Gestão**  
**2018**

Relatório de Gestão do exercício de 2018, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicional está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, e elaborado de acordo com as disposições das Instruções Normativas – TCU nos 63/2010 e 72/2013, das Decisões Normativas do Tribunal de Contas da União – TCU nos 170 e 172/2018, assim como da Portaria TCU nº 369/2018.

**Diretoria-Geral**

Goiânia, abril de 2019

## Tribunal Regional Eleitoral de Goiás

www.tre-go.jus.br

### Composição do Tribunal Pleno

<b>Presidente</b>	Des. Carlos Escher
<b>Vice-Presidente e Corregedor Regional eleitoral</b>	Des. Zacarias Neves Coêlho
<b>Desembargadores Substitutos</b>	Des. Leobino Valente Chaves - Substituto Des. Geraldo Leandro Santana Crispim - Substituto
<b>Juízes Federais</b>	Jesus Crisóstomo de Almeida Juliano Taveira Bernardes - Substituto
<b>Juízes de Direito</b>	Rodrigo de Silveira Átila Naves Amaral - Substituto José Proto de Oliveira - Substituto
<b>Juristas</b>	Luciano Mtanios Hanna Vicente Lopes da Rocha Júnior Ovídio Martins de Araújo - Substituto
<b>Procuradores Regionais Eleitorais</b>	Alexandre Moreira Tavares dos Santos Raphael Perissé Rodrigues Barbosa - Substituto
<b>Ouvidor Regional Eleitoral</b>	Vicente Lopes da Rocha Júnior

### Estrutura Administrativa

<b>Diretor-Geral</b>	Wilson Gamboge Júnior
<b>Secretário Judiciário</b>	Leonardo Sapiência Santos
<b>Secretária de Administração e Orçamento</b>	Cristina Tokarski Persijn
<b>Secretário de Gestão de Pessoas</b>	Adenir José de Sousa
<b>Secretário de Tecnologia da Informação</b>	Dory Gonzaga Rodrigues
<b>Organização</b>	Assessoria de Apoio à Governança e Gestão Estratégica (AAGGE)
<b>Arte e diagramação</b>	Assessoria de Imprensa e Comunicação Social (ASICS)

2019



# LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AAGGE - Assessoria de Apoio à Governança e Gestão Estratégica	PCGATI - Política Corporativa de Gestão de Ativos de Tecnologia de Informação
AGPRI - Assistência de Gestão de Processos e Riscos	PDG - Programa de desenvolvimento gerencial
ASEPA - Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias	PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
ASICS - Assessoria de Imprensa e Comunicação Social	PETI - Planejamento Estratégico da Tecnologia da Informação
ASVPC - Assessoria da Vice-Presidência e Corregedoria	PGD - Política de Gestão de Dados
BU - Boletim de Urna	PO - Plano orçamentário
CAUD - Coordenadoria de Auditoria Interna	PJe - Processo Judicial Eletrônico
CBAQ - Coordenadoria de Bens e Aquisições	PRES - Presidência
CEDE - Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento	PC - Prestação de Contas
CGTIC - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação	RCand - Registro de Candidatura
CGU - Controladoria Geral da União	Rp - Representação
CNJ - Conselho Nacional de Justiça	RP - Restos a pagar
COAD - Coordenadoria Administrativa	SADP - Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos
COPS - Coordenadoria de Pessoal	SADP Web - Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos Web
CRPE - Coordenadoria de Registro de Dados Processuais e Partidários, Protocolo e Expedição	SAO - Secretaria de Administração e Orçamento
CSEL - Coordenadoria de Sistemas Eleitorais	SEDAP - Seção de Direitos, Averbações e Previdência
DFT - Dimensionamento da Força de Trabalho	SGP - Secretaria de Gestão de Pessoas
DG - Diretoria-Geral	SGQ - Sistema de Gestão da Qualidade
DJe - Diário da Justiça Eletrônico	SGRH - Sistema de Gestão de Recursos Humanos
DISC - Ferramenta para análise do perfil comportamental do servidor	SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
EAD - Ensino a distância	SIC - Sistema de Informações de Custos do Governo Federal
EC - Emenda Constitucional	SIGEC - Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos
EJE - Escola Judiciária Eleitoral	SJD - Secretaria Judiciária
ELO - Sistema de cadastramento e recadastramento de eleitores	STI - Secretaria de Tecnologia da Informação
GAJ - Gratificação judiciária	STN - Secretaria do Tesouro Nacional
Gescomp - Gestão de competências	TI - Tecnologia da Informação
GND - Grupo de Natureza da Despesa	TJ/GO - Tribunal de Justiça de Goiás
GSE - Gestão de Serviços Extraordinários	TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação
iGovPessoas - Índice de Governança e Gestão de Pessoas	TRE/GO - Tribunal Regional Eleitoral de Goiás
IT - Instrução de Trabalho	TSE - Tribunal Superior Eleitoral
JE/GO - Justiça Eleitoral de Goiás	UE - Urna Eletrônica
LAI - Lei de Acesso à Informação	UGR - Unidade Gestora Responsável
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias	VB - Vencimento básico
LOA - Lei Orçamentária Anual	VPCRE - Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral
LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal	
MPOG - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil	
OEA - Organização dos Estados Americanos	
OP - Procedimentos operacionais	
OVG - Organização das Voluntárias de Goiás	
PAD - Processo Administrativo Digital	

# LISTA DE TABELAS QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Figura 01: Missão, Visão, Valores e Política Da Qualidade

Figura 02: Organograma

Figura 03: Modelo de Negócios

Figura 04: Estratégias do Poder Judiciário e a da Justiça Eleitoral

Figura 05: Ciclo de Planejamento Estratégico do TRE/GO

Figura 06: Mapa estratégico

Figura 07: Plano de Eleições 2018

Figura 08: Comparativo Eleições 2014/2018

Figura 09: Modelo de Governança

Figura 10: Organograma da Coordenadoria de Auditoria Interna

Figura 11: Perfil da Coordenadoria de Auditoria Interna

Figura 12: Recomendações para a área auditada

Figura 13: Recomendações cumpridas pelas área auditada

Figura 14: Canais de Comunicação do TRE/GO

Figura 15: Canais de Comunicação da Ouvidoria

Figura 16: Gráfico estatístico Ouvidoria por canal de comunicação e tipo de manifestação

Figura 17: Gráfico estatístico Ouvidoria – Assunto por tipo de manifestação

Figura 18: Gráfico estatístico Ouvidoria – Quantidade de manifestações por assunto

Figura 19: Atendimentos por telefone

Figura 20: Índice de Satisfação do Cliente Externo

Figura 21: Disponibilidade dos Serviços Essenciais ao Cidadão

Figura 22: Processo Decisório da Gestão de Riscos

Figura 23: Matriz de Risco

Figura 24: Exemplo principais riscos

Figura 25: Objetivos Estratégicos TRE/GO

Figura 26: Processos Certificados do TRE/GO

Figura 27: Índice do desempenho dos processos de eleição

Figura 28: Evolução do eleitorado

Figura 29: Quantidade de seções

Figura 30: Locais de votação

Figura 31: Orçamentos liquidados

Figura 32: Suporte operacional/pessoas

Figura 33: Mesários voluntários

Figura 34: Representações eleitorais

Figura 35: Registros de candidatura

Figura 36: Disponibilidade dos serviços essenciais ao cidadão

Figura 37: Resultados esperados – Implementação do Cartório Modelo

Figura 38: Representação por classe do risco

Figura 39: Resumo dos Processos com Análise de Riscos

Figura 40: Índice de participação nos projetos de cidadania

Figura 41: Quantidade mesários voluntários Eleições 2018

Figura 42: Pesquisa de satisfação - palavras-chave

Figura 43: Campanhas mídias sociais

Figura 44: Alcance das publicações – facebook

Figura 45: Alcance das publicações – twitter

Figura 46: Resposta a contatos dirigidos à Ouvidoria

Figura 47: Notícias de infrações eleitorais por maiores municípios

Figura 48: Notícias de infrações eleitorais

Figura 49: Números "Corrida do TRE/GO pela Democracia"

Figura 50: Fotos "Corrida do TRE/GO pela Democracia"

Figura 51: Perfil do gasto - serviços

Figura 52: Perfil do gasto – investimentos

Figura 53: Gastos despesas correntes e investimentos

Figura 54: Inscrições em restos a pagar

Figura 55: Objetivos estratégicos da SGP

Figura 56: Cadeia de valor da SGP

Figura 57: Evolução anual do indicador iGovPessoas

Figura 58: Gasto com estagiários

Figura 59: Alocação de pessoal para Eleições 2018

Figura 60: Maiores desafios em gestão de pessoas

Figura 61: Ferramentas de gestão de pessoas

Figura 62: Legislação aplicada

Figura 63: Recomendações oriundas de procedimentos de auditoria interna

Figura 64: Força de trabalho por gênero

Figura 65: Servidores com deficiência

Figura 66: Etnia/raça dos servidores

Figura 67: Faixa etária dos servidores

Figura 68: Lotação efetiva por área

Figura 69: Recrutamento x Alocação de pessoas

Figura 70: Evolução dos gastos com pessoal

Figura 71: Quantitativo inativos e pensionistas

Figura 72: Estágio probatório, progressão e promoção funcional

Figura 73: Servidores em estágio probatório

Figura 74: Cargos em comissão

Figura 75: Funções gratificadas

Figura 76: Quantitativo de servidores capacitados



# LISTA DE TABELAS QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Figura 77: Execução orçamentária na capacitação de Gestão de Pessoas

Figura 78: Treinamento de mesários

Figura 79: Gastos das contratações por finalidade

Figura 80: Gastos das contratações – Funcionamento administrativo

Figura 81: Contratações mais relevantes

Figura 82: Figura 82: Comparativo: Contratações diretas com o total

Figura 83: Contratações diretas por tipo

Figura 84: Desafios da gestão de licitações e contratos

Figura 85: Ações futuras da gestão de licitações e contratos

Figura 86: Despesas anuais acima de R\$ 100.000,00

Figura 87: Investimentos em 2018

Figura 88: Distribuição dos Recursos por Atividade

Figura 89: Resumo da ocupação imobiliária da JE em Goiás

Figura 90: Quilômetros percorridos

Figura 91: Principais usuários da frota oficial/chamados atendidos em 2018

Figura 92: Recursos financeiros aplicados em TI

Figura 93: Contratações mais relevantes de recursos de TI

Figura 94: Gastos de TI por natureza de despesa

Figura 95: Fluxo do processo de infraestrutura imobiliária

Figura 96: Itens de custo

Figura 97: Atividades/serviços

Figura 98: Custos de atendimento ao público X funcionamento das Secretarias

Figura 99: Custos por Subgrupos

Figura 100: Consumo de copos descartáveis

Figura 101: Consumo anual de energia

Figura 102: Consumo anual de água

Figura 103: Consumo anual de papel

## **Lista de Tabelas**

Tabela 01: Principais objetivos estratégicos finalísticos

Tabela 02: Cumprimento do Plano Anual de Auditoria e Fiscalização – 2018

Tabela 03: Auditorias realizadas no exercício de 2018 com suas principais recomendações e os seus respectivos resultados alcançados por Cadeia de Valor do TRE/GO

Tabela 04: Resumo Geral das Inspeções e Correições

Tabela 05: Mapeamento dos processos de trabalho da Cadeia de Valor

Tabela 06: Descrição da Cadeia de Valor – Processo Eleitoral

Tabela 07: Metas alcançadas e futuras – Certificação de processos

Tabela 08: Eleições suplementares em Goiás

Tabela 09: Desempenho da urna eletrônica

Tabela 10: Atividades previstas do Projeto Cartório Modelo

Tabela 11: Descrição da Cadeia de Valor – Relação Institucional com a sociedade

Tabela 12: Descrição da Cadeia de Valor – Prestação Jurisdicional de 1o e 2o Grau

Tabela 13: Gastos despesas correntes e investimentos

Tabela 14: Despesas por percentual de aderência e análise

Tabela 15: Tipologia dos cargos/situação funcional

Tabela 16: Servidores por cargo e área

Tabela 17: Quantidade de servidores por classe/padrão

Tabela 18: Principais iniciativas e resultados

Tabela 19: Balanço Orçamentário

Tabela 20: Balanço Patrimonial

Tabela 21: Demonstração das Variações Patrimoniais

Tabela 22: Demonstração do Fluxo de Caixa

Tabela 23: Balanço Financeiro

Tabela 24: Vida útil e valor residual

Tabela 25: Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Tabela 26: Detalhamento da gestão de riscos

Tabela 27: Perdas orçamentárias

Tabela 28: Despesas por maiores objetos de contratação - custeio e investimento

Tabela 29: Despesas 2018

Tabela 30: Despesas 2017

Tabela 31: Despesas 2016

Tabela 32: Aderência dezembro/2018

# LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

- Detalhamento da gestão de riscos
- Perdas orçamentárias
- Despesas por maiores objetos de contratação - custeio e investimento
- Despesas 2018
- Despesas 2017
- Despesas 2016
- Aderência dezembro/2018
- Declaração de integridade



# SUMÁRIO

<b>MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO</b> .....	<b>13</b>
<b>1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO</b> .....	<b>15</b>
Missão, visão, valores e política da qualidade .....	<b>16</b>
Estrutura organizacional .....	<b>17</b>
Ambiente externo .....	<b>18</b>
Modelo de negócios .....	<b>18</b>
<b>2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA</b> .....	<b>21</b>
Principais objetivos estratégicos.....	<b>22</b>
Descrição das estruturas de governança .....	<b>29</b>
Principais canais de comunicação do TRE/GO.....	<b>40</b>
<b>3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS</b> .....	<b>47</b>
Medidas específicas de gerenciamento dos riscos .....	<b>49</b>
Principais riscos aos objetivos estratégicos .....	<b>51</b>
<b>4. RESULTADOS DA GESTÃO</b> .....	<b>53</b>
Declaração do Diretor-Geral .....	<b>54</b>
Cadeia de Valor - Processo Eleitoral Objetivos Estratégicos   Prioridades Estabelecidas   Principais Iniciativas/Ações   Perspectiva para os próximos exercícios .....	<b>57</b>
Cadeia de Valor - Relação Institucional com a sociedade Objetivos Estratégicos   Prioridades Estabelecidas   Principais Iniciativas/Ações   Perspectiva para os próximos exercícios .....	<b>71</b>
Cadeia de Valor - Prestação Jurisdicional de 1º e 2º Grau Objetivos Estratégicos   Prioridades Estabelecidas   Principais Iniciativas/Ações   Perspectiva para os próximos exercícios .....	<b>82</b>

# SUMÁRIO

<b>5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO</b> .....	<b>93</b>
Gestão orçamentária e financeira .....	<b>94</b>
Gestão de pessoas .....	<b>102</b>
Gestão de licitações e contratos .....	<b>118</b>
Gestão patrimonial e infraestrutura .....	<b>124</b>
Gestão da tecnologia da informação .....	<b>132</b>
Gestão de custos .....	<b>139</b>
Sustentabilidade ambiental .....	<b>146</b>
<b>6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b> .....	<b>153</b>
Declaração do contador .....	<b>154</b>
Demonstrações contábeis .....	<b>155</b>
Notas explicativas .....	<b>160</b>
<b>7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES</b> .....	<b>163</b>
Tratamento de determinações e recomendações do TCU .....	<b>164</b>
<b>8. ANEXOS E APÊNDICES</b> .....	<b>167</b>
Declaração de integridade .....	<b>168</b>



# MENSAGEM DO PRESIDENTE

## Desembargador Carlos Escher



O presente Relatório de Gestão tem por objeto a consolidação e apresentação dos dados relativos ao exercício contábil, orçamentário e financeiro de 2018 do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, e, conseqüente, demonstração dos resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos e às prioridades da gestão, sobretudo, em consonância com a missão institucional de garantir a legitimidade do processo eleitoral.

Ao longo do texto foram apresentadas as principais ações, alinhadas às estratégias nacionais do TSE e CNJ, visando o aprimoramento e a busca de excelência na gestão do Processo Eleitoral, a fim de fortalecer a credibilidade desta Justiça Especializada. Nesse contexto, relevantes esforços foram empreendidos para a realização com bom êxito das Eleições Gerais de 2018.

Ademais, ressalta-se que também foram registradas as principais dificuldades avistadas para o alcance dos objetivos traçados por este órgão, no exercício em referência, os intentos em cada área da gestão e os desafios e perspectivas.

Desse modo, seguem no presente documento, de acordo com os itens enumerados no sumário, os dados essenciais, concernentes às realizações deste Regional para o cumprimento do Planejamento Estratégico 2016/2021, metas e objetivos estabelecidos para 2018, com observância dos princípios da Administração Pública e aplicação responsável dos recursos orçamentários disponíveis visando à obtenção dos eficientes resultados adiante delineados.

Aludido documento foi elaborado de acordo com as disposições das Instruções Normativas – TCU nºs 63/2010 e 72/2013, das Decisões Normativas do Tribunal de Contas da União – TCU nos 170 e 172/2018, assim como da Portaria TCU nº 369/2018.

Observou-se também a ordem das informações contidas no sistema e-Contas, nos itens do Anexo II da DN nº 170/2018 - Estrutura Geral do Relatório de Gestão - e Anexo Único da Portaria nº 369/2018, e, ainda, as orientações contidas nos documentos intitulados A Estrutura Internacional para Relato Integrado e Relatório de Gestão na Forma de Relato Integrado – Evolução da Prestação de Contas - TCU.

Com essas considerações, e após a devida consolidação, apresento o Relatório de Gestão do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, exercício 2018.

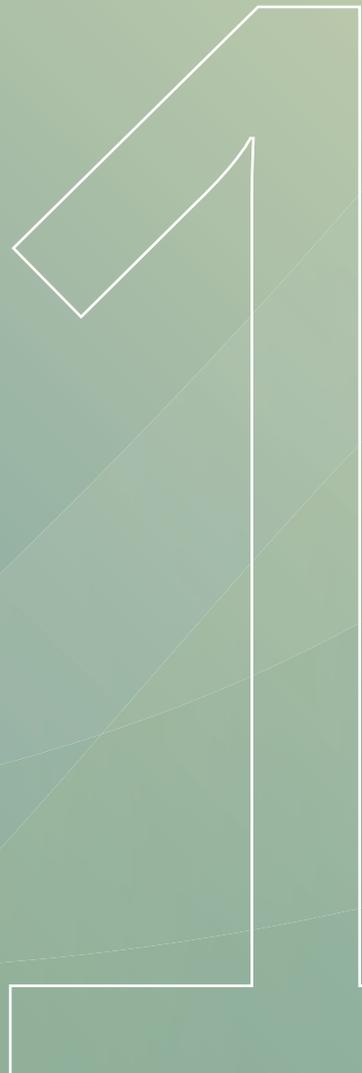
Goiânia, abril de 2019.

---

Desembargador **Carlos Escher**  
Presidente.



# Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS**, com fulcro no art. 92, inciso V, da **Constituição da República Federativa do Brasil**, e no exercício que lhe é atribuído pelo art. 96, inciso I, alínea *a*, do mesmo diploma legal e pelos artigos 29 e 30 da Lei nº 4.737, de 15/7/1965 (**Código Eleitoral**), é um Órgão do Poder Judiciário (Administração Direta) e possui como missão institucional garantir a legitimidade do processo eleitoral.

A principal atividade do órgão é a prestação jurisdicional em matéria eleitoral aos cidadãos, aos candidatos a cargos eletivos e aos partidos políticos, por meio da atividade administrativa eleitoral, composta pela formação e manutenção do Cadastro Nacional de Eleitores; pela apreciação dos pedidos de registro de candidaturas; pelo acompanhamento e fiscalização da propaganda eleitoral e partidária; bem como pelas ações de preparação dos locais de votação, de recepção dos votos, de apuração das eleições, de análise das prestações de contas de partidos e candidatos e de proclamação dos eleitos e suas respectivas diplomações.

Cabe ainda orientar as Zonas Eleitorais do estado em suas atividades, as quais são responsáveis principalmente pela prestação jurisdicional de 1º Grau e pelos serviços de atendimento aos eleitores goianos, tais como alistamento, revisão, segunda via e transferência de títulos eleitorais.

## MISSÃO, VISÃO, VALORES E POLÍTICA DA QUALIDADE



### MISSÃO

Garantir a legitimidade do processo eleitoral.



### VISÃO

Ser modelo de excelência na gestão do processo eleitoral, fortalecendo a credibilidade da Justiça Eleitoral.



### VALORES

- Comprometimento
- Ética
- Transparência
- Inovação e modernidade
- Probidade
- Responsabilidade Socioambiental
- Integração
- Acessibilidade
- Celeridade
- Imparcialidade



### POLÍTICA DE QUALIDADE

Garantir a efetividade do exercício da soberania popular, por meio de serviços de qualidade, prestados de forma célere e eficaz, aprimorados pela melhoria e análise de riscos do processo eleitoral.

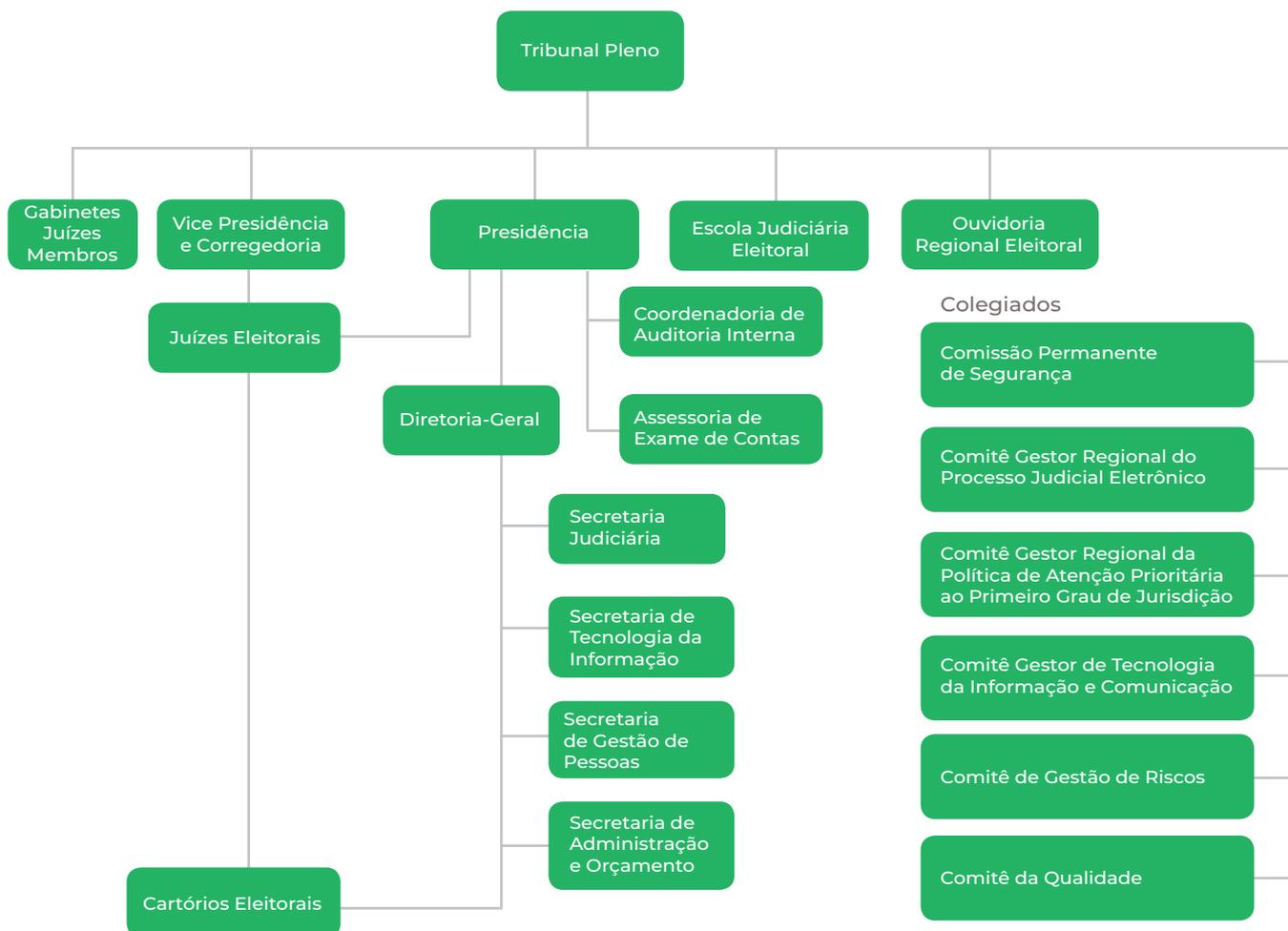
Figura 01: Missão, Visão, Valores e Política Da Qualidade



## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura orgânica do TRE/GO decorre das disposições constantes na Lei nº 8.868, de 14/04/1994, regulamentada pelo Tribunal Superior Eleitoral (Processo nº 14.331 – classe 10ª DF, de 10/05/1994), Lei nº 10.842, de 20/02/2004, e Lei nº 11.202, de 29/11/2005, e foi aprovada internamente pela **Resolução TRE/GO nº 95, de 21/06/2006**, homologada pelo Tribunal Superior Eleitoral, em decisão proferida em 12/07/2006 – publicada no Diário Oficial da União em 26 de julho de 2006. Alterações posteriores foram efetivadas com fulcro nas **Resoluções TSE nos 23.520, de 1º/06/2017**, e **23.539, de 7/12/2017**, e homologadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, em 23 de novembro de 2017, conforme consta do Processo Administrativo PJe nº 0604176-71.2017.6.00.0000.

Em 19/12/2017 foi publicada **Resolução TRE/GO nº 275/2017**, que dispõe sobre o Regulamento Interno da Secretaria e da Corregedoria do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás. Aludida norma atualizou a estrutura orgânica deste Tribunal.



**Figura 02: Organograma**

## AMBIENTE EXTERNO

O cenário vivenciado pela Justiça Eleitoral, especialmente quanto ao Novo Regime Fiscal imposto pela Emenda Constitucional nº 95/2016, e a impossibilidade de nomeação de novos servidores, representou impacto que exigiu reposicionamento rápido dos planos de ação para garantir a adequada prestação de serviços aos cidadãos.

Nesta mesma linha de impacto, o Processo Eleitoral sofreu um dos maiores ataques externos durante o Pleito 2018 (Eleições Gerais), com as chamadas *fake news* (informações ou notícias falsas), que constituíram uma das protagonistas da campanha eleitoral, pela capacidade de propagação nas redes sociais: Twitter, Instagram, Facebook e, principalmente, WhatsApp. Tais notícias deram vez e voz a militantes incautos e maliciosos que representaram um contingente gigantesco de soldados da desinformação.

Como resposta e seguindo alinhamento com o CNJ e TSE, que estabeleceram diretrizes de esclarecimento à sociedade, o TRE/GO realizou audiências públicas na capital e no interior com ampla divulgação, inclusive com transmissão ao vivo por rede social.

### OPORTUNIDADES

- Percepção positiva pelos eleitores no emprego da biometria no processo eleitoral
- Campanhas publicitárias nacionais avaliadas positivamente
- Campanha de esclarecimento sobre o destino dos votos brancos e nulos
- Reconhecimento pelos órgãos de controle da importância da ação da governança na Administração Pública Federal
- Interesse da mídia na divulgação das ações da Justiça Eleitoral
- Tendência dos órgãos em estabelecer acordos de colaboração entre si
- Incentivo no uso de boas práticas entre os órgãos do Poder Judiciário

### AMEAÇAS

- Pressão social pela redução dos gastos públicos
- Força de trabalho insuficiente
- Estrutura organizacional defasada
- Movimentação frequente de magistrados, especialmente durante o período eleitoral
- Dúvida dos eleitores quanto à atuação da Justiça Eleitoral após o exercício do voto, quanto à segurança das urnas e à transparência das eleições
- Nível de consciência política da sociedade
- Evasão de servidores
- Dotações orçamentárias com tendências restritivas
- Confusão entre a atuação da classe política e da Justiça Eleitoral
- Imagem negativa da prestação de serviços públicos em geral
- Constantes alterações legislativas

## MODELO DE NEGÓCIOS

A [Portaria PRES nº 792, de 10 de dezembro de 2014](#), instituiu a cadeia de valor do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, com arquitetura do seu negócio baseada em macroprocessos, os quais dividem-se em finalísticos, de governança e de apoio. Segue apresentação dos processos e produtos finalísticos.



**Modelo de negócios**

**NOSSOS CAPITAIS**

<b>516</b> servidores efetivos	<b>110</b> estagiários	<b>85,6 milhões</b> patrimônio líquido
<b>293</b> servidores cedidos/requisitados	<b>38</b> edifícios sede/cartórios	
<b>125</b> funcionários terceirizados	<b>Orçamento (2018)</b>	
<b>99</b> Juízes Eleitorais	R\$ 191,3 milhões (ordinário)	
	R\$ 20,9 milhões (pleito)	

**MISSÃO DO TRIBUNAL**

Garantir a legitimidade do processo eleitoral

**APLICADOS AOS NOSSOS PROCESSOS**



**RESULTADOS ALCANÇADOS - PRODUTOS**

<b>4.464.263</b> eleitores com cadastramento biométrico (100%)	<b>1</b> eleição ordinária (2/2 anos)	<b>106</b> candidatos diplomados
<b>1.228</b> candidaturas julgadas	<b>6</b> eleições suplementares	<b>35</b> partidos com registro no estado
<b>48.357</b> mesários convocados	<b>287.314</b> atendimentos ao público	<b>674.985</b> mil filiados partidários
<b>13.995</b> seções eleitorais	<b>Votos apurados e totalizados</b>	<b>9.962</b> sentenças de 1º Grau
<b>2.417</b> locais de votação	<b>4.453.034</b> (1º turno)	
	<b>4.454.429</b> (2º turno)	
	<b>1.256</b> contas julgadas	
	<b>2.386</b> acórdãos e decisões monocráticas	

**PARTES INTERESSADAS**

**SOCIEDADE**

- |                    |                           |
|--------------------|---------------------------|
| Eleitores          | Promotores eleitorais     |
| Partidos políticos | Órgãos de imprensa        |
| Candidatos         | Organismos internacionais |
| Advogados          | Órgãos de controle        |

**IMPACTOS EXTERNOS QUE AFETARAM A ATIVIDADE**

- Não comparecimento do eleitor (abstenção)
- Cortes orçamentários
- Fake News
- Não reposição da força de trabalho (Portaria 671/17 - TSE)

**Figura 03: Modelo de Negócios**



# Planejamento Estratégico e Governança



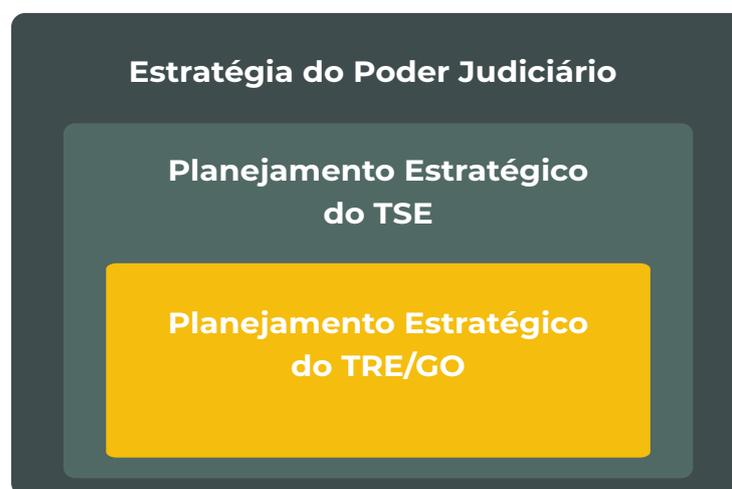
## PRINCIPAIS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O planejamento estratégico no contexto do setor público observa os princípios da legalidade e da eficiência, conforme disposto na Constituição Federal, em seu art. 37, *caput*, “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”.

O processo de Gestão Estratégica do Poder Judiciário é norteado a partir dos direcionadores do Conselho Nacional de Justiça, por meio da [Resolução nº 198/2014](#).

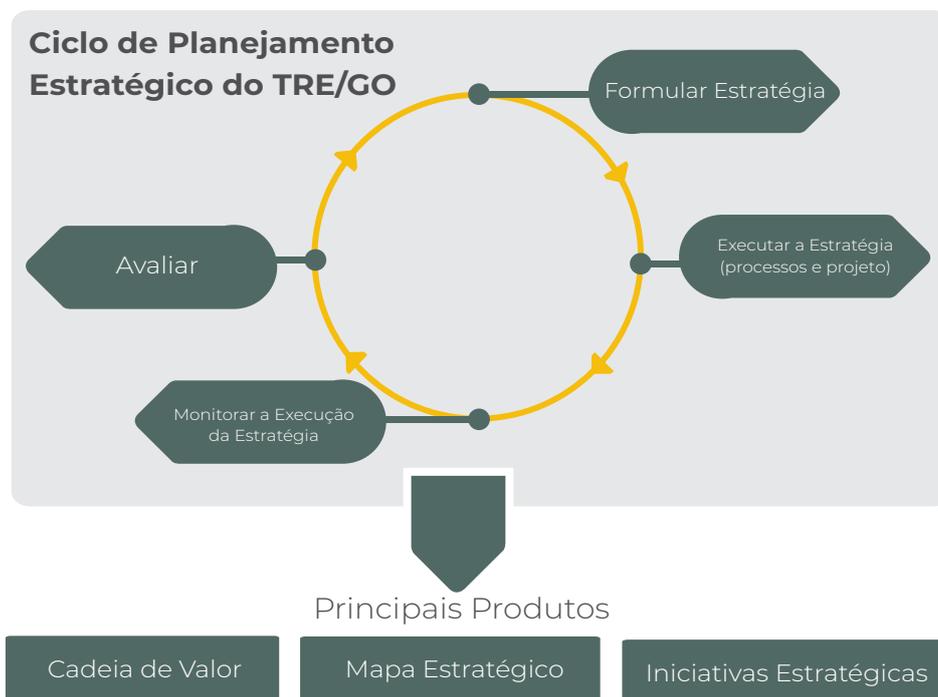
No segmento Justiça Eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral estabeleceu as diretrizes estratégicas para o período 2017–2020 por meio da [Resolução nº 23.543/2017](#).

Há um esforço contínuo para a promoção do alinhamento da estratégia do TRE/GO às estratégias do Poder Judiciário e da Justiça Eleitoral, de forma que cada um desses instrumentos gere insumos e produtos para o outro, conforme ilustrado na Figura 04:



**Figura 04: Estratégias do Poder Judiciário e da Justiça Eleitoral**

À luz das Estratégias Nacionais, o TRE/GO instituiu seu [Planejamento Estratégico Institucional de longo prazo para o período 2016–2021](#). Nele está estabelecido o modelo de mapeamento e formulação, tradução e monitoramento da estratégia, adotados pelo TRE/GO e formalizadas as prioridades estratégicas para o período. A partir das estratégias de longo prazo foi instituído o [Plano de Gestão 2018/2020](#), contendo as prioridades para o ciclo de 2 anos.



**Figura 05: Ciclo de Planejamento Estratégico do TRE/GO**

O macroprocesso da Governança, através do processo da Gestão Estratégica, tem como produto o Planejamento Estratégico do TRE/GO, representado na Figura 05. O Ciclo de Planejamento Estratégico do TRE/GO é formal, cíclico, com sua revisão nos anos não eleitorais, e gera como resultado produtos e subprodutos, dentre os quais se destacam:

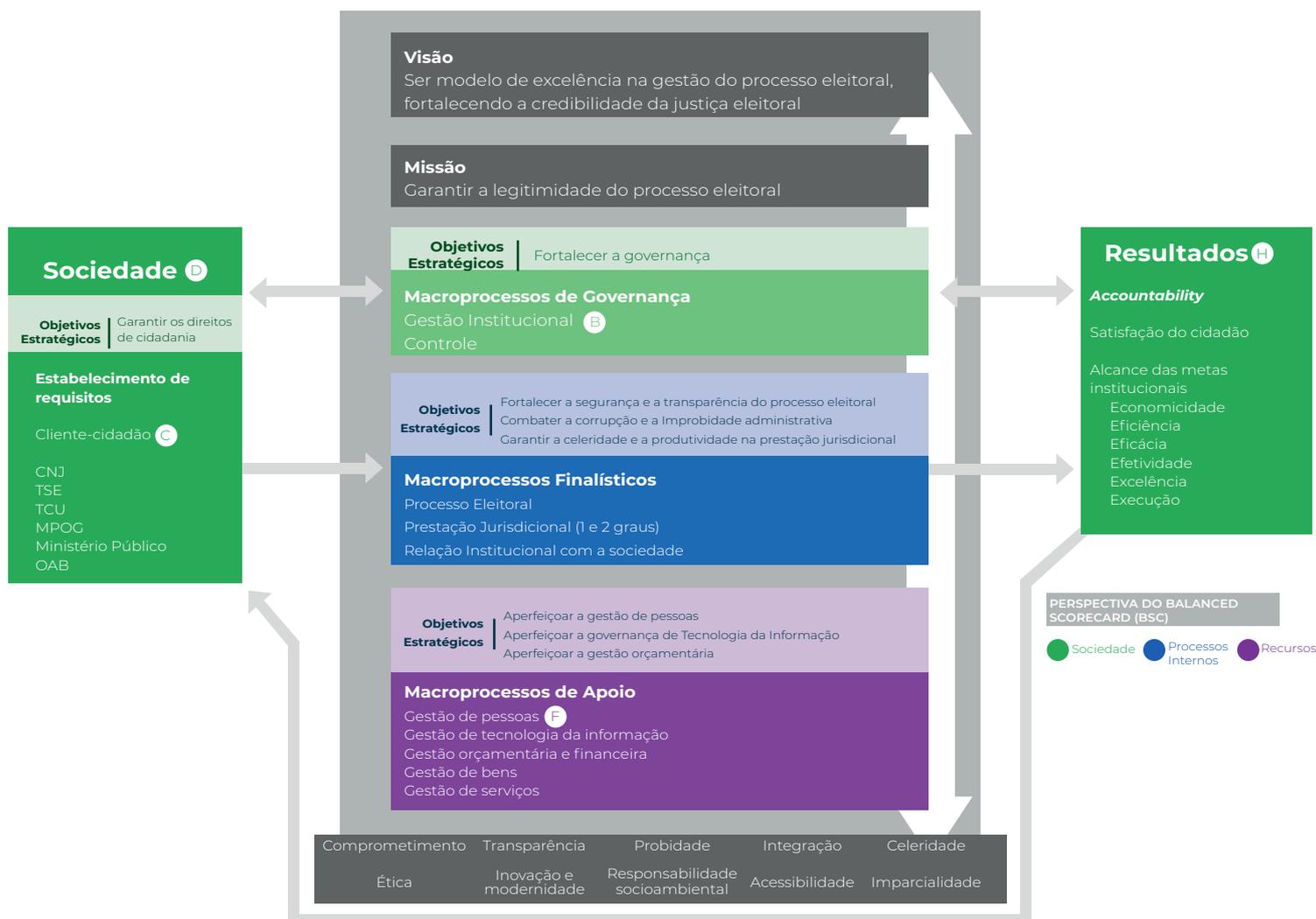
1. Cadeia de Valor;
2. Mapa Estratégico; e
3. Iniciativas Estratégicas.

### Mapa estratégico e Cadeia de valor

O modelo tradicional do Mapa Estratégico representa visualmente a estratégia adotada: a Missão Institucional, a Visão de futuro e os Objetivos Estratégicos distribuídos nas perspectivas do negócio, interligados por relações de causa-efeito. Do lado direito, finalmente, são apresentadas as saídas/resultados (output) entregues à sociedade, após concluído o processo de transformação.

Os Macroprocessos de Governança estão relacionados à formulação de políticas e diretrizes; orientam o processo de tomada de decisão, focam a atuação dos gestores e incluem ações de medição e ajuste do desempenho organizacional

## 2. Planejamento Estratégico e Governança



**Figura 06: Mapa estratégico**

Os Macroprocessos Finalísticos apresentam os produtos ou serviços que serão entregues ou percebidos pela Sociedade. São essenciais à existência da Justiça Eleitoral de Goiás e caracterizam a sua atuação, estando diretamente relacionados ao objetivo maior do Órgão.

Por sua vez, os Macroprocessos de Apoio correspondem aos processos que fornecem recursos de qualquer natureza aos demais macroprocessos.

O modelo apresentado expressa, à esquerda, o estabelecimento dos requisitos de entrada, tendo como elemento a sociedade e demais partes interessadas.

Ao meio são apresentadas as perspectivas (Pessoas e Recursos, Processos Internos e Sociedade) com seus respectivos objetivos estratégicos e os Macroprocessos correspondentes. Nessa fase, os processos sofrem alteração/transformação de cunho tecnológico, intelectual e de infraestrutura, a partir das necessidades apontadas pela



Sociedade e demais partes interessadas na entrada.

Do lado direito, finalmente, são apresentadas as saídas/resultados (output) entregues à sociedade, após concluído o processo de transformação.

### Plano de Gestão - Biênio 2018/2020

Como instrumento referencial de priorização das estratégias da Gestão, em consonância ao conjunto normativo a que o TRE/GO encontra-se submetido, o Plano de Gestão bienal é composto pelas diretrizes, metas e iniciativas para o período, e assegura o alinhamento com cada parte da organização para entendimento do seu papel na execução da estratégia organizacional.

### Principais objetivos estratégicos finalísticos

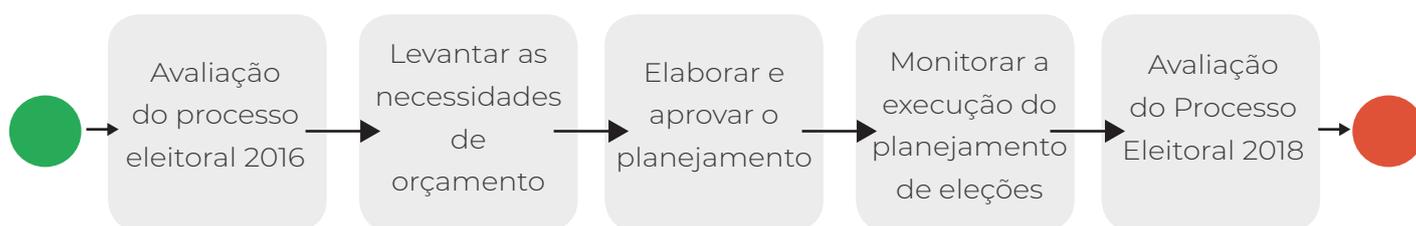
**Tabela 01: Principais objetivos estratégicos finalísticos**

Objetivos Estratégicos	Diretrizes	Iniciativas
<p><b>1. Garantir os direitos de cidadania</b></p> <p>Refere-se ao desafio de garantir, no plano concreto, os direitos da cidadania, buscando fortalecer a democracia, observando práticas sustentáveis, acessibilidade e uso de tecnologia limpa</p>	<p>Melhorar a comunicação institucional e o compartilhamento de informações entre o TRE/GO e a sociedade</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Revisar e reestruturar o Programa Eleitor do Futuro e Mesário Voluntário, visando ampliar sua atuação de forma a garantir a participação cidadã</li> <li>· Revisar a carta de serviços ao eleitor, para utilização da unidade de comunicação na elaboração do seu plano tático e operacional</li> <li>· Desenvolver e profissionalizar os canais de comunicação com os clientes da justiça eleitoral, buscando a sistematização da divulgação dos serviços e informações, manter medição permanentemente do nível de satisfação dos clientes</li> <li>· Desenvolver e implantar o Projeto Corrida pela Cidadania “Vem pra urna”</li> </ul>

## 2. Planejamento Estratégico e Governança

Objetivos Estratégicos	Diretrizes	Iniciativas
<p><b>3. Fortalecer a segurança e a transparência do processo eleitoral</b></p> <p>Está relacionado a objetivos e iniciativas que visem garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança e da transparência dos pleitos eleitorais, com a utilização de tecnologias e com a melhoria de processos de trabalho</p>	<p>Certificar o Processo Eleitoral com padronização das práticas e definição de riscos, objetivando o melhor nível de qualidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver a certificação do processo eleitoral</li> <li>• Aprimorar o Planejamento Integrado das Eleições como instrumento essencial de planejamento, controle de riscos e gestão do Processo Eleitoral</li> <li>• Promover ações para aperfeiçoamento da gestão do Processo Eleitoral com foco na transparência e segurança</li> </ul>
<p><b>5. Garantir a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional</b></p> <p>Tem por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo.</p> <p>Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos magistrados e servidores</p>	<p>Expandir a implantação do PJe na Justiça Eleitoral de Goiás</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver ações que promovam a duração razoável do processo de forma a garantir a qualidade e a efetividade da prestação jurisdicional, através do acompanhamento e alimentação dos indicadores de desempenho</li> <li>• Expandir a utilização do sistema PJe, promovendo sua implantação gradual nas zonas eleitorais</li> <li>• Aprimorar os mecanismos de obtenção de informações gerenciais e estatísticas junto ao PJe</li> </ul>

### Plano de Eleições 2018



**Figura 07: Plano de Eleições 2018**

Os principais produtos e serviços ofertados a partir do planejamento das eleições são: organizar, fiscalizar e realizar as eleições, administrando o processo eleitoral; examinar as contas de partidos e candidatos; e julgar os processos relacionados com as eleições.



Embora as etapas de votação, totalização e divulgação dos resultados sejam as mais conhecidas, o macroprocesso eleitoral é composto também de processos de elevada importância, como o cadastro eleitoral, a etapa de registro de candidaturas e a logística de eleições.

Há ainda a fase pós-eleição, que compreende, entre outras atividades, a diplomação dos eleitos, a avaliação de todo o pleito e o julgamento das prestações de contas e dos processos judiciais eleitorais.



Figura 08: Comparativo Eleições 2014/2018

2. Planejamento Estratégico e Governança

Modelo de Governança

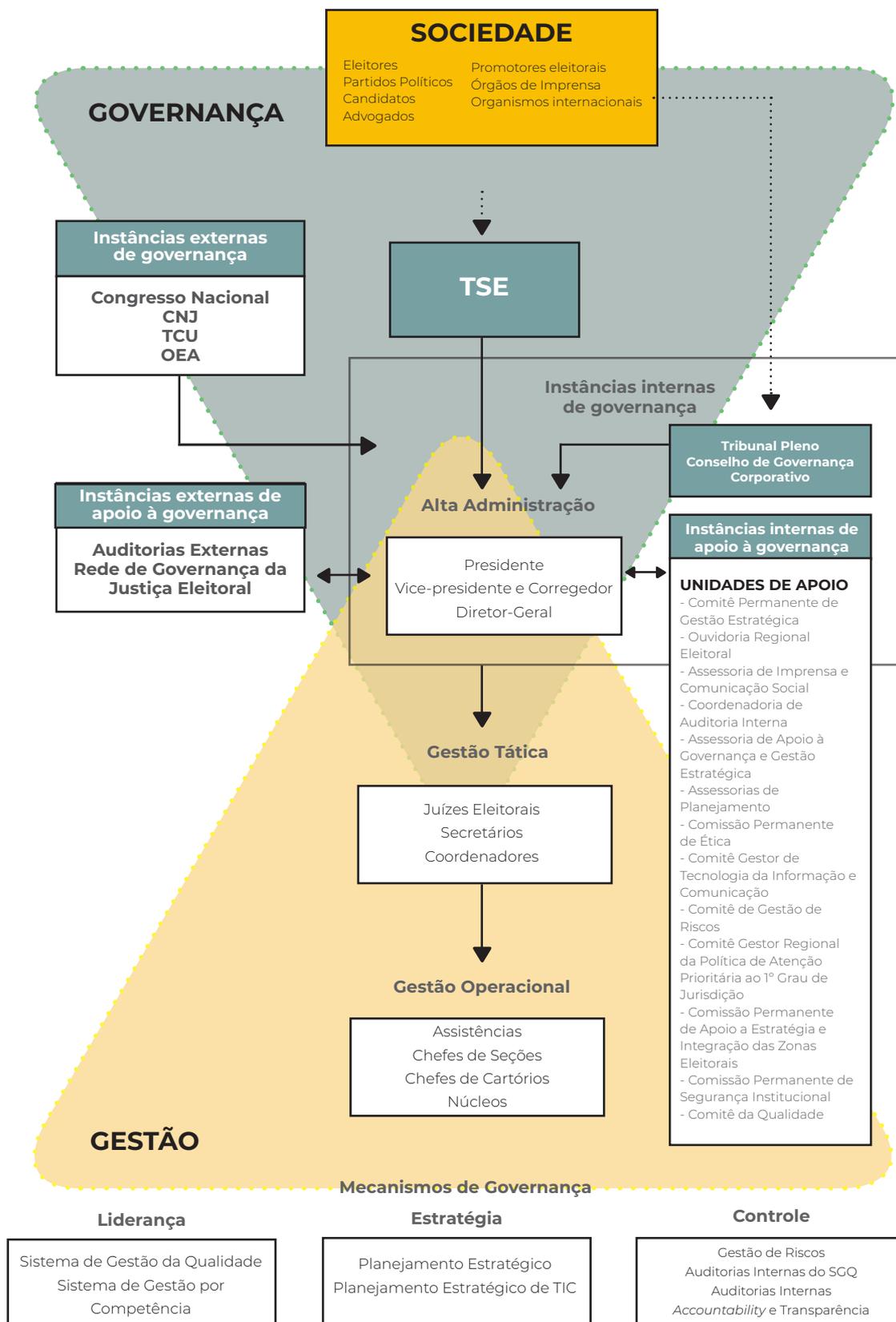


Figura 09: Modelo de Governança



# DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

## Informações sobre Dirigentes e Colegiados

### Alta Administração

Componentes da Alta administração do Tribunal Regional Eleitoral do estado de Goiás:



#### **Presidente**

Desembargador  
Carlos Escher

Graduado em Direito (UFG - 1976). Pós-graduado em Direito Processual Constitucional (ESMEG/UFG - 2012/2013). Ingressou na magistratura goiana em 1977. Em 2004 assumiu o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do estado de Goiás



#### **Vice-Presidente e Corregedor Eleitoral**

Desembargador  
Zacarias Neves  
Coêlho

Graduado em Direito (UFG - 1978), foi servidor público estadual, atuou como empresário e advogado, antes de se tornar juiz. Foi nomeado desembargador do Tribunal de Justiça do estado de Goiás em 2004.

### Principais Instâncias Internas de Governança

#### Tribunal Pleno

Tem como principais atribuições elaborar seu Regimento Interno, cumprir e fazer cumprir as decisões e instruções do Tribunal Superior Eleitoral, expedir instruções e resoluções para o exato cumprimento das normas eleitorais e as necessárias a sua organização.



Luciano Mtanios  
Hanna  
**Jurista - Diretor da Escola Judiciária Eleitoral**



Jesus Crisóstomo  
de Almeida  
**Juiz Federal**



Rodrigo de Silveira  
**Juiz de Direito - Presidente da Comissão de Segurança**



Vicente Lopes  
da Rocha Júnior  
**Jurista - Ouvidor Regional Eleitoral**



Átila Naves Amaral  
**Juiz de Direito e Membro em substituição**



Alexandre Moreira  
Tavares dos Santos  
**Procurador Regional Eleitoral**

## Diretoria-Geral e Secretarias

Titulares



Wilson Gamboge  
Júnior  
**Diretor-Geral**



Adenir José de  
Sousa  
**Secretário  
de Gestão de  
Pessoas**



Dory Gonzaga  
Rodrigues  
**Secretário de  
Tecnologia da  
Informação**



Cristina Tokarski  
Persijn  
**Secretária de  
Administração e  
Orçamento**



Leonardo  
Sapiência Santos  
**Secretário  
Judiciário**

## Conselho de Gestão Estratégia e Governança Corporativa

O Conselho de Governança Corporativa do TRE/GO é o órgão consultivo e de orientação superior, e tem por finalidade promover a gestão estratégica, o relacionamento e a integração com as partes interessadas, os mecanismos de controle, a transparência e a prestação de contas dos resultados institucionais.

## Principais Instâncias Internas de Apoio à Governança

### Comitê Permanente de Gestão Estratégica

Estabelece os temas organizacionais com o intuito de promover a aplicação da gestão de riscos nas estratégias, serviços, decisões, operações, processos e ativos.

[Portaria nº 657/2016-PRES](#)

### Ouidoria Regional Eleitoral

Canal de comunicação entre o cidadão e o TRE/GO.

[Resolução TRE/GO nº 140/2008](#)

### Coordenadoria de Auditoria Interna

Tem suas atribuições definidas na [Resolução TRE/GO nº 275/2017](#).

### Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

Prevista na [Resolução TRE/GO nº 275/2017](#). Tem como principais atribuições planejar, coordenar e executar as atividades de imprensa, cerimonial, comunicação social e publicidade institucional.

### Assessoria de Apoio à Governança e Gestão Estratégica

Prevista na [Resolução TRE/GO nº 275/2017](#). Tem como principais atribuições elaborar o planejamento estratégico do Tribunal, o plano de gestão da Presidência e o Planejamento



Integrado das Eleições; orientar as unidades acerca da otimização dos processos de trabalho e desenvolvimento de projetos estratégicos de interesse da organização.

### **Comissão Permanente de Segurança Institucional**

Prevista na [Resolução TRE/GO nº 247/2016](#), tem como principais atribuições elaborar o plano de proteção e assistência aos juízes em situação de risco, deliberar sobre pedidos de proteção especial, no período eleitoral planejar, coordenar e executar, em conjunto com os demais órgãos de segurança pública.

### **Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação**

Instituído pela [Portaria nº 147/2012-PRES](#), com atribuições de definir as políticas e diretrizes, coordenar e articular as ações de tecnologia da informação e comunicação no âmbito da Justiça Eleitoral de Goiás.

### **Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição**

Instituído por meio da [Portaria nº 43/2015-PRES](#), com as principais atribuições de fomentar, coordenar e implementar os programas, projetos e ações vinculados à Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.

### **Comitê de Gestão de Riscos**

Presente na [Portaria nº 657/2016-PRES](#), tem a atribuição de coordenar o processo de riscos, zelando pela execução das atividades e implementação dos controles decorrentes da Política de Gestão de Riscos.

### **Comissão Permanente de Ética**

Instituída por meio da [Resolução nº 252/2016-PRES](#), tem natureza pedagógica e investigativa, com o objetivo de gerir o Código de Ética dos Servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás.

### **Comissão Permanente de Apoio à Estratégia e Integração das Zonas Eleitorais**

Instituída por meio da [Portaria nº 205/2014-DG](#), com atribuições de fomentar a participação dos servidores na governança da instituição, favorecendo a descentralização administrativa, a democratização interna e o comprometimento com os resultados institucionais.

### **Comitê da Qualidade**

O Comitê da Qualidade foi instituído com as atribuições de apreciar e monitorar as questões que afetam o Sistema da Qualidade, assegurando as condições necessárias à manutenção e melhoria contínua dos processos, bem como a interação com a gestão institucional.

## Principais Instâncias Externas de Governança

- **Congresso Nacional**
- **Tribunal Superior Eleitoral**
- **Conselho Nacional de Justiça**
- **Tribunal de Contas da União**

## Principais Instâncias Externas de Apoio à Governança

### Auditorias Externas

Organismos de Certificação de Sistemas da Qualidade - OCS

### Comitê Gestor e Subcomitês Gestores da Justiça Eleitoral

Instituído por meio da [Portaria nº 352/2018-PRES](#), com a finalidade de discutir aspectos essenciais à Justiça Eleitoral, objetivando a construção, alinhamento e monitoramento dos planejamentos estratégicos da Justiça Eleitoral.

### Atuação da unidade de Auditoria Interna

A Coordenadoria de Auditoria Interna do TRE/GO (CAUD) está vinculada à Presidência do Órgão, tendo suas competências definidas nos artigos 17 a 24 da **Resolução TRE nº 275/2017 (Regulamento Interno)** e titulares (coordenador e chefes de seção) nomeados pela Presidência do Órgão.

A Unidade desenvolve seus trabalhos com base em plano anual e plurianual de atividades aprovados pela autoridade máxima do Órgão, nos termos do inc. III do art. 19 da norma retrocitada, além de executar auditorias extraordinárias eventualmente determinadas pelo Tribunal, atuando, fundamentalmente, no controle *a posteriori*.

A Coordenadoria de Auditoria Interna é integrada por três unidades e sete servidores cujas áreas de formação e especialização são as seguintes:



Figura 10: Organograma da Coordenadoria de Auditoria Interna

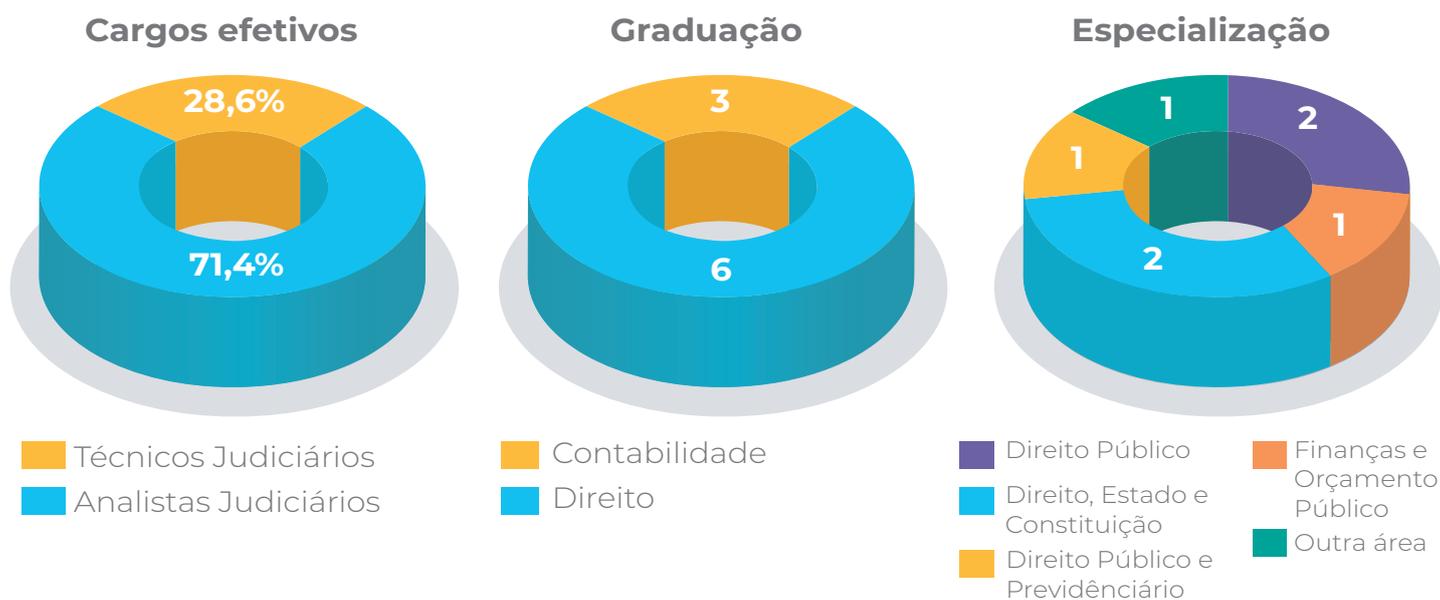


Figura 11: Perfil da Coordenadoria de Auditoria Interna

## 2. Planejamento Estratégico e Governança

No exercício em referência, foram empreendidas ações com o intuito de aperfeiçoar as atividades de auditoria, merecendo destaque as seguintes ações/resultados:

- Implementação de reestruturação da Unidade, com a criação de três seções de auditoria especializadas;
- Revisão do **Manual de Procedimentos de Auditoria**, objeto da Portaria nº 177/2018-PRES;
- Submissão do Estatuto de Auditoria Interna, instrumentalizado por meio da edição da **Resolução TRE/GO nº 301/2019**, à aprovação do Tribunal Pleno;
- Resultado da avaliação de Governança e Gestão Pública (Acórdão nº 2699/2018- TCU- Plenário), que conferiu no item “3120 – Assegurar a Efetiva Atuação da Auditoria Interna” nível de desenvolvimento intermediário, acima da média dos demais órgãos da amostra analisada.

Na elaboração do planejamento das Auditorias, são identificadas e priorizadas as áreas/ atividades de maior importância no Órgão, com base em matriz de riscos, desenvolvida com foco nas atividades consideradas mais relevantes para o cumprimento dos objetivos finalísticos do Tribunal, além da observância das diretrizes advindas do Tribunal Superior Eleitoral e do Conselho Nacional de Justiça, no âmbito das auditorias integradas/ coordenadas por aqueles órgãos.

Em 2018, das 10 (dez) atividades previstas no Plano Anual de Auditoria, 6 (seis) foram concluídas no próprio exercício, 2 (duas) encontram-se em etapa final de conclusão e 2 (duas) tiveram sua priorização reduzida, para permitir o desenvolvimento de outros dois trabalhos não previstos, quais sejam: Auditoria Especial de Serviços Extraordinários e Consultoria, conforme abaixo:

**Tabela 02: Cumprimento do Plano Anual de Auditoria e Fiscalização - 2018**

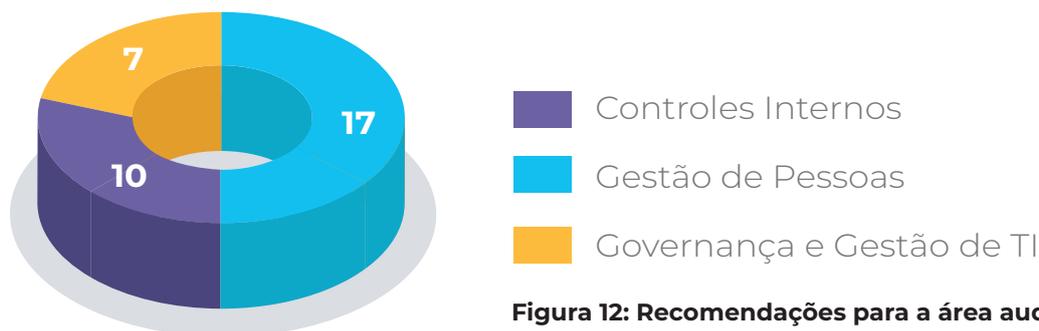
Seq.	Atividades Planejadas	Status
1	Auditoria de Controles Internos de Acertos de Pessoal	Finalizado
2	Auditoria de Controles Internos Relacionados ao Sistema Operacional da Folha de Pagamento	Finalizado
3	Auditoria de Governança e Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Finalizado
4	Auditoria Processo de Gestão da Força de Trabalho na Justiça Eleitoral	Finalizado
5	Fiscalização/Revisão Analítica da Folha de Pagamento	Finalizado

Seq.	Atividades Planejadas	Status
6	Auditoria de Conformidade de Diárias	Finalizado
7	Auditoria de Ressarcimento de Despesas	Em finalização *
8	Auditoria de Serviços de Tecnologia da Informação	Em andamento */**
9	Auditoria de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação	Em finalização *
10	Auditoria de Conformidade Contábil	Em andamento **
11	Auditoria Especial de Serviços Extraordinários	Finalizado
12	Consultoria - Portaria PRES nº 078/2019	Finalizado

\* Auditorias em andamento, contando as de nºs 7 e 9 com relatório preliminar concluído.

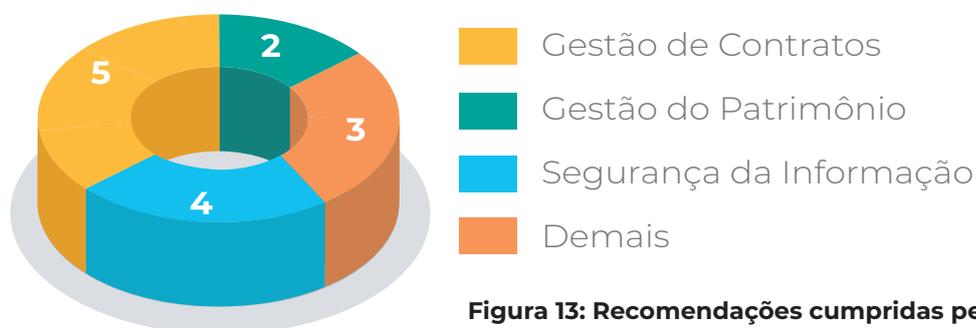
\*\* Auditoria com priorização reduzida, dada a necessidade de realização de Auditoria Especial de Serviços Extraordinários e Consultoria por ocasião das Eleições 2018.

Assim, foram expedidas 34 (trinta e quatro) recomendações de auditoria no exercício 2018, relativamente às seguintes áreas de avaliação:



**Figura 12: Recomendações para a área auditada**

No mesmo período, foram implementadas 14 (quatorze) recomendações, sendo 13 (treze) de exercícios anteriores e uma do próprio período, restando em implementação outras 43 (quarenta e três) a serem cumpridas conforme planos de ação.



**Figura 13: Recomendações cumpridas pelas área auditada**

As ações de auditoria no período foram voltadas para o fortalecimento da governança, controles internos e gestão de pessoas, áreas que abarcam a maior parte do orçamento do Órgão, especialmente os gastos com pessoal.

2. Planejamento Estratégico e Governança

Auditorias realizadas no exercício de 2018 com suas principais recomendações e os seus respectivos resultados alcançados por Cadeia de Valor do TRE/GO

**Tabela 03: Auditorias realizadas no exercício de 2018 com suas principais recomendações e os seus respectivos resultados alcançados por Cadeia de Valor do TRE/GO**

Auditorias Internas	Cadeia de Valor									Principais recomendações	
	Governança		Finalísticos			Apoio					
	Gestão institucional	Controle	Processo eleitoral	Prestação jurisdicional (1º e 2º graus)	Relação institucional com a sociedade	Gestão de pessoas	Gestão de TI	Gestão orçamentária e financeira	Gestão de bens		Gestão de serviços
Auditoria Especial de Serviços Extraordinários						✓					<p>1. Promover adaptações no Sistema GSE que permitam melhor identificação do labor extraordinário autorizado ao servidor, independentemente da unidade de lotação;</p> <p>2. Promover a revisão da norma que trata da jornada de trabalho, com sugestão de inserção de dispositivo que: (1) coíba a possibilidade de validação do registro de ponto pelo próprio servidor; (2) normatize as possibilidades de ausência temporária durante o expediente que caracterizam (ou não) interrupção de jornada e que devam (ou não) ser objeto de compensação, com o estabelecimento (ou não) de limite de tolerância sem necessidade compensação; (3) restrinjam a acumulação de banco de horas; (4) contemple dispositivos que viabilizem a correta aferição do cumprimento da jornada de trabalho; (5) estabeleça regras para o efetivo registro biométrico da digital dos servidores; e (6) normatize a utilização de câmeras para controle de frequência;</p> <p>3. Acompanhar de forma sistemática o registro do ponto biométrico.</p>
Auditoria de Conformidade de Diárias						✓					<p>1. Que seja criado uma "trava" no sistema de controle de diárias que impeça o favorecido de efetivar novo pedido de diárias enquanto não realizar a comprovação das diárias anteriores deferidas ou tiver sanadas pendências;</p> <p>2. Que notifique (via e-mail) os servidores favorecidos de diárias com pendências, a realizar a comprovação de viagens, bem como o preenchimento do relatório de viagens, conforme determina a norma de regência, pois essas diárias constam no sistema como "ratificada", o que nos impossibilita de efetuar as análises pertinentes;</p> <p>3. Que o sistema de diárias seja ajustado para efetuar consulta ao Sistema SGRH, no momento do deferimento da diária, da situação cadastral do servidor e do módulo afastamento, para comprovação de sua regularidade funcional e condição de efetivo exercício;</p> <p>4. Quando houver solicitação de diária para acompanhamento de membro deste Tribunal, atentar para a data de deslocamento do favorecido. Caso esse venha a se deslocar antes da autoridade acompanhada ou quando o retorno ocorrer posteriormente ao do membro, que sejam providenciadas solicitações em separado, ou seja, uma solicitação normal e uma outra solicitação para acompanhamento de membro, tendo em vista que envolvem cálculos diferenciados.</p>



Auditorias Internas	Cadeia de Valor									Principais recomendações	
	Governança		Finalísticos			Apoio					
	Gestão institucional	Controle	Processo eleitoral	Prestação Jurisdicional (1º e 2º graus)	Relação institucional com a sociedade	Gestão de pessoas	Gestão de TI	Gestão orçamentária e financeira	Gestão de bens		Gestão de serviços
Fiscalização Revisão Analítica da Folha de Pagamento						✓					1. Que proceda à revisão dos cálculos das rubricas Antecipação da Gratificação Natalina, Gratificação Natalina e Imposto de Renda Pessoa Física sobre o 13º salário, constantes na ficha financeira referente ao exercício de 2017, do servidor Vinícius de Castro Borges, matrícula 5086175 e, conseqüentemente, elabore folha de pagamento suplementar com as diferenças apuradas.
Auditoria Processo de Gestão da Força de Trabalho na Justiça Eleitoral						✓					<p>1. Recomenda-se a instituição de política de recomposição e dimensionamento da força de trabalho nas Zonas Eleitorais onde persistem ou venham ter claros de lotação e conseqüentemente, também, implemente controle para limitar e mitigar o volume de banco de horas, bem como os gastos elevados de diárias com substituição dos servidores que laboram nas Zonas Eleitorais, independentemente dos claros de lotação.</p> <p>2. Recomenda-se implementação de planejamento, plano de sucessão, transferência de conhecimentos, estratégias de realocação e capacitação para fazer frente às lacunas decorrentes das aposentadorias dos servidores.</p> <p>3. Recomenda-se implementação do mapeamento das competências críticas e elaboração de plano de ação para formação de sucessores e reposição de pessoal.</p> <p>4. Recomenda-se que elabore estudo com critérios formais e objetivos ou viabilize uma consultoria especializada na área, visando adequar e implementar o dimensionamento ideal da força de trabalho nas Secretarias e Zonas Eleitorais, de acordo com as peculiaridades e necessidades de cada unidade organizacional.</p>
Auditoria de Governança e Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação							✓				<p>1. Estabelecer processo formal de elaboração do PETI;</p> <p>2. Definir metodologia específica para avaliação de pessoal de TI, de acordo com as competências necessárias ao desempenho das atribuições;</p> <p>3. Definir processo de gerenciamento de: portfólio de serviços, de continuidade de serviços de TI, de mudanças, de configuração e de ativos, de liberação e implantação, de incidentes, de eventos, de problemas e de acessos;</p> <p>4. Estabelecer catálogo de serviços, com níveis de serviços entre a área de TI e as áreas clientes;</p> <p>5. Instituir formalmente processo de gerenciamento de portfólio de projetos de TI;</p> <p>6. Instituir metodologia de mensuração do grau de alcance dos objetivos e benefícios que justificaram a abertura de projetos de TI.</p>

2. Planejamento Estratégico e Governança

Auditorias Internas	Cadeia de Valor									Principais recomendações	
	Governança		Finalísticos			Apoio					
	Gestão institucional	Controle	Processo eleitoral	Prestação jurisdicional (1º e 2º graus)	Relação institucional com a sociedade	Gestão de pessoas	Gestão de TI	Gestão orçamentária e financeira	Gestão de bens		Gestão de serviços
Auditoria de Controles Internos de Acertos de Pessoal					✓						<ol style="list-style-type: none"> <li>Adotar sistemática que gere aviso automático para verificação de necessidade de abertura de processo de acerto de contas de servidores;</li> <li>Promover a inclusão em <i>checklist</i> de verificação quanto ao recebimento pelo servidor de auxílio-alimentação, após o afastamento por mais de 24 meses para o tratamento de própria saúde ou afastamento por mais de 30 dias por motivo de doença da pessoa em família;</li> <li>Promover a inserção, no fluxo do processo, de verificação de pendências na prestação de contas de diárias recebidas pelo servidor;</li> <li>Adotar controles internos no processo de elaboração de cálculos de acerto de pessoal;</li> <li>Propor reformulação dos critérios para acumulação de banco de horas, privilegiando a verificação prévia de sua necessidade e imprescindibilidade.</li> </ol>
Auditoria de Controles Internos Relacionados ao Sistema Operacional da Folha de Pagamento					✓						<ol style="list-style-type: none"> <li>Propor a implementação de registro de transações realizadas no Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos – SGRH contendo, no mínimo, a natureza da transação, a qual situação/servidor se refere, a data, hora e o usuário responsável pela sua efetivação;</li> <li>Propor a regulamentação de política de acesso ao SGRH, com definição de perfis de usuário, prazo de validade de acesso, condições para concessão e exclusão de usuários, bem como desenvolver (ou propor) controles que garantam a efetiva gestão dos usuários.</li> </ol>
Auditoria de dispensa e inexigibilidade de licitação								✓	✓		<ol style="list-style-type: none"> <li>Elaborar algum meio de controle, no momento da emissão da nota de empenho, para confirmar se houve a publicação dos extratos de dispensa e inexigibilidade de licitação e respectivos atos de ratificação imediatamente após a autorização da despesa.</li> </ol>



## Atividades de Correição e apuração de ilícitos administrativos

**Tabela 04: Resumo Geral das Inspeções e Correições**

ATIVIDADE	Quantitativo de Zonas Eleitorais avaliadas	
	2017	2018
<b>Correição ordinária</b> Aferição da regularidade do funcionamento do cartório eleitoral e de seus serviços.	130	129*
<b>Inspeção</b> Aferição da regularidade do funcionamento do cartório eleitoral e de seus serviços, orientando juízes e servidores a fim de assegurar a correta aplicação de princípios e normas	26	10**
<b>Total de ações</b>	<b>156</b>	<b>139</b>

\* Refere-se ao quantitativo de zonas eleitorais existentes em dezembro de 2017. Em 2018 se avaliou as correições realizadas em dezembro de 2017.

\*\* Foram identificadas não conformidades em 5 unidades cartorárias, ficando, por determinação do Vice-Presidente e Corregedor, os juízes eleitorais incumbidos de relatar todas as medidas adotadas para o saneamento das não conformidades, bem como verificar a existência de outras demandas.

## Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao erário

No Exercício de 2018, é importante destacar, não houve inquéritos ou processos administrativos disciplinares instaurados com a finalidade de apurar especificamente danos ao erário, fraudes ou corrupção.

# PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO DO TRE/GO



## Partes interessadas

- |                    |                              |
|--------------------|------------------------------|
| Eleitor            | Ministério Público Eleitoral |
| Partidos políticos | Órgãos da imprensa           |
| Advogados          | Organismos internacionais    |
| Candidatos         | Órgãos de controle           |



Figura 14: Canais de Comunicação do TRE/GO

### A Ouvidoria

A Ouvidoria Regional Eleitoral de Goiás foi criada em 2007, por meio da Resolução TRE/GO nº 122/2007, sendo regulamentada através da Resolução TRE/GO nº 140/2008. Com atuação interna (servidores, estagiários e terceirizados) e externa (cidadãos), a Ouvidoria do TRE/GO, além de atuar como mediadora de conflitos (Lei nº 13.460/17), é responsável por receber, examinar e encaminhar:



Figura 15: Canais de Comunicação da Ouvidoria

## 2. Planejamento Estratégico e Governança

Também participa de acordos de cooperação técnica firmados com a Rede de Ouvidorias – CGU e com Ouvidorias em Rede – Goiás.

Em 2019, entre as principais ações de melhoria na prestação de seus serviços, a Ouvidoria prevê a implantação de sistema informatizado próprio de pesquisa de satisfação do usuário, a realização de maior número de audiências públicas em fase de planejamento, e a realização de eventos com palestrantes especialistas.

### Estatísticas da Ouvidoria

**2.630** Manifestações registradas desde a criação

**605** Demandas em 2018

**10** Dias de prazo máximo para resposta

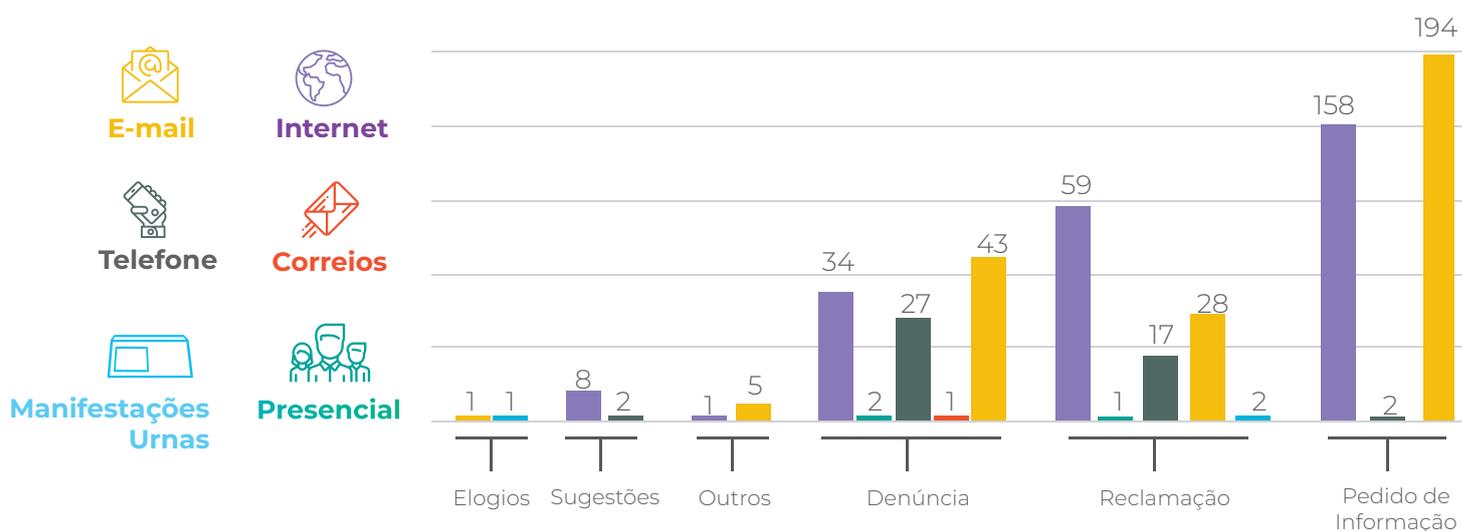


Figura 16: Gráfico estatístico da Ouvidoria por canal de comunicação e tipo de manifestação

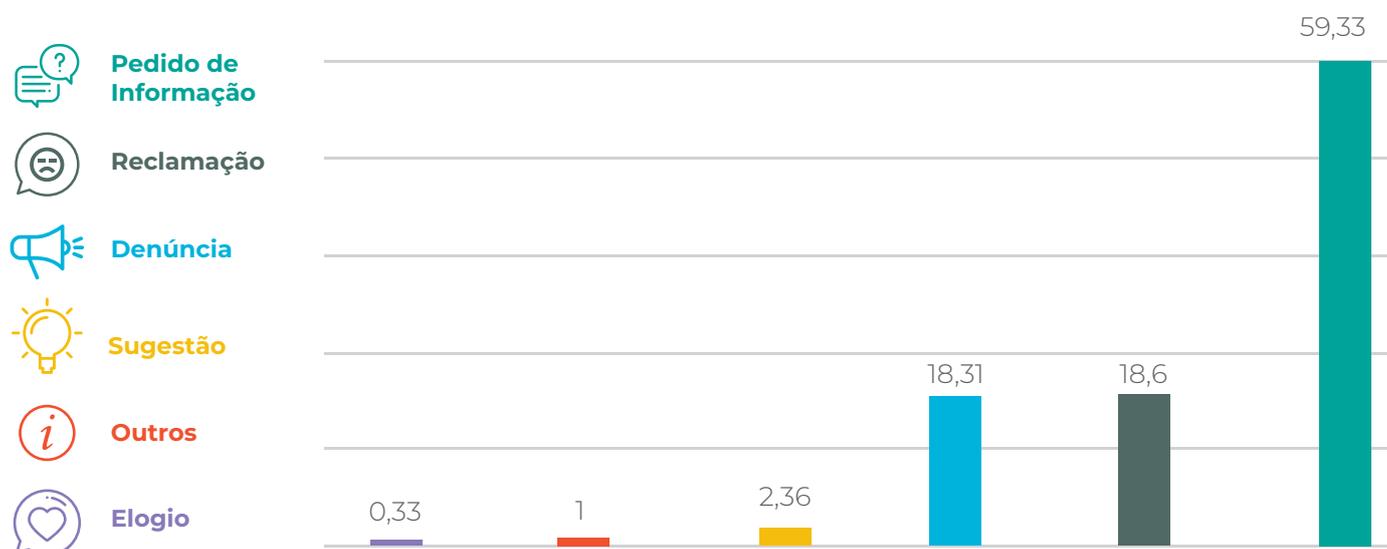
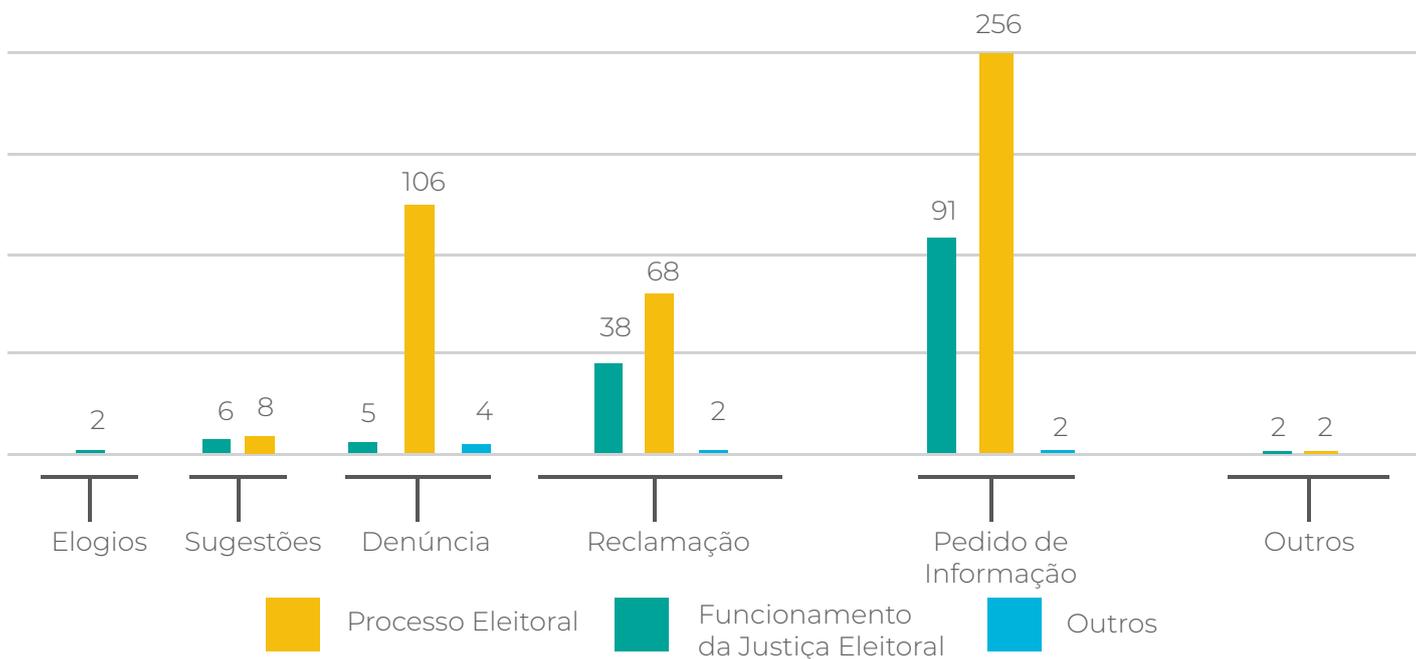


Figura 17: Gráfico estatístico Ouvidoria – Quantidade por tipo de manifestação



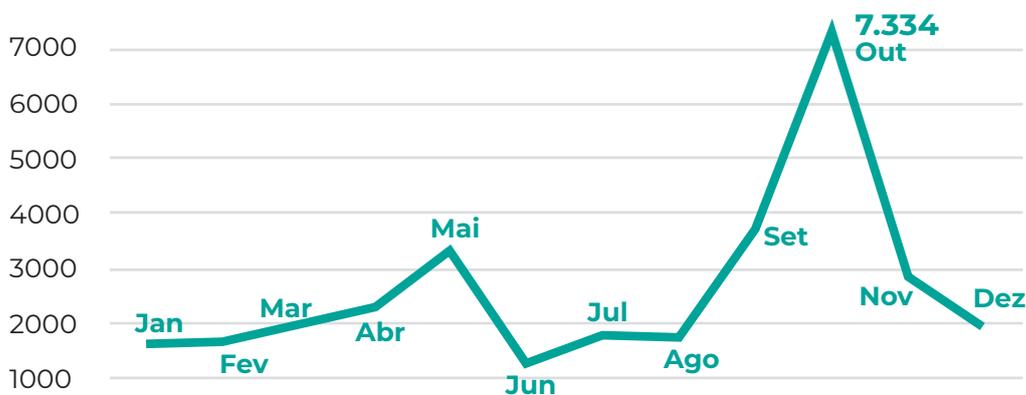
**Figura 18: Gráfico estatístico Ouvidoria – Quantidade de manifestações por assunto**

Ademais, também no ano de 2019, visando a integração dos canais de comunicação oferecidos aos cidadãos-usuários desta Justiça Especializada, as atividades do Tele-Eleitoral serão absorvidas pela Ouvidoria, conforme disposições da Resolução TRE/GO nº 300/2018.

**Estatísticas do Tele-Eleitoral**



**Atendimentos por telefone**



**Figura 19: Atendimentos por telefone**

**Pesquisa de Satisfação** **88%**  
Consideraram o atendimento do Tele-Eleitoral Excelente/Ótimo

## Carta de serviços ao Cidadão

A carta de serviços tem por objetivo informar o cidadão sobre os serviços prestados pelo TRE/GO, as formas de acesso a esses serviços e os respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.

Constitui importante instrumento de gestão com vistas a promover a implementação de políticas administrativas destinadas a aperfeiçoar as atividades desenvolvidas e os serviços prestados ao cidadão.

## Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

### Sistema de Gestão da Qualidade (ABNT NBR ISO 9001:2015)

O TRE/GO estabelece, documenta, implementa e mantém um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), buscando a eficácia e melhoria contínua por meio da Política e dos Objetivos da Qualidade. O SGQ é estruturado nos macroprocessos: Responsabilidade da Direção, Gestão de Recursos, Realização do Produto e Medição, Análise e Melhoria, definindo os métodos e os critérios necessários para garantir a operacionalização e o controle efetivo do SGQ.

A Alta Administração definiu como uma de suas diretrizes a certificação do processo eleitoral, com base na cadeia de valor do Tribunal, até o ano de 2021.

O propósito da gestão do Processo eleitoral no Programa de Gestão da Qualidade do TRE/GO é atender em destaque a exigência dos cidadãos-usuários sobre a prestação de serviços satisfatórios e apresentar respostas mais consistentes para a sociedade.

Busca-se, desse modo, aferir, por exemplo, dentro do universo de clientes da Justiça Eleitoral, que se utilizam do protocolo, os níveis de satisfação apresentados para os serviços realizados, com o objetivo de constante melhoria.

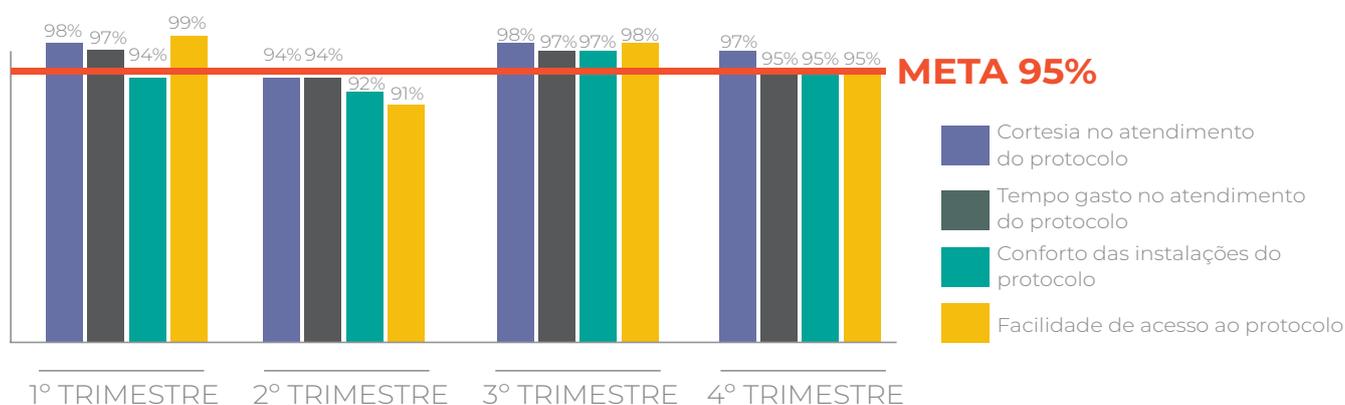


Figura 20: Índice de Satisfação do Cliente Externo

## Mecanismos de transparência das informações

O Tribunal mantém no seu [sítio](#) o conteúdo da transparência, definidos pela LAI. Além disso, são mantidas no sítio informações das suas ações de estratégias contidas no Plano de Gestão. Os vários documentos podem ser acessados na aba "O TRE".

## Acessibilidade aos produtos serviços e instalações

O Tribunal, através do indicador nº 20, do seu Planejamento Estratégico - Disponibilidade dos Serviços Essenciais (tratado no capítulo Resultado da Gestão) - visa assegurar a disponibilidade dos serviços essenciais da Justiça Eleitoral goiana.

Em 2018, o indicador fechou com desempenho de **99,48%** de disponibilidade dos serviços ao cidadão.

O cidadão goiano conta com **92** zonas eleitorais, distribuídas em **79** municípios, além do atendimento na sede do Tribunal, como instância do 2º grau.

### Disponibilidade dos Serviços Essenciais ao Cidadão



Figura 21: Disponibilidade dos Serviços Essenciais ao Cidadão



# Gestão de riscos e controles internos



### 3. Gestão de riscos e controles internos

**A** Gestão de Riscos no Tribunal Regional Eleitoral de Goiás tem suas ações coordenadas e harmonizadas pelo **Manual de implantação da Política de Riscos** instituído pela **Portaria nº 657/2016-PRES**. A política de gestão de riscos foi aprovada em dezembro de 2016 com o objetivo principal de dirigir e controlar eventos que possam afetar o cumprimento dos objetivos organizacionais. Aplicada de forma sistemática e estruturada, a gestão de risco contribui para aperfeiçoar o funcionamento de todas as unidades do Tribunal, impactando positivamente na prestação de serviços aos nossos clientes e contribuindo para o alcance dos objetivos organizacionais e cumprimento de nossa missão.

O processo de gestão de riscos do TRE/GO se fundamenta no modelo de processo de gestão de riscos estabelecido na norma ABNT NBR ISO 31000:2009, com ciclos de dois anos, mantendo o fluxo regular e constante de informações com as partes interessadas durante todas as suas fases.

Conforme previsto na sua Política de Gestão de Riscos, o processo decisório do TRE/GO na Gestão de Riscos tem o seu Conselho de Gestão Estratégica e Governança Corporativa como patrocinador das ações necessárias ao seu pleno funcionamento.

#### Processo Decisório da Gestão de Riscos



Figura 22: Processo Decisório da Gestão de Riscos

# MEDIDAS ESPECÍFICAS DE GERENCIAMENTO DOS RISCOS

A metodologia adotada no processo de Gestão de Riscos consiste em determinar o nível de um risco pela combinação de seus respectivos impactos (consequências potenciais) e probabilidades (chance de ocorrência). As consequências e suas probabilidades são então combinadas (multiplicação da probabilidade pelo impacto), demonstrando na Matriz de Riscos, para se determinar o Nível de Risco.

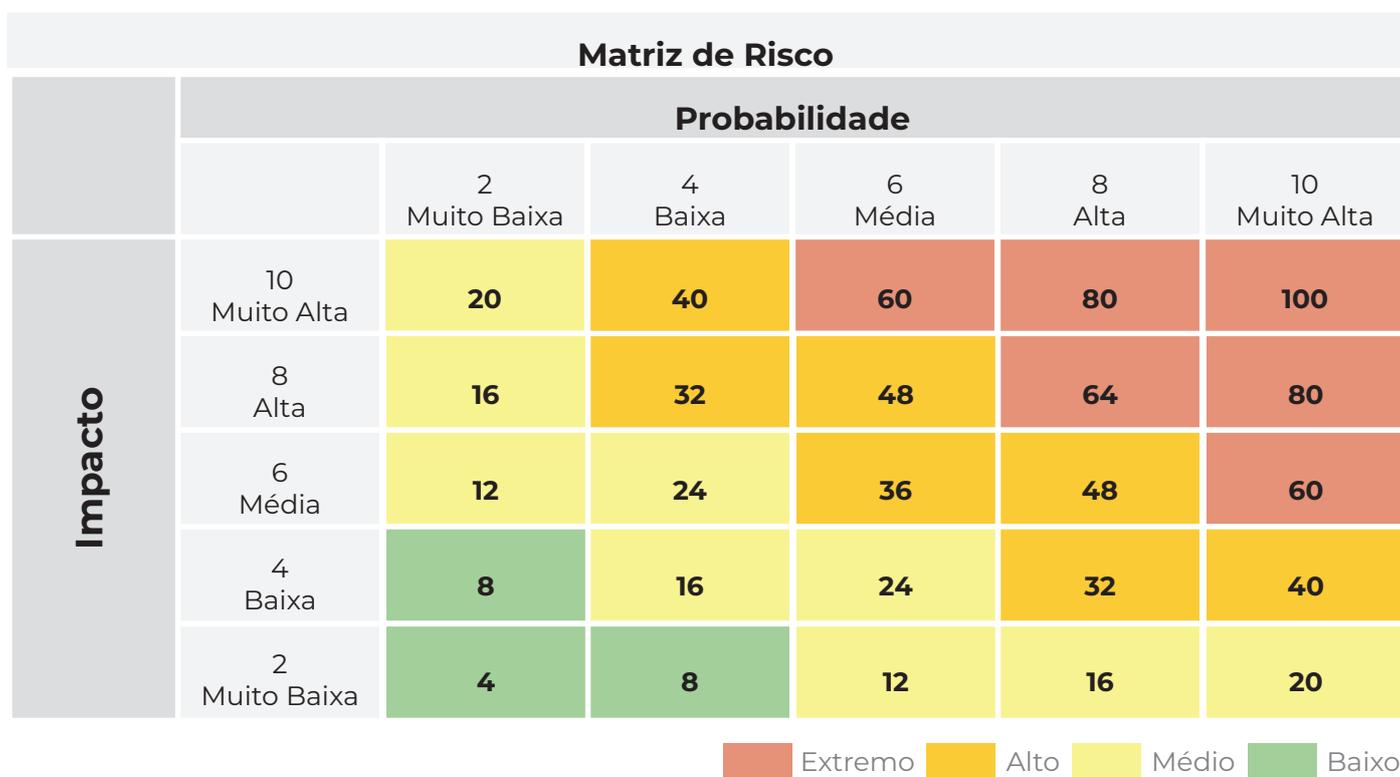


Figura 23: Matriz de Risco

A categorização de riscos nos níveis permite identificar os possíveis controles a serem implantados, com o objetivo de mitigar a ocorrência dos riscos e/ou minimizar seu impacto.

As abordagens metodológicas customizadas em cada unidade e os avanços obtidos são compartilhados no âmbito do Conselho de Gestão Estratégica e Governança Corporativa, enquanto as informações sobre os riscos são utilizadas pelos gestores para subsidiar seu processo de tomada de decisão e para orientar o reporte e subsídio dos riscos mais relevantes para o processo decisório da Alta Administração.

### 3. Gestão de riscos e controles internos

No Tribunal, a gestão de riscos prioriza os processos críticos, associados aos objetivos estratégicos. Após a devida identificação dos principais eventos e fatores de riscos, avalia-se o nível de risco a fim de definir em seguida o tratamento mais adequado. No caso dos riscos com severidade superior ao nível de tolerância estabelecido, o tratamento (ou a aceitação) do risco deve ser explicitado pelo gestor responsável. Os riscos são reavaliados periodicamente e discutidos no âmbito do Conselho de Gestão Estratégica e Governança Corporativa.

Em 2018, o escopo da Gestão de Riscos foram os processos finalísticos, de governança e de apoio mapeados no Planejamento Integrado das Eleições de 2018 com o objetivo de garantir a eficiência e eficácia das Eleições Gerais.

Conforme decidido pelo Conselho de Gestão Estratégica e Governança Corporativa, os riscos identificados, no Planejamento Integrado das Eleições 2018, em nível baixo e médio poderiam ser tolerados, com monitoramento constante. Já os riscos identificados em nível alto e extremo deveriam ser eliminados e/ou mitigados, com adoção de medidas que reduzissem o impacto e/ou probabilidade do risco para níveis considerados aceitáveis, desde que as medidas a serem adotadas fossem viáveis financeiramente. Foram mapeados 23 processos de trabalho da Cadeia de Valor, cujo resultado sintético segue abaixo:

**Tabela 05: Mapeamento dos processos de trabalho da Cadeia de Valor**

Classe Nivel	Extremo	Alto	Medio	Baixo	Total
Risco das Partes Interessadas	2	1	1	-	4
Risco de Imagem	2	5	7	-	14
Risco Operacional	1	12	13	2	28
Risco de Orçamento	-	1	-	-	1
Risco Estratégico	-	3	-	-	3
Risco Organizacional	-	-	1	-	1
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>22</b>	<b>22</b>	<b>2</b>	<b>51</b>

## PRINCIPAIS RISCOS AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O **Detalhamento da gestão de riscos** encontra-se disponível no Capítulo 8 - Anexos e apêndices. Seguem dois exemplos dos riscos identificados:

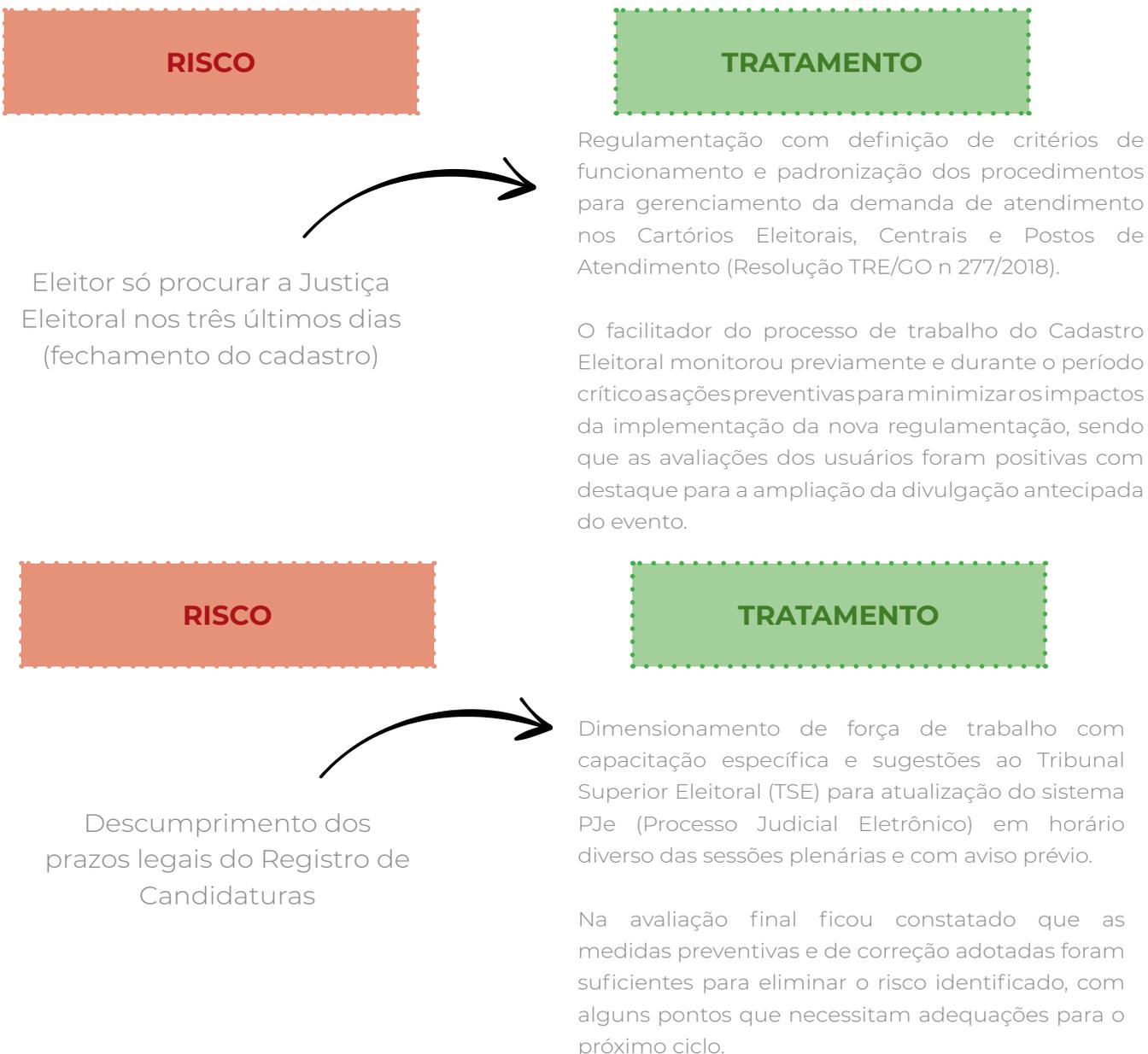


Figura 24: Exemplo principais riscos



# Resultados da Gestão



## Declaração do Diretor-Geral Wilson Gamboge Júnior



Os gestores públicos são periodicamente instados a **demonstrarem os resultados** alcançados no desincumbir de sua missão institucional. Em um ambiente orçamentário e financeiro de restrição, a gestão estratégica corporativa torna-se um importante mecanismo para o desenvolvimento do planejamento organizacional com o propósito de superar os desafios. No cenário de escassos recursos disponíveis e severos limites de gastos, impostos pela Emenda Constitucional nº 95/2016, é imperativo que se busque a maior eficiência nas ações governamentais.

Nesse sentido, a governança no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás é exercida por intermédio dos mecanismos da liderança, do planejamento, da estratégia e dos sistemas de controle institucionais, todos postos enquanto ferramentas de gestão, com a finalidade de nortear e monitorar a atuação integrada das unidades que compõe sua estrutura orgânica, e empregada no afã de melhor e mais eficientemente cumprir a missão de **“Garantir a legitimidade do processo eleitoral”**.

A Diretoria-Geral (DG) se encarrega da ordenação das despesas por força de delegação, além de outras tarefas regulamentares. Cuida, também, do desenvolvimento da estratégia organizacional do TRE/GO, e atua na orientação, coordenação e supervisão das atividades das unidades integrantes da estrutura administrativa do Tribunal. Incumbe-se, ainda, de coadjuvar as unidades que se encarregam da prestação jurisdicional, isto é, o Tribunal Pleno e as Zonas Eleitorais. Exerce, ademais, a função de assistência direta e imediata ao Presidente do Tribunal na definição de diretrizes e na implementação de ações da área de competência do Tribunal.

Noutra frente, atribui-se ao titular da Diretoria-Geral a presidência do Comitê de Gestão Estratégica e Governança Corporativa, órgão colegiado do TRE/GO, responsável por definir o apetite a risco dos processos finalísticos. Também tem a responsabilidade de desenvolver o Planejamento Estratégico e de garantir o alinhamento e a convergência desse planejamento com a estratégia da Justiça Eleitoral, bem como patrocinar a implementação de ações de diversas áreas relacionadas aos temas: gestão de processos, gestão de riscos, planejamento de eleições, gestão de projetos e gestão sócio ambiental.

Cabe, portanto, à DG promover e disseminar de forma transversal em todo o Regional boas práticas de governança e gestão, especialmente no que se refere ao processo de planejamento e à sistematização de mecanismos de controle. Outrossim, contribui ativamente para o aperfeiçoamento contínuo do modelo de governança do Tribunal, participando intensamente de discussões a respeito da estruturação de instâncias de governança na Justiça Eleitoral.

Nessa mesma linha, a DG consolida e formaliza as tomadas de decisões e orienta a execução do planejamento do TRE/GO por intermédio dos seguintes marcos estratégicos: Plano



Estratégico Institucional, Plano de Gestão bienal, Mapa Estratégico e Cadeia de Valor.

Com relação aos desafios e aos impactos sobre os objetivos institucionais no exercício de 2018, o TRE/GO priorizou o processo eleitoral e a expansão e aprimoramento da relação institucional com a sociedade. O Processo Eleitoral 2018 foi aperfeiçoado com o mapeamento dos processos da cadeia de valor e com a construção de indicadores, para medição e análise do desempenho dos processos, além da implementação de várias iniciativas propostas na avaliação das eleições de 2016 realizada pelo Tribunal.

No que se refere à relação institucional com a sociedade, viu-se no último ano um avanço na consolidação dos principais canais de comunicação com a sociedade, a saber, o Tele-Eleitoral e Ouvidoria, fortalecendo as suas estruturas institucionais e estimulando o ingresso dos processos de trabalho no Sistema de Gestão da Qualidade.

Ademais, foram realizadas audiências públicas e divulgadas nas redes sociais vídeos educativos visando o esclarecimento da sociedade civil a respeito do processo eleitoral e, em especial, do voto eletrônico. Por fim, primando pelo aperfeiçoamento do atendimento ao eleitor e da padronização das várias atividades dos cartórios eleitorais, foi iniciado em 2018 o projeto Cartório Modelo, que deverá certificar o atendimento ao público da 18ª Zona Eleitoral, com sede em Jataí, nos termos da ABNT NBR ISO 9001:2015.

No tocante ao funcionamento dos controles internos de gestão, a DG, contando com a Assistência de Gestão de Processos e Riscos-AGPRI, promoveu a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, por meio de metodologia que vem proporcionando o amadurecimento institucional no tratamento dos riscos envolvidos nas atividades da Justiça Eleitoral.

Na promoção das ações voltadas à Gestão de Pessoas, o TRE/GO adotou o iGovPessoas (Índice de Governança de Pessoas) como guia para adoção das melhores práticas de governança e gestão de pessoas.

Em 2018 o Tribunal cuidou da execução orçamentária do montante de 212 milhões de reais, distribuídos entre outros custeios e capital, orçamento de eleição e pessoal. Obteve performance satisfatória ao executar 98% do orçamento ordinário e 84% do orçamento de pleitos, sem anúncio ou indicação de qualquer prejuízo ao erário no período, conforme demonstrações analíticas que seguem no relatório.

Ante o exposto, e consubstanciado pelas declarações de conformidade dos gestores responsáveis pelas unidades do TRE/GO, DECLARO o cumprimento satisfatório das diretrizes estratégicas, dispostas nos instrumentos de planejamento, sem descuidar da legalidade dos atos, da economicidade, eficiência e eficácia da gestão, tudo para bem viabilizar e concretizar os objetivos estratégicos, almejados para o alcance da missão institucional, consubstanciando-se, assim, a efetividade dos serviços prestados à sociedade.

**WILSON GAMBOZE JÚNIOR**

Diretor-Geral

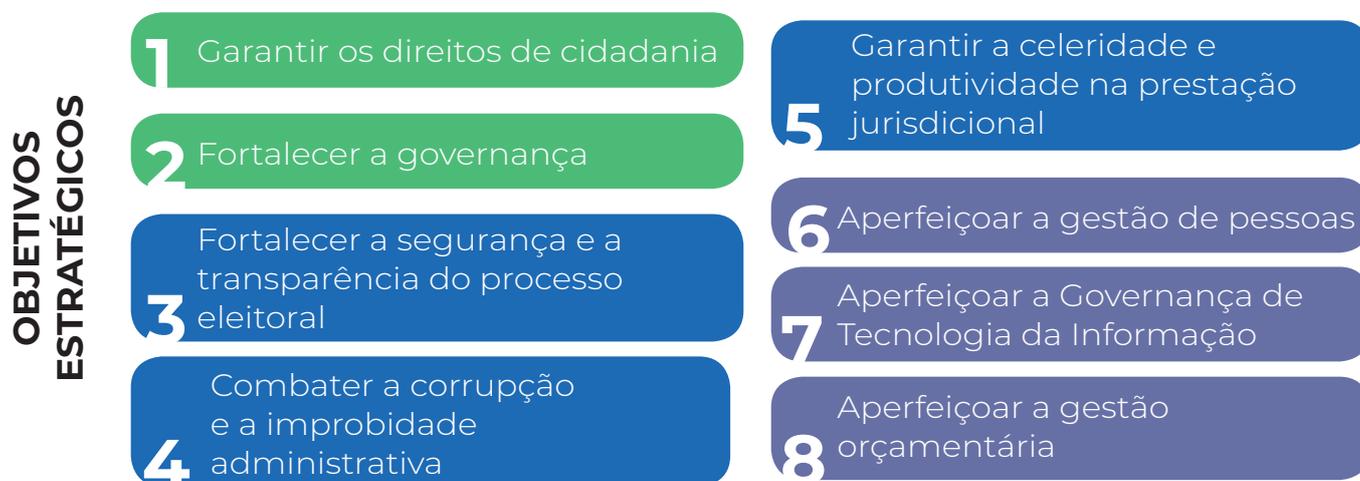
## RESULTADOS DA GESTÃO

### Resultados alcançados em relação à missão institucional e objetivos estratégicos (ou Cadeia de Valor)

A Justiça Eleitoral tem uma missão singular, assim anunciada: “Garantir a legitimidade do processo eleitoral”. Tal declaração é, por si só, deveras ousada, mas é justamente essa a razão de ser desta especializada: em sua natureza encontra-se a garantia de que o poder/dever de votar e ser votado seja livremente exercido.

Nesse passo, tudo que aqui se faz tem completa identidade com as eleições, sejam elas gerais ou municipais. Tanto é assim que a anunciação estratégica da Visão de futuro da Justiça Eleitoral goiana é “Ser modelo de excelência na gestão do processo eleitoral, fortalecendo a credibilidade da Justiça Eleitoral”.

Para o desenvolver de tais ministérios, o TRE/GO elegeu em seu **Planejamento de longo prazo**, Objetivos Estratégicos, distribuídos em 3 perspectivas de monitoramento dos resultados da gestão, replicando tais objetivos no **Plano de Gestão**, que abrange o período das contas ora prestadas, avistando-se lá os seguintes objetivos estratégicos:



**Figura 25: Objetivos Estratégicos TRE/GO**

Uma leitura geral dos resultados alcançados pela gestão no último ano (exercício 2018), com ênfase na missão institucional, revela que os recursos disponibilizados para as atividades institucionais foram bem aproveitados.

Veja-se que, mesmo com as limitações orçamentárias impostas, o TRE/GO não deixou de implementar nenhuma rotina administrativa ou judicial que pudesse obstar o bom andamento das Eleições Gerais de 2018, e essas, foram, sem de dúvida, as mais paradigmáticas desde a redemocratização, à vista do intrincado e complexo ambiente na qual ela se desenrolou, a saber, o ambiente das redes sociais, sujeitas às influências que lhe são peculiares e afetadas por uma miríade de fatores que podiam, potencialmente, afetar o livre e soberano poder/dever de votar e ser votado.

Do conjunto de objetivos estratégicos estabelecidos, calha, para efeitos de demonstração dos resultados, destacar as Cadeias de Valor e os seguintes objetivos estratégicos finalísticos:

## CADEIA DE VALOR

### Processo Eleitoral

Relação Institucional com a sociedade

Prestação Jurisdicional de 1º e 2º Grau

### Visão Geral sobre a Cadeia de Valor - Processo Eleitoral

O macroprocesso finalístico Processo Eleitoral se traduz como todos os processos que envolvem o planejamento e execução das eleições, desde o gerenciamento do cadastro eleitoral até a diplomação dos eleitos. A diretriz norteadora do Processo Eleitoral é assegurar a excelência no atendimento ao cidadão e harmonizar o planejamento das eleições às expectativas da sociedade, com a realização de eleições seguras e transparentes.

### Descrição da Cadeia de Valor

**Tabela 06: Descrição da Cadeia de Valor – Processo Eleitoral**

Macroprocessos Finalísticos	Processos	Produto(s)
Processo Eleitoral	Planejamento de Eleições	Plano de eleições
	Cadastro Eleitoral	Cadastro atualizado
	Gerenciamento de dados partidários	Órgão partidário gerenciado Filiação partidária gerenciada Propaganda partidária gerenciada
	Registro de Candidaturas	Candidaturas julgadas
	Propaganda Eleitoral	Propaganda eleitoral fiscalizada
	Atos preparatórios	Mesário convocado/treinado Seções e locais de votação preparados e acessíveis Urnas preparadas
	Votação	Votos e justificativas captados
	Apuração e totalização	Votos apurados e totalizados
	Divulgação de resultados	Resultado divulgado
	Prestação de contas de campanha	Contas julgadas
	Diplomação	Candidatos diplomados
	Avaliação do processo eleitoral	Processo avaliado

Objetivo Estratégico 3:

## Fortalecer a segurança e a transparência do processo eleitoral

Está relacionado a objetivos e iniciativas que visem garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança e da transparência dos pleitos eleitorais, com a utilização de tecnologias e com a melhoria de processos de trabalho.



### Diretrizes Estratégicas:

Certificar o Processo Eleitoral com padronização das práticas e definição de riscos, objetivando o melhor nível de qualidade.



**Principais ações vinculadas ao Objetivo Estratégico, projetos, iniciativas e programas da Cadeia de Valor e seus respectivos resultados:**

**1 Iniciativa:** Desenvolver a certificação do processo eleitoral

**1.1 - Indicador:** Certificação do Processo Eleitoral O percentual de certificação de processos do macroprocesso finalístico, conforme Cadeia de Valor do TRE/GO

**Meta 2018: 60%**

**Principais resultados**

**1.1. Certificação do Processo Eleitoral**

Com foco no alcance da excelência na gestão do Processo Eleitoral, o TRE/GO vem atuando na preparação dos processos que compõem o Processo Eleitoral, nos termos da Cadeia de Valor, para certificação no padrão da ABNT NBR ISO 9001:2015 baseada em padrões internacionais de qualidade.

O Tribunal possui 7 processos certificados, sendo seis finalísticos e um de apoio. Dos processos finalísticos, 4 processos são do Processo Eleitoral (planejamento de eleições, registro de candidaturas, prestação de contas e diplomação) e 2 do Processo Prestação Jurisdicional (trâmite judicial – administração dos registros e do processamento dos feitos judiciais – e publicação de acórdãos), que compõem o macroprocesso finalístico. Esses processos passaram, no mês de maio de 2018, pela auditoria de recertificação com transição da versão 2008 para 2015 da norma internacional que estabelece requisitos para o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) de uma organização.



**Figura 26: Processos Certificados do TRE/GO**

O processo de certificação do TRE/GO foi auditado pelo Órgão Certificador de Sistemas (Associação Portuguesa de Certificação - APCER), contratado pelo Tribunal. Já o processo de apoio, denominado processo de nomeação, posse e exercício de servidores efetivos, foi incluído no conjunto de processos e certificado em 2018, por exercer forte influência na melhoria do atendimento ao cidadão.

Em 2017, alcançou-se 33,3% da certificação da cadeia de valor - processo eleitoral. Já em 2018, por conta da recertificação, manteve-se o mesmo índice. Para 2019, foi definido a meta de 50% de certificação para os processos descritos na tabela 07.



**Tabela 07: Metas alcançadas e futuras – Certificação de processos**

<b>2017</b> (33,3%)	<b>2018</b> (33,3%)	<b>2019</b> (50%)
Planejamento de eleições	Planejamento de eleições	Planejamento de eleições
Registro de candidaturas	Registro de candidaturas	Registro de candidaturas
Trâmite judicial (Administração dos Registros e do Processamento dos Feitos Judiciais)	Trâmite judicial (Administração dos Registros e do Processamento dos Feitos Judiciais)	Trâmite judicial (Administração dos Registros e do Processamento dos Feitos Judiciais)
Publicação de acórdãos	Publicação de acórdãos	Publicação de acórdãos
Prestação de contas	Prestação de contas	Prestação de contas
Diplomação	Diplomação	Diplomação
	<b>Nomeação, posse e exercício de servidores efetivos</b>	Nomeação, posse e exercício de servidores efetivos
		<b>Gestão de urnas</b>
		<b>Ouvidoria Regional Eleitoral</b>
		<b>Tele-eleitoral</b>
		<b>Divulgação de resultados</b>
		<b>Atendimento ao público (Cartório Modelo)</b>

## Justificativas para os resultados

A Alta Administração do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás aprovou como iniciativa estratégica desenvolver a certificação do processo eleitoral, com a meta de certificar 100% dos processos finalísticos até 2021, conforme consta do [Plano de Estratégico 2016/2021](#).

Nesse rumo, é importante ressaltar que o resultado de 50% obtido no período de 2017 a 2019, alinha-se com a diretriz retrocitada, em que se pese a necessidade de maior maturidade dos processos de trabalho.

## Desafios e riscos

A meta para 2020-2021, conforme diretriz da alta administração, é certificar os processos remanescentes do macroprocesso finalístico eleitoral. Desafios não faltarão, e um dos maiores é vencer a redução da força de trabalho e a necessidade de informatização das rotinas de trabalho. Há, ainda, uma crescente demanda por mapeamento e melhoria dos processos de trabalho, exigindo maior esforço da unidade de Assistência da Qualidade.

O produto do trabalho pode ser solicitado através da [Ouvidoria](#) do TRE/GO ou acessado mediante consulta ao [sítio do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás](#), que contém registros e documentos publicados de forma detalhada.

#### 4. Resultados da Gestão

### Principais ações vinculadas ao Objetivo Estratégico, projetos, iniciativas e programas da Cadeia de Valor e seus respectivos resultados:

2

**Iniciativas:** Aprimorar o Planejamento Integrado das Eleições como instrumento essencial de gestão do Processo Eleitoral e dos riscos;

Promover ações para aperfeiçoamento da gestão do Processo Eleitoral com foco na transparência e segurança.

**2.1 - Indicador:** Índice de desempenho dos processos de eleição

Cumprimento das atividades que compõem cada processo dentro do prazo estabelecido, bem como o grau de atendimento das expectativas dos envolvidos

**Meta 2018: 70%**

**2.2 - Indicador:** Percentual de urnas eletrônicas substituídas

O índice de urnas eletrônicas substituídas durante as eleições (1º e 2º turnos)

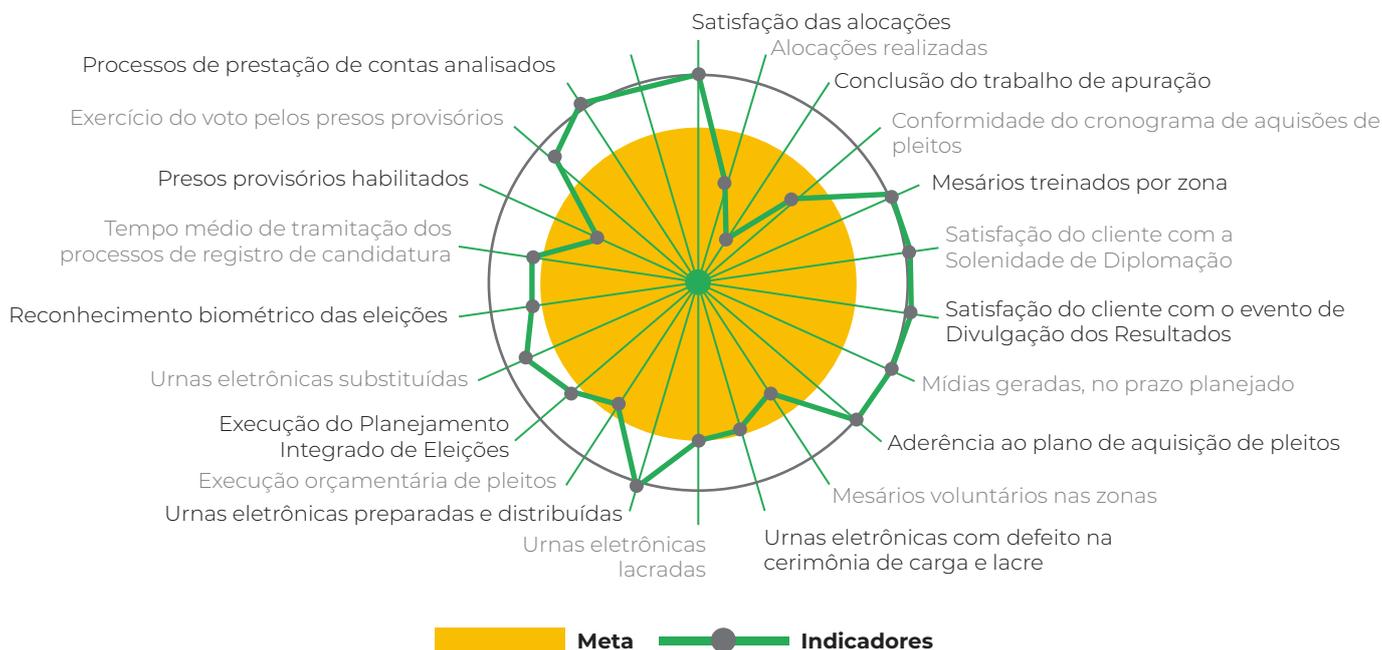
**Meta 2018: 1,50%**

## Principais resultados

### 1.1. Desempenho dos processos de eleição

Considerando toda a complexidade das atividades, incluindo a logística de preparação e distribuição de urnas eletrônicas, preparação dos locais e seções de votação, convocação de mais de 40 mil mesários, todas elas são etapas do Processo Eleitoral. O TRE/GO desenvolveu o **Planejamento Integrado das Eleições**, como forma de integrar as fases que percorre todos os processos que compõem a cadeia de valor do Processo Eleitoral.

Acrescido ao mapeamento dos processos da cadeia de valor, foram desenvolvidos alguns indicadores para medição e análise do desempenho dos processos de eleição. Foi estabelecido como desafio a meta de 70% de cumprimento das atividades que compõem cada processo dentro do prazo estabelecido, bem como o grau de atendimento das expectativas dos envolvidos. A medição do desempenho dos processos de eleição é um dos mecanismos que têm possibilitado o aperfeiçoamento é a avaliação do processo eleitoral.



**Figura 27: índice do desempenho dos processos de eleição**

O referido indicador avalia o desempenho de 14 processos, por meio da análise de 21 indicadores construídos em cada unidade dona do processo. Oito indicadores não alcançaram a meta, obtendo o índice de 62%. Embora o índice de desempenho não tenha alcançado a meta estabelecida para as atividades realizadas dentro das conformidades estabelecidas, o desempenho trouxe subsídios importantes para o Planejamento Integrado das Eleições de 2020.

Insta destacar que após a publicação do Plano Integrado de Eleições 2018 foi desenvolvido o Plano de Gerenciamento de Riscos Eleições 2018, que serviu como instrumento de apoio para melhoria dos processos de trabalho e do sistema de controle interno, com o aperfeiçoamento da eficiência operacional e fortalecimento da governança.

Ao final das Eleições 2018 foram contabilizados os principais números que serão representados a seguir, revelando que as eleições ocorreram conforme o planejado, inclusive com a implementação de melhorias propostas na avaliação das eleições anteriores.

4. Resultados da Gestão

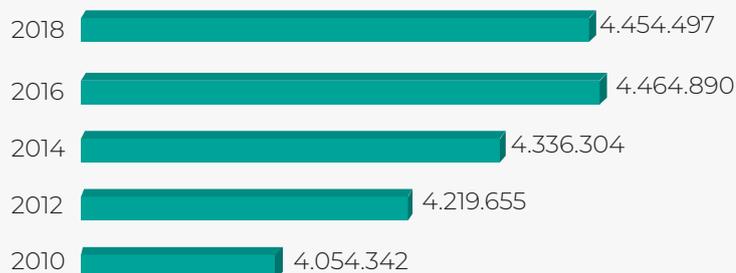


Figura 28: Evolução do eleitorado

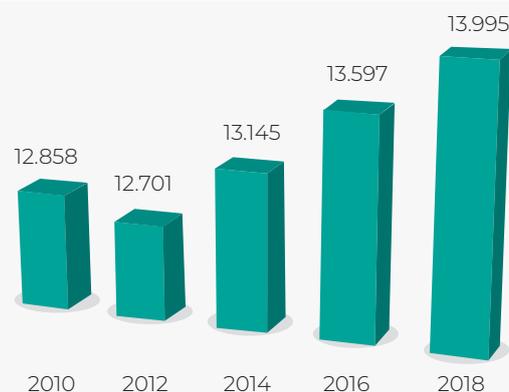


Figura 29: Quantidade de seções

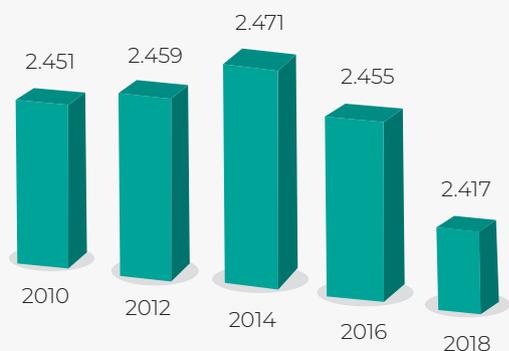


Figura 30: Locais de votação

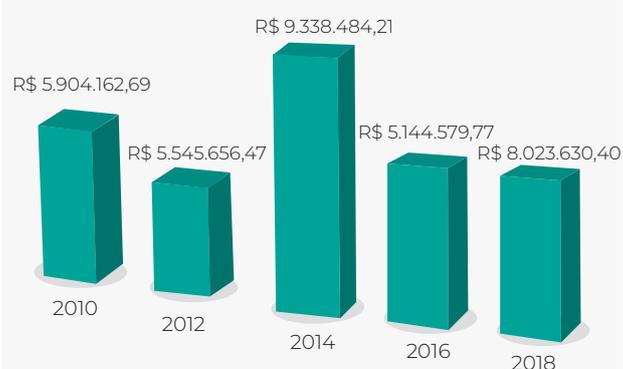


Figura 31: Orçamentos liquidados - eleições

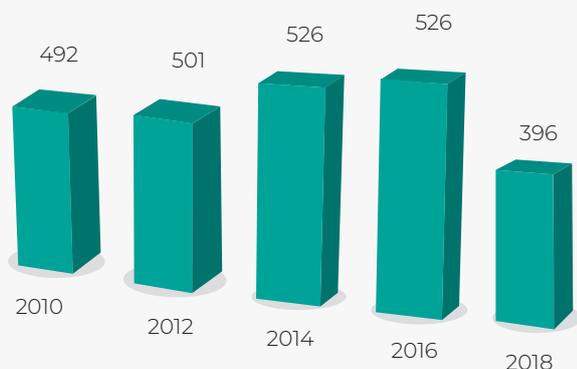


Figura 32: Suporte operacional/pessoas

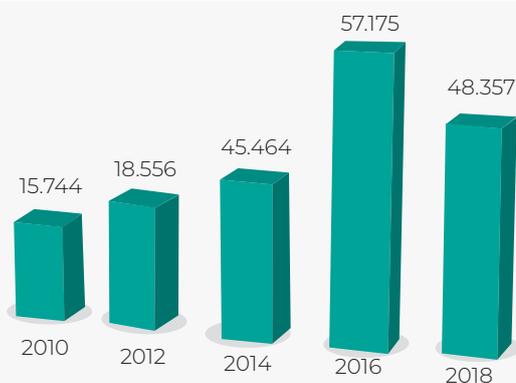


Figura 33: Mesários voluntários

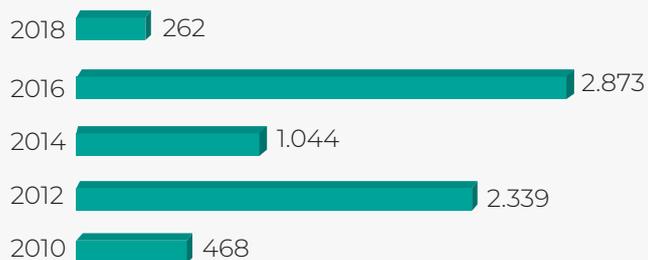


Figura 34: Representações eleitorais

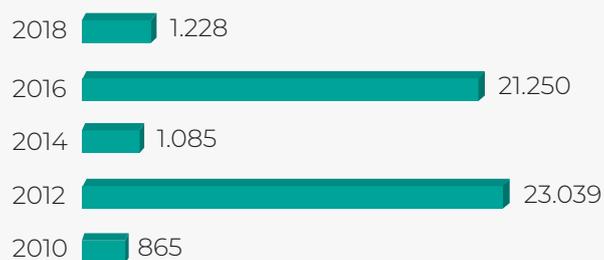


Figura 35: Registros de candidatura



## Eleições Suplementares

As eleições suplementares estão previstas em casos específicos. Em Goiás, houve, no ano de 2018, 6 eleições suplementares para o cargo de Prefeito Municipal, determinadas por condenações eleitorais pela prática de abuso de poder econômico, abuso de poder político ou pela compra de votos.

**Tabela 08: Eleições suplementares em Goiás**

Município	Eleitorado	Seções	Custo
Davinópolis	3.130	9	(*)
Divinópolis de Goiás	4.464	15	(*)
Niquelândia	26.738	96	R\$ 113.746
Planaltina	54.157	171	(*)
Serranópolis	5.919	18	(*)
Turvelândia	3.680	15	(*)

(\*) Eleições realizadas em conjunto com o 2º turno das Eleições Gerais 2018.

## Justificativas para os resultados

Destaca-se que nas Eleições de 2018, principalmente no 1º turno, houve muita insegurança entre os eleitores, influenciada pelo excesso de notícias e vídeos falsos veiculados nas redes sociais, prejudicando sobremaneira o processo eleitoral ao trazer dúvidas a respeito da confiabilidade de todo o processo. Contudo, os números das eleições no primeiro e segundos turnos do estado de Goiás revelaram que as eleições ocorreram tecnicamente dentro do esperado. Registra-se que entre os turnos, a fim de amenizar esse cenário e melhor esclarecer o eleitor, o Tribunal realizou três audiências públicas com eleitores e a sociedade civil, além de propagar nas redes sociais vídeos educativos a respeito do processo eleitoral.

## Desafios e riscos

A cada eleição, a Justiça Eleitoral goiana tem o desafio de aperfeiçoar o seu processo eleitoral com vistas a garantir os subsídios necessários para a tomada de decisões, primando pelo alinhamento estratégico de transparência, celeridade e produtividade na prestação administrativa e jurisdicional, além do fortalecimento da governança, da segurança e da legitimidade do processo. Os riscos que envolvem a prestação do serviço se relacionam com as restrições orçamentárias impostas pela Emenda Constitucional nº 95/2016 e com os constantes ataques à confiabilidade e segurança da urna eletrônica.

## Principais resultados

### 1.2. Desempenho da urna eletrônica



#### Substituições da urna

2016 - 0,84%

2018 - 0,98%

O desempenho da urna eletrônica apresentou-se satisfatório, acima da meta estabelecida e proporcionou o exercício do voto de forma eletrônica, com 100% de reconhecimento biométrico nas seções eleitorais do estado de Goiás. Apesar de ter envolvido a votação em seis cargos, o processo transcorreu de forma ágil e os incidentes foram tratados tempestivamente. A exemplo de eleições anteriores, a eficácia da votação favoreceu a celeridade do processo de apuração e totalização dos votos, possibilitando conhecer todos os eleitos por volta das 22h.

Tabela 09: Desempenho da urna eletrônica

	Eleições 2016		Eleições 2018	
	1º turno	2º turno	1º turno	2º turno
Seções (mesas receptoras de votos)	13.597	3.486	13.995	13.995
Urnas de contingência	2.251	2.145	2018	2018
Urnas para justificativa do voto	106	5	103	103
Urnas substituídas	106	32	135	181

### Justificativas para os resultados

O alcance do resultado positivo, em relação à meta estabelecida, é creditada à realização das manutenções preventivas dos equipamentos, otimizada e aperfeiçoada com a gestão centralizada das urnas a partir das avaliações das eleições de 2016. Cabe ressaltar que a elevação do índice de urnas eletrônicas substituídas nas Eleições de 2018 em relação às eleições 2016, ocorreu devido aos seguintes fatores: (1) Parque computacional das urnas composto, em sua maior parte, de modelos 2009, sendo, portanto, equipamentos com 10 anos de uso; (2) Eleição com 100% das seções eleitorais realizando procedimentos de identificação biométrica dos eleitores; e (3) Substituição imediata de urnas com problemas, para evitar demoras e filas nas seções eleitorais, bem como minimizar questionamentos e a propagação de *fake news*.

### Desafios e riscos

Para as Eleições de 2020, o TRE/GO tem o desafio de manter o atual nível de desempenho da urna eletrônica, tendo em vista o potencial de agilizar o tempo de votação. Outra importante questão é a gestão junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), órgão responsável pela aquisição e distribuição das urnas eletrônicas para os Tribunais Regionais, visando a substituição das urnas por modelos mais novos. A limitação orçamentária, imposta pela EC nº 95/2016, pode trazer risco em relação à renovação do conjunto de urnas utilizado pelos tribunais.



Objetivo Estratégico 2:

## Fortalecer a Governança



Formulação, implantação, monitoramento e avaliação de estratégias flexíveis e aderentes ao TRE/GO produzidas de forma colaborativa pelas unidades do Tribunal. Visa à eficiência operacional, à transparência institucional e à adoção das melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão de pessoas, de gestão documental, de gestão da informação, de gestão de processos de trabalho e de gestão de projeto.

### Diretrizes Estratégicas:



- Fomentar a inovação institucional com vistas a atender novas demandas da sociedade por meio da melhoria de processos e serviços.
- Consolidar as metodologias de melhorias dos processos e gestão de riscos.

**Principais ações vinculadas ao Objetivo Estratégico, projetos, iniciativas e programas da Cadeia de Valor e seus respectivos resultados:**

**1 Iniciativa:** Promover a melhoria da qualidade dos serviços prestados nas zonas eleitorais, através da implementação de Programa que vise implantar o Cartório Modelo

**1.1 - Indicador:** Disponibilidade dos serviços essenciais

Percentual do tempo, em um período, em que os serviços essenciais de TI estiveram disponíveis para utilização pelos clientes

**Meta 2018: 98,50%**

**1.2 - Indicador:** Índice de implementação do Projeto Cartório Modelo

Mede as etapas de implementação do Projeto que visa instituir o Cartório Modelo no estado

**Meta 2018: 30%**

Mapeamento dos processos e documentação

## Principais resultados

### 1.1 - Disponibilidade dos Serviços Essenciais ao Cidadão

Em termos estratégicos, resguardar a continuidade dos serviços essenciais da Justiça Eleitoral goiana, bem como promover a realização de iniciativas para aperfeiçoá-los, é fundamental para a instituição, que tem como visão de futuro ser modelo de excelência na gestão do processo eleitoral, fortalecendo a credibilidade da Justiça Eleitoral.

#### 4. Resultados da Gestão



**Figura 36: Disponibilidade dos serviços essenciais ao cidadão**

Destacam-se como serviços essenciais aqueles que suportam processos finalísticos e administrativos críticos: a Certidão de Quitação, o Diário da Justiça Eletrônico, o acesso a Internet, a Petição Eletrônica, o Sistema de Gestão do Cadastro de Eleitores (ELO), o Sistema de Andamento e Distribuição de Processos (SADP), o Sistema de Processo Judicial Eletrônico (Pje) e ainda o Sistema de Processo Administrativo (PAD).

### Justificativas para os resultados

O resultado positivo ratifica a utilização desse indicador no sentido de promover o foco na continuidade dos serviços essenciais do TRE/GO, bem como de fomentar a realização de iniciativas de aperfeiçoamento. Dentre as ações realizadas, ressalta-se a implementação do site backup com requisitos de alta disponibilidade para retomada dos serviços, em caso de falha do Data Center principal. Enfatiza-se também a conclusão do remanejamento do Data Center principal, restando apenas a aquisição de fibras óticas para efetivar a migração do switch que atende ao prédio sede. O backbone secundário foi totalmente migrado, efetivando-se a mudança da tecnologia, além de implicar em expressiva redução de custo desse serviço no exercício.

### Desafios e riscos

Implementar iniciativas que visem à manutenção e ao aperfeiçoamento da continuidade dos serviços essenciais, tais como: contratação de serviços de suporte e garantia do equipamento de replicação de dados (VPLEX); ampliação e atualização da infraestrutura do Datacenter e do Site Backup por meio da aquisição de novos equipamentos que permitirão otimizar o tempo de backup e restore de dados será o desafio para os próximos exercícios. O risco será o corte no orçamento que vem sistematicamente ocorrendo.

### Principais resultados

#### 1.2 - Implementação do Projeto Cartório Modelo

O TRE/GO priorizou o projeto Cartório Modelo, visando padronizar os procedimentos e as rotinas cartorárias, sobretudo nas demandas do usuário-cidadão (eleitor), a fim de aperfeiçoar os serviços eleitorais, proporcionando maior eficiência e transparência,

principalmente aqueles relativos às operações do cadastro eleitoral (alistamento, revisão, transferência, segunda via e atualização da situação eleitoral).

De acordo com os indicadores do **Relatório Justiça em Números**, o primeiro grau de jurisdição é o segmento mais sobrecarregado do Poder Judiciário e, por conseguinte, aquele que presta serviços judiciais e administrativos aquém da qualidade desejada.

Na Justiça Eleitoral, uma justiça especializada do Poder Judiciário da União, temos a Zona Eleitoral como uma região geograficamente delimitada dentro de um estado, gerenciada pelo Cartório Eleitoral, que centraliza e mantém o cadastro de eleitores domiciliados na localidade. A Zona Eleitoral pode ser composta por mais de um município ou apenas por parte dele. É nesta unidade administrativa que o eleitor tem contato direto com a Justiça Eleitoral, sendo o alistamento eleitoral a habilitação para participação ativa e passiva no processo eleitoral. A Zona Eleitoral é também uma unidade jurisdicional (art. 32 da Lei nº 4.737/65 – Código Eleitoral) de 1º grau.

A meta para 2018 do Projeto Cartório Modelo foi parcialmente alcançada, por meio da conclusão da elaboração das Instruções de Trabalho e sua aprovação. Para 2019, programou-se a realização de auditorias internas e externas com o propósito de conclusão da certificação da qualidade (ABNT NBR ISO 9001:2015), homologação das instruções de trabalho, reforma das instalações físicas e aquisição de mobiliário.

**Tabela 10: Atividades previstas do Projeto Cartório Modelo**

	2018	2019
Infraestrutura física (reforma do prédio)	-	R\$ 300.000
Elaboração das Instruções de trabalho	100%	
Aprovação das Instruções de trabalho	-	100%
Homologação das Instruções de trabalho	-	100%
Infraestrutura de móveis (mobiliário)*	100%	
Disponibilização das Instruções de Trabalho e modelos na <i>intranet</i>		100%

\*Móveis remanejados do Tribunal Pleno após sua reforma



**Figura 37: Resultados esperados – Implementação do Cartório Modelo**

## Justificativas para os resultados

O Projeto Cartório Modelo tem nos seus objetivos principais a melhoria no atendimento ao público, através da padronização dos procedimentos. Nesse sentido, foram desenvolvidos todos os documentos necessários à sua certificação pela NBR ISO 9001:2015, composto pelas instruções de trabalho, registros de qualidade e matriz de qualificação funcional. Para 2019 prevê-se a homologação das instruções e demais documentos, assim como a reforma do edifício que recebe o 18ª Zona Eleitoral.

## Desafios e riscos

A implantação do cartório modelo traz como desafio padronizar rotinas de trabalho baseadas na atualização de normas, procedimentos e capacitação dos servidores, levando em consideração as distintas realidades dos municípios goianos. Outro desafio é o engajamento dos servidores de primeira instância neste processo, haja vista a essencialidade do fator humano na criação de novas rotinas de trabalho padronizadas.

Já o risco está envolvido na falta de recursos financeiros para prover a implantação, tais como capacitação de pessoal, adequação física e reestruturação dos prédios dos cartórios eleitorais.

## Principais ações vinculadas ao Objetivo Estratégico, projetos, iniciativas e programas da Cadeia de Valor e seus respectivos resultados:

**2** **Iniciativa:** Consolidar o uso das metodologias de melhorias dos processos e identificação e tratamento dos riscos, priorizando os processos críticos da organização

**2.1 - Indicador:** Percentual de implementação das melhorias dos processos críticos mapeados e documentados Total de melhorias implementadas em relação ao total de melhorias previstas no plano de implementação de melhorias

### Meta 2018: 50%

Foram definidos como processos críticos o Planejamento de Eleições, gestão das contratações de serviços e aquisição de bens e gestão do quadro de pessoal, definindo melhorias que fazem parte do projeto de transformação de processos

**2.2 - Indicador:** Índice de processos com análise de riscos Percentual de processos da cadeia de valor, instituída pela Portaria PRES nº 792/2014, com a metodologia de riscos da organização, [Portaria nº 657/2016-PRES](#)

### Meta 2018: 100%



## Principais resultados

### 2.1 Implementação das melhorias dos processos críticos mapeados e documentados

O TRE/GO definiu como processos críticos o Planejamento de Eleições, a gestão das contratações de serviços e aquisição de bens e a gestão do quadro de pessoal, definindo melhorias que fazem parte do projeto de transformação de processos. Em 2018, foram implementadas melhorias no processo Planejamento de Eleições.

### Justificativas para os resultados

O resultado alcançado pela Gestão em 2018 foi o crescente mapeamento dos processos de trabalho do Planejamento das Eleições, em nível estratégico, com envolvimento e definição dos facilitadores do processo. O projeto de melhoria de processos terá continuidade em 2019 e exercícios seguintes.

### Desafios e riscos

Tratando-se de processos e riscos, a disseminação da cultura de gestão de processos com análise de risco será preponderante para o seu avanço, portanto, risco considerável será a estagnação do desenvolvimento das atividades de gestão de processos e riscos.

## 4. Resultados da Gestão

### 2.2 Processos com análise de Riscos

Foram identificados 51 riscos nos processos do Planejamento das Eleições 2018, sendo 5 (cinco) riscos em nível extremo, 22 (vinte e dois) riscos em nível alto, 22 (vinte e dois) riscos em nível médio e 2 (dois) riscos em nível baixo.

Uma boa gestão de risco permite à organização aumentar a confiança em alcançar os resultados desejados, reduzir as ameaças para níveis aceitáveis de maneira efetiva e tomar decisões para explorar oportunidade de maneira adequada.

#### Representação por classe do risco

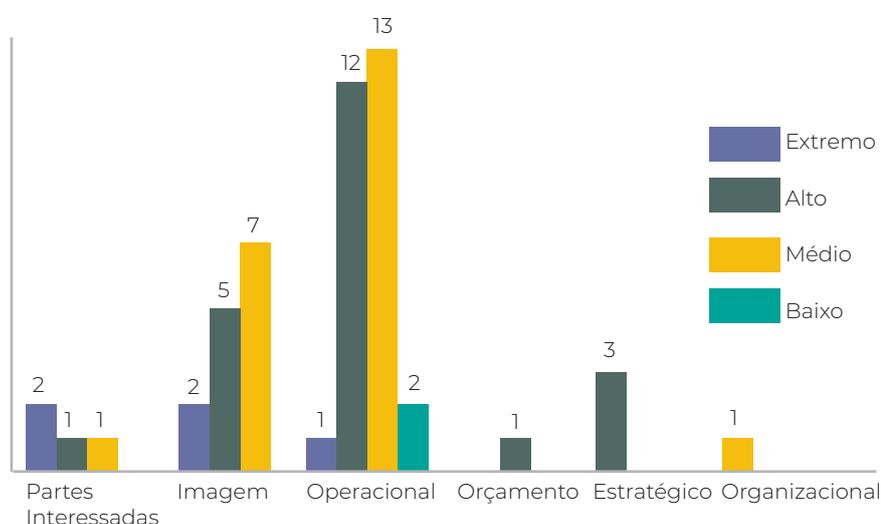


Figura 38: Representação por classe do risco

#### Resumo dos Processos com Análise de Riscos

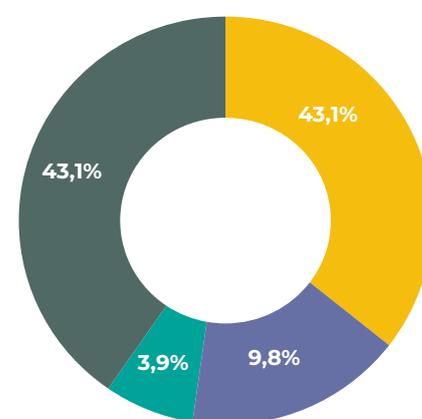


Figura 39: Resumo dos Processos com Análise de Riscos

### Justificativas para os resultados

Justifica-se o grande número de riscos em nível extremo e alto tendo em vista a magnitude do escopo envolvido na análise (Planejamento das Eleições), bem como o perfil conservador dos gestores dos processos de trabalho. Importante destacar que trata-se do primeiro ciclo da implantação da gestão de risco no Tribunal.

### Desafios e riscos

O desafio a ser enfrentado pela administração é disseminar a cultura de gestão de risco nas unidades, levando à sua efetiva incorporação nos processos de trabalho, objetivando eficácia e eficiência do gasto público.

O risco a ser considerado é a não difusão sistêmica da mentalidade de risco por toda a Justiça Eleitoral de Goiás.



## CADEIA DE VALOR

Processo Eleitoral

**Relação Institucional com a sociedade**

Prestação Jurisdicional de 1º e 2º Grau

### Visão Geral da Cadeia de Valor - Relação Institucional com a sociedade

O macroprocesso finalístico Relação Institucional com a Sociedade é composto pelos processos de atendimento ao público e educação para a cidadania. A diretriz norteadora dos processos é melhorar a comunicação institucional e o compartilhamento de informações entre o TRE/GO e a sociedade, visando promover melhorias no atendimento ao cidadão. Outra finalidade consiste em desenvolver ações educativas como meio de garantir no plano concreto os direitos da cidadania.

### Descrição da Cadeia de Valor

**Tabela 11: Descrição da Cadeia de Valor – Relação Institucional com a sociedade**

Macroprocessos Finalísticos	Processos	Produto(s)
Relação institucional com a sociedade	Atendimento ao público	Público atendido
	Educação para a cidadania	Ações educativas realizadas

Objetivo Estratégico 1:



### Garantir os direitos de cidadania

Refere-se ao desafio de garantir, no plano concreto, os direitos da cidadania, buscando fortalecer a democracia, observando práticas sustentáveis, acessibilidade e uso de tecnologia limpa.



### Diretrizes Estratégicas:

Melhorar a comunicação institucional e o compartilhamento de informações entre o TRE/GO e a sociedade.

**Principais ações vinculadas ao Objetivo Estratégico, projetos, iniciativas e programas da Cadeia de Valor e seus respectivos resultados:**

**1 Iniciativa:** Revisar e reestruturar os programas Eleitor do Futuro e Mesário Voluntário, visando ampliar suas atuações de forma a garantir a maior participação cidadã;

**1.1 - Indicador:** Índice de participação nos projetos de cidadania

Quantidade de pessoas que participaram dos projetos de cidadania promovidos pelo TRE/GO, através da Escola Judiciária Eleitoral, com a finalidade de medir o grau de alcance das ações de cidadania.

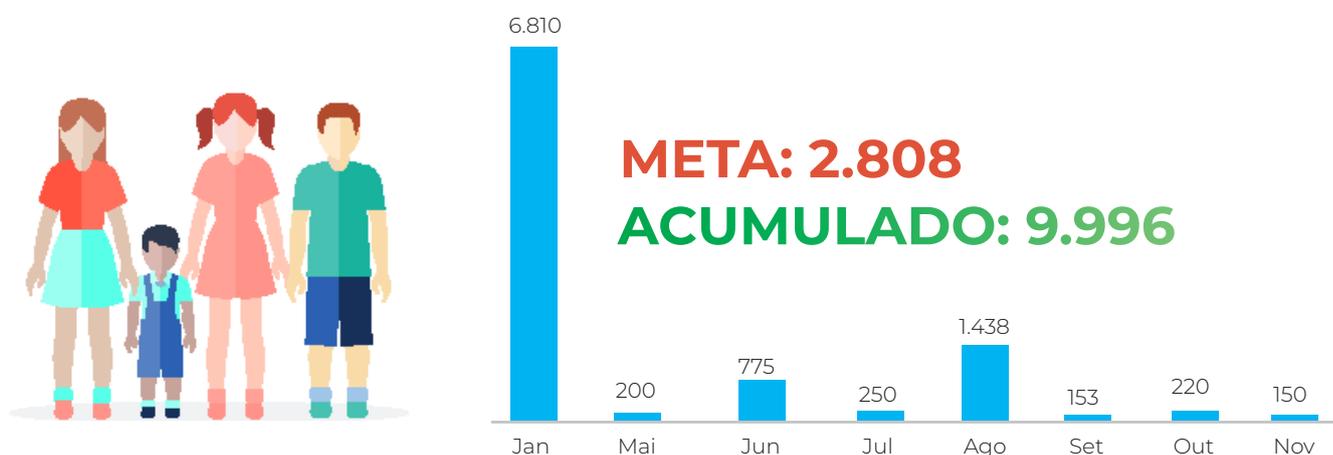
**Meta 2018: 2.808**

## Principais resultados

### 1.1. Participação nos projetos de cidadania

O TRE/GO estabeleceu diretriz para garantir os direitos da cidadania. Representa o desafio de engajar o cidadão no processo eleitoral.

As iniciativas delineadas como ações de fortalecimento da participação do cidadão no processo democrático são desenvolvidas pela **Escola Judiciária Eleitoral – EJE** e Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento – CEDE, que promovem de forma permanente, através dos programas Eleitor do Futuro e **Mesário Voluntário** a participação cidadã. No período, o TRE/GO promoveu também o evento da Corrida pela Democracia como interação com a sociedade, associando o evento à divulgação dos produtos e serviços oferecidos pela Justiça Eleitoral.



**Figura 40: Índice de participação nos projetos de cidadania**

### O programa Mesário Voluntário

O Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, desde 2004, mantém o Programa Mesário Voluntário, que foi concebido com a pretensão de intensificar o incentivo ao voluntariado voltado à prestação de serviço eleitoral nas mesas receptoras de votos e, também, propiciar aos universitários e público em geral conhecimentos teóricos e práticos sobre Cidadania e o Processo Democrático Eleitoral Brasileiro.

Desta forma, o Programa visa a participação mais efetiva dos eleitores, especialmente os estudantes, no processo democrático, incentivando-os para a inscrição voluntária nas atividades de mesário. Assim, busca-se sensibilizar a sociedade sobre a importância desta colaboração na realização dos trabalhos eleitorais, visando um melhor desempenho da Justiça Eleitoral no dia das eleições.

É responsabilidade do mesário manusear a urna eletrônica, prepará-la para receber o voto dos eleitores, zelar pela indevassabilidade da cabina de votação e fiscalizar a lisura do processo eleitoral na respectiva seção, dentre outras funções. Dessa forma, o mesário é personagem importante no processo eleitoral. Ele representa o povo, é o cidadão

participando efetivamente da construção da democracia. É o mesário, detentor do poder de representar o povo, que fiscaliza e constrói todo o processo eleitoral, legitimando e validando a ação da Justiça Eleitoral.



**Figura 41: Quantidade mesários voluntários Eleições 2018**

### Justificativas para os resultados

A EJE/GO alcançou a meta através das ações de cidadania implementadas em parceria com o **Centro de Integração Empresa/Escola – CIEE**, trazendo resultado nos primeiros meses de 2018. Foram atingidos cerca de seis mil alunos, inclusive com a distribuição de material didático impresso. Destaca-se a colaboração das instituições de ensino da capital, elemento facilitador das diversas palestras ministradas pela equipe da EJE/GO.

### Desafios e riscos

Para os exercícios subsequentes o TRE/GO tem o desafio de promover a reestruturação do Programa Eleitor do Futuro, para garantir sua ampliação nos municípios do estado.

Os riscos são minimizados pois as atividades não dependem de recursos de investimento.

## Principais ações vinculadas ao Objetivo Estratégico, projetos, iniciativas e programas da Cadeia de Valor e seus respectivos resultados:

### 2 **Iniciativa:** Revisar a carta de serviços ao eleitor

**2.1 - Indicador:** Índice de satisfação do cliente da Justiça Eleitoral em Goiás

Índice de aprovação em pesquisa específica realizada permanentemente com os clientes diretos e interessados. A satisfação dos clientes compreende os serviços prestados pelo Tribunal e sua imagem perante a sociedade.

**Meta 2018: 80%**

## Principais resultados

### 2.1. Satisfação do cliente da Justiça Eleitoral em Goiás

A Justiça Eleitoral tem como missão assegurar os meios que garantam à sociedade a plena manifestação de sua vontade pelo exercício do direito de votar e ser votado. O TRE/GO previu em seu Plano de Gestão Biênio 2018/2020 a revisão da Carta de Serviços ao eleitor como forma de melhorar a comunicação institucional e o compartilhamento de informações entre o TRE/GO e a sociedade. Apesar de ser uma iniciativa adotada como prioritária, não foi possível a sua realização em 2018 em razão das eleições gerais. Contudo, a partir de janeiro de 2019 iniciou-se o processo de revisão e atualização.

#### Pesquisa perante o eleitor

Foi realizada **pesquisa de satisfação** perante o eleitorado goiano no primeiro turno das Eleições de 2018. Para tanto, contou-se com a participação dos cartórios eleitorais de todo o estado. Foram enviadas às zonas o formulário da pesquisa e o quantitativo da amostra a ser coletada por cada uma delas, proporcionalmente ao número de eleitores do município abrangido.

O eleitor, além de sugerir melhorias para o processo eleitoral, opinou acerca dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral, a partir de questionamentos objetivos relacionados à confiabilidade da urna eletrônica, tempo de espera para votar, estrutura dos locais de votação, cortesia dos servidores, limpeza das ruas no dia da eleição e satisfação com os serviços da Justiça Eleitoral.

Do resultado da pesquisa, respondida predominantemente por mulheres de nível superior da faixa etária de 25 a 53 anos, verificou-se que a grande maioria está satisfeita com os serviços prestados. No entanto, pouco mais da metade encontra-se satisfeita com o tempo de espera para votar e a maioria não se encontra satisfeita com a limpeza das ruas no dia da eleição. Com relação à confiança da urna eletrônica observou-se uma queda significativa com relação aos anos anteriores.

Para a extração do resultado das sugestões de melhoria para o processo eleitoral, foi utilizada a técnica de mineração de textos, que busca representar graficamente e de



maneira proporcional ao número de vezes que aparece na pesquisa os termos citados com maior recorrência pelos respondentes. Destacou-se, em ordem crescente, os seguintes termos e palavras: “agilidade fila”, “agilidade”, “urna”, “limpeza”, “rua”, “biometria”, “mesário”, “votação” e “local de votação”.

**Agilidade fila** Votação  
Urna Rua Biometria Agilidade  
Local de Votação Limpeza Mesário

**Figura 42: Pesquisa de satisfação - palavras-chave**

### Justificativas para os resultados

Em 2018 foi realizada em Goiás a primeira eleição totalmente biométrica. Tratou-se de eleição geral para a escolha de seis cargos para Presidente da República, Senadores, Deputado Federal, Deputado Estadual e Governador. Esse cenário foi uma das razões pelas quais as filas se formaram em algumas seções eleitorais e que influenciou no resultado da pesquisa, devido ao longo tempo de espera para votar. Percebe-se, no entanto, que grande parte dos eleitores se sentem bem atendidos pelos servidores da Justiça Eleitoral, bem como estão satisfeitos com a estrutura e organização dos locais de votação e não encontram dificuldades em localizar as suas seções eleitorais.

### Desafios e riscos

A revisão e atualização da Carta de Serviços ao eleitor possui como desafio apresentar uma nova roupagem deste instrumento orientador. É necessário que as informações estejam em uma linguagem simples, clara, de fácil compreensão e fácil localização. O risco é de baixa classificação e consiste em não se alcançar parcela considerável da sociedade que não dispõe de meios de acessos digitais.

### Principais ações vinculadas ao Objetivo Estratégico, projetos, iniciativas e programas da Cadeia de Valor e seus respectivos resultados:

**3** **Iniciativa:** Desenvolver e profissionalizar os canais de comunicação com os clientes da justiça eleitoral, buscando a sistematização da divulgação dos serviços ao eleitor e outras informações, mantendo medição permanente do nível de satisfação dos clientes.

**3.1 - Indicador:** Índice de alcance das publicações nas mídias sociais      Mede o alcance das informações postadas pelo TRE/GO no Facebook (*reach*) e no Twitter (*impressions*) nos últimos 12 meses

**Meta 2018: 650 mil**

**3.2 - Indicador:** Tempo médio de resposta a contatos dirigidos à Ouvidoria      Mede o tempo médio, em dias úteis, entre o recebimento de cada solicitação dirigida à Ouvidoria e o envio de sua resposta

**Meta 2018: 10 dias**

## 4. Resultados da Gestão

### Principais resultados

#### 3.1 - Ampliação do alcance das publicações nas mídias sociais

Foram desenvolvidas informações abordando os seguintes temas:

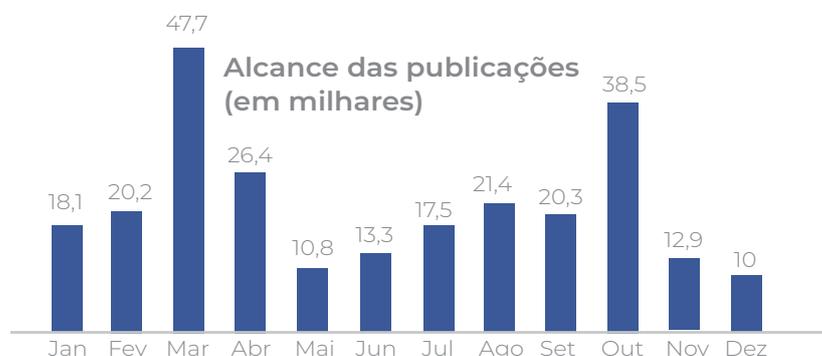
Acessibilidade **Mesário voluntário** E-título  
**Fake News** Cadastro eleitoral **Semana**  
**Calendário** Vote **Você Sabia?** **#vempraurna**  
**Eleitoral** Consciente **Voto em trânsito**

**Figura 43: Campanhas mídias sociais**

#### Estatísticas Redes Sociais



**317** publicações  
**257 mil** pessoas  
 alcançadas



**Figura 44: Alcance das publicações - facebook**



**378** publicações  
**Mais de 800 mil**  
 pessoas alcançadas



**Figura 45: Alcance das publicações - twitter**

### Justificativas para os resultados

Em 2018, ano eleitoral, as publicações nas redes sociais alcançaram mais de 1 milhão de pessoas através de mais de 370 publicações. As campanhas de esclarecimento ao eleitor ganharam destaques neste processo. Importante ressaltar que todas as publicações foram com alcance orgânico, sem pagamento para impulsionar a informação. Os assuntos que ocuparam as mídias sociais foram de esclarecimento quanto ao intenso fluxo de *fake news* (notícias falsas), com fortes ataques à transparência do processo eleitoral, em especial quanto à segurança da urna eletrônica.

### Desafios e riscos

Incorporar o conhecimento sobre o comportamento das redes sociais é o desafio maior da equipe de comunicação do TRE/GO. Neste sentido, destaca-se a necessidade de trabalhar

com a análise estatística de alcance das publicações. Outro desafio a considerar é a sensibilização da alta administração da necessidade de investimentos no desenvolvimento e profissionalização dos canais de comunicação com os clientes da justiça eleitoral.

A não realização de capacitação, associada à falta de investimentos necessários para a formação de recursos profissionais na produção de mídias voltadas para os diversos meios de comunicação, são riscos a serem considerados.

## Principais resultados

### 3.2 - Resposta a contatos dirigidos à Ouvidoria



**Figura 46: Resposta a contatos dirigidos à Ouvidoria**

### Justificativa para os resultados

A meta foi cumprida com prazo de atendimento dentro do intervalo máximo permitido. Ainda assim, a unidade tem buscado sua informatização, através de sistema adequado, bem como a implementação de rotinas de trabalho e aperfeiçoamento de processos já existentes, especialmente após sua recente inclusão no Sistema de Gestão de Qualidade do TRE.

Conscientes das deficiências existentes no processo de tramitação de suas demandas, a Ouvidoria mantém-se atenta ao cumprimento dos prazos, cobrando respostas das unidades, através de contatos telefônicos ou envio de e-mails, a fim de concluir o atendimento do manifestante no prazo estabelecido. Além disso, aos poucos, as atividades desenvolvidas por esta unidade têm se tornado melhor conhecidas pelo Tribunal, alcançando maior respeitabilidade, o que reflete, diretamente, no cumprimento dos prazos pelas unidades demandadas.

### Desafios e riscos

O atual desafio da Ouvidoria é a implementação de um sistema informatizado para melhor otimizar as respostas aos cidadãos, o que deverá ocorrer até maio de 2019. Estão sendo desenvolvidos estudos para a implementação do sistema da Ouvidoria Geral da União - OGU ou do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará - TRE/CE. O referido sistema terá impacto direto no controle de prazos de respostas prestados aos cidadãos e representa risco a ser mitigado caso não seja implementado.

## 4. Resultados da Gestão

### Ações de inovação

A Justiça Eleitoral, com o compromisso de fomentar a inovação institucional com vistas a atender novas demandas da sociedade, por meio da melhoria dos serviços e sempre alinhada com os avanços tecnológicos, criou vários aplicativos para serem utilizados nas Eleições 2018. Todos estão disponíveis para o eleitor tanto em versão Android quanto iOS e podem ser baixados nas lojas virtuais Apple Store e Google Play.



#### Boletim na Mão

Com esse aplicativo, qualquer cidadão poderá acessar, de forma rápida, segura e simplificada, as informações contidas nos Boletins de Urna (BU), que são impressos após o encerramento da votação e afixados em quadros de aviso nas seções eleitorais no dia da eleição.

A totalização dos resultados da eleição é a soma dos dados de todos os Boletins de Urna, de todas as seções eleitorais do País. O acesso facilitado a esses documentos permite que o cidadão verifique se o BU impresso na sua seção corresponde ao recebido pelo sistema de totalização de votos, dando ampla transparência ao processo eleitoral.



#### e-Título

O e-Título é um aplicativo móvel lançado pelo Tribunal Superior Eleitoral, que trouxe enormes benefícios tanto para o cidadão eleitor como para os Tribunais Regionais Eleitorais, para obtenção da via digital do título de eleitor. Permite o acesso rápido e fácil às informações do eleitor cadastradas na Justiça Eleitoral. Apresenta dados como: Zona Eleitoral, situação cadastral, além da certidão de quitação eleitoral e da certidão de crimes eleitorais.

O app pode ser baixado para smartphone ou tablet, nas plataformas iOS ou Android. Após baixá-lo, basta inserir os dados pessoais. Em Goiás mais de 400 mil pessoas já baixaram o aplicativo.



#### Resultados

Esse é o aplicativo que o eleitor deve baixar para acompanhar a apuração do resultado após o encerramento da votação. Por meio do celular ou tablet, o eleitor poderá visualizar em tempo real o número de votos dados a cada candidato.



#### Mesários

O aplicativo é destinado a um público de aproximadamente 2 milhões de mesários no país, sendo mais de 48 mil só em Goiás, que trabalharam nas Eleições 2018. Contém instruções gerais sobre a atividade do mesário e tem a função principal de dar suporte para o cidadão que vai prestar serviço no dia das eleições, de forma simples e rápida.



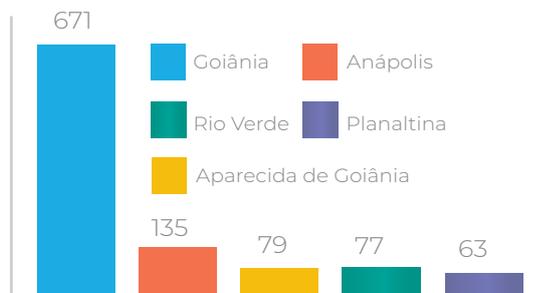
**Pardal**

O aplicativo possibilita aos eleitores denunciarem infrações durante as campanhas eleitorais, atuando como fiscais da eleição e importantes atores no combate a corrupção eleitoral.

O Pardal pode ser utilizado para noticiar diversos tipos de infrações eleitorais, como as relativas à propaganda eleitoral, compra de votos, uso da máquina pública, crimes eleitorais e doações e gastos eleitorais. Além do aplicativo móvel, o Pardal tem uma interface web, que fica disponível em anos eleitorais no site do TRE/GO para envio e acompanhamento das notícias de irregularidades.

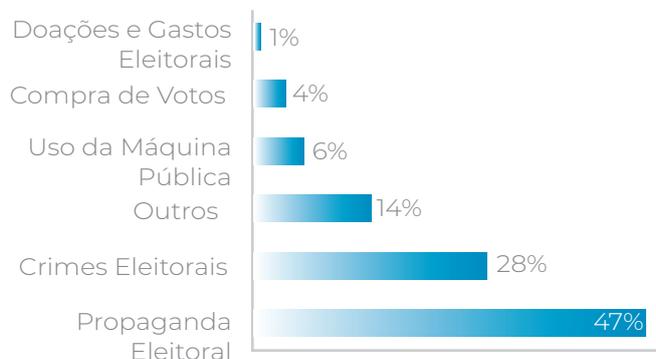
Em Goiás, o Pardal recebeu **1.670** notícias de infrações eleitorais, no período de 28 de agosto a 30 de outubro de 2018.

**Notícias de Infrações Eleitorais nos maiores municípios**



**Figura 47: Notícias de infrações eleitorais por maiores municípios**

**Notícias de Infrações Eleitorais**



**Figura 48: Notícias de infrações eleitorais**

**Principais ações vinculadas ao Objetivo Estratégico, projetos, iniciativas e programas da Cadeia de Valor e seus respectivos resultados:**

**4**

**Iniciativa:** Desenvolver e implantar o Projeto Corrida pela Cidadania “Vem pra urna”

A “Corrida pela Cidadania” instituída pelo TRE/GO promove a saúde, bem-estar e a qualidade de vida dos participantes, servidores e cidadãos, por meio do incentivo à prática esportiva. A iniciativa busca a interação com a sociedade, por meio dos produtos e serviços oferecidos pelo TRE/GO como o “Eleições Limpas”, “Eleições Verdes”, “Eleitor do Futuro”, o “Mesário Voluntário” e “Segurança da UE”.

**Resultados**

O projeto foi executado dentro dos padrões possíveis de execução em se tratando de um primeiro evento dessa natureza.

#### 4. Resultados da Gestão

Quanto aos produtos e serviços insertos no decorrer do evento, registre-se que melhorias terão de ser implementadas para a excelência das apresentações, interagindo com qualidade por meio dos produtos e serviços oferecidos pelo TRE/GO, como o “Eleições Limpas”, “Eleições Verdes”, “Eleitor do Futuro”, o “Mesário Voluntário” e “Segurança da UE.

Noutra frente, é preciso destacar os requisitos das partes interessadas precisam ser mais conhecidos, visando dar mais efetividade aos objetivos buscados pelo projeto.

Ressalte-se que o projeto impulsiona a imagem do TRE/GO junto à sociedade de forma muito abrangente.



**Figura 49: Números “Corrida do TRE/GO pela Democracia”**

Assim, a eficácia desejada foi atingida. Quanto à efetividade, entende-se que os impactos desejados foram plenamente atingidos.

#### **Justificativa para o resultado**

Os resultados esperados foram alcançados em razão do cumprimento das seguintes ações:

- Envolvimento do pessoal do TRE/GO no dia do evento;
- Equipe do projeto comprometida;
- Disponibilidade da estrutura do TRE/GO;
- Percurso aprovado aceito pela sociedade;
- Arte da corrida;
- Envolvimento da imprensa;
- Meta de servidores inscritos cumprida;
- Homenagem a um servidor do órgão, muito bem aceita pelos clientes internos.

## Desafios e riscos

Dentre os riscos a serem enfrentados nas próximas edições, pode-se citar:

- Dificuldade em conseguir patrocinadores;
- Problemas no sistema informatizado;
- Sinalização da corrida sem os marcos de quilometragem;
- Indefinição de data e hora do evento;
- Falta de dinamismo para execução de tarefas importantes;
- Baixa qualidade do kit pós-corrída;
- Lentidão na emissão dos resultados da premiação;
- Período de divulgação da corrida reduzido;
- Atraso na entrega de camisetas de corrida;
- Resistência a técnicas ou ações novas;
- Cultura organizacional;
- Tempo limitado do pessoal para envolvimento no programa;
- Tempo exíguo para execução do projeto.



Figura 50: Fotos “Corrida do TRE/GO pela Democracia”

#### 4. Resultados da Gestão

### CADEIA DE VALOR

Processo Eleitoral

Relação Institucional com a sociedade

**Prestação Jurisdicional de 1º e 2º Grau**

#### Visão Geral da Cadeia de Valor - Prestação Jurisdicional

A Prestação Jurisdicional (1º e 2º Graus) consiste na aplicação do direito para a solução das demandas da sociedade de forma adequada e com prazo razoável.

#### Descrição da Cadeia de Valor

**Tabela 12: Descrição da Cadeia de Valor – Prestação Jurisdicional de 1º e 2º Grau**

Macroprocessos Finalísticos	Processos	Produto(s)
Prestação Jurisdicional (1º e 2º Graus)	Administração dos Registros e do Processamento dos Feitos Judiciais	Dados atualizados quanto a processos protocolados, autuados, distribuídos, processados, julgados e arquivados/baixados
	Processamento de ações no 1º grau	Sentenças de 1º Grau
	Processamento de ações e recursos judiciais no 2º grau	Acórdãos e decisões monocráticas

Objetivo Estratégico 5:



### Garantir a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional

Tem por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos magistrados e servidores



### Diretrizes Estratégicas:

- Expandir a implantação do PJe na Justiça Eleitoral de Goiás;
- Fomentar a inovação institucional com vistas a atender novas demandas da sociedade por meio da melhoria de processos e serviços.

#### Prioridade Estabelecida

- **Expandir a implantação do Processo Judicial Eletrônico nas zonas eleitorais:** aumentar a velocidade das tramitações; transparência dos processos; economia de recursos financeiros e materiais; credibilidade perante a população.



### Principais ações vinculadas ao Objetivo Estratégico, projetos, iniciativas e programas da Cadeia de Valor e seus respectivos resultados:

**1** **Iniciativa:** Desenvolver ações que promovam a duração razoável do processo de forma a garantir a qualidade e a efetividade da prestação jurisdicional, através do acompanhamento e alimentação dos indicadores de desempenho.

**1.1 - Indicador:** Identificar e julgar com prioridade as ações que possam importar a não diplomação ou a perda do mandato eletivo, fixando-se prazo máximo de julgamento, não podendo ultrapassar 12 meses em todas as instâncias (1º grau)

Percentual de processos prioritários do 1º grau, que possam importar a não diplomação ou a perda do mandato eletivo, instruídos e julgados.

**Meta 2018: 75%**

**1.2 - Indicador:** Identificar e julgar com prioridade as ações que possam importar a não diplomação ou a perda do mandato eletivo, fixando-se prazo máximo de julgamento, não podendo ultrapassar 12 meses em todas as instâncias (2º grau)

Percentual de processos prioritários do 2º grau, que possam importar a não diplomação ou a perda do mandato eletivo, instruídos e julgados.

**Meta 2018: 75%**

**1.3 - Indicador:** Índice de julgamento de processos de conhecimento 1º grau

Relação entre a quantidade de processos de conhecimento julgados e o total de processos distribuídos no período.

**Meta 2018: 100%**

**1.4 - Indicador:** Índice de julgamento de processos de conhecimento 2º grau

Relação entre a quantidade de processos de conhecimento julgados e o total de processos distribuídos no período.

**Meta 2018: 100%**

**1.5 - Indicador:** Índice de julgamento de processos antigos 1º grau

Percentual dos processos antigos julgados até o final do exercício.

**Meta 2018: 100%**

**1.6 - Indicador:** Índice de julgamento de processos antigos 2º grau

Percentual dos processos antigos julgados até o final do exercício.

**Meta 2018: 90%**

**1.7 - Indicador:** Taxa de congestionamento 1º grau

Percentual dos processos antigos julgados até o final do exercício.

**Meta 2018: 35%**

**1.8 - Indicador:** Taxa de congestionamento 2º grau

Relação entre os processos baixados e o acervo existente no período.

**Meta 2018: 35%**

## Principais resultados

### 1.1. Identificar e julgar com prioridade as ações que possam importar a não diplomação ou a perda do mandato eletivo, fixando-se prazo máximo de julgamento, não podendo ultrapassar 12 meses em todas as instâncias (1º grau)

Considera-se duração razoável do processo que possa resultar em perda de mandato eletivo o período máximo de 1 (um) ano, contado da sua apresentação à Justiça Eleitoral (Meta Específica nº 1 do TSE), que tem como objetivo fundamento no disposto no [art. 97-A da Lei 9.504/97](#) e obteve, como resultado no ano de 2018, o índice de 9,73%, bem abaixo do especificado para o seu cumprimento, que é de 100%.

### Justificativa para o resultado

As razões para o não cumprimento da Meta estipulada, relativamente ao 1º grau de jurisdição, devem-se, principalmente, a:

- existência, no acervo de processos que compõem o escopo do indicador, de diversas ações, cujos prazos para julgamento já haviam expirado em período anterior ao da leitura do indicador, o que prejudica sobremaneira a obtenção do resultado;
- o indicador considera, dentro de seu escopo de leitura, processos de candidatos não eleitos que, pela natureza das ações, não importariam em perda de mandato ou não diplomação, o que aumenta o escopo de medição, afasta o objetivo primordial da meta e reduz o índice de cumprimento da meta.

Foram adotadas ações tendentes a melhorar o cumprimento dos prazos de julgamento das ações, consideradas prioritárias, com o acompanhamento específico em todas as inspeções ordinárias realizadas pela Corregedoria do TRE/GO e a expedição de orientação aos Magistrado de 1º grau acerca da meta e sobre a importância do cumprimento dos prazos.

### Desafios e riscos

Em 2019, a meta teve a sua métrica completamente reformulada, o que gerará grandes desafios, como a necessidade de uma nova análise sobre o seu cumprimento, bem como dos fatores que impactam o seu desempenho.

Existem também riscos a serem considerados na execução do objetivo da meta, como:

- A complexidade das ações relativas às eleições 2016 a serem julgadas;
- Problemas pontuais que ocasionaram o congestionamento de prestações de contas eleitorais em determinadas zonas eleitorais.



## Principais resultados

### **1.2 Identificar e julgar com prioridade as ações que possam importar a não diplomação ou a perda do mandato eletivo, fixando-se prazo máximo de julgamento, não podendo ultrapassar 12 meses em todas as instâncias (2º grau).**

Meta específica fixada pelo Conselho Nacional de Justiça para a Justiça Eleitoral, no XI Encontro Nacional do Poder Judiciário, e que tem por objetivo dar cumprimento ao artigo 97-A da Lei 9.504/97, referente à duração razoável dos processos que possam resultar em perda de mandato eletivo. Meta não alcançada no segundo grau, tendo-se atingido um percentual de 16,55% de um alvo fixado em 75%.

### **Justificativa para o resultado**

Um fator relevante, diz respeito ao escopo da meta, considerado muito abrangente, cujos critérios para aferição, adotados nacionalmente, abarcaram também processos de candidatos não eleitos, tendo em vista que os parâmetros aprovados se referiam a determinados assuntos e classes, não se levando em conta a situação do candidato, se eleito ou não, o que fez com que, na prática, houvesse desvio do objetivo da Meta (priorizar ações que possam importar a não diplomação ou a perda do mandato eletivo), ampliando muito o rol de processos tidos por prioritários. Além disso, entraram no cômputo estoques antigos, com prazo de julgamento já esgotados, comprometendo o grau de cumprimento de forma inexorável. Nesse contexto, do estoque de 82 processos oriundos de 2016 e 2017, referentes às eleições de 2016, 62 deles já entraram para a Meta em 2018 com prazo de julgamento encerrado em 31/12/2017, número que, ao final de 2018, representou quase 50% do total de processos a serem julgados, tendo em vista que foram distribuídos mais 48 processos em 2018, totalizando 130. Por outro lado, julgou-se no prazo (3 meses para as classes recursais e 6 meses para as classes originárias) 24 processos, dos quais 15 de forma antecipada; 91 processos foram julgados fora do prazo, sendo que em alguns casos o descumprimento da Meta ocorreu por poucos dias de atraso.

Para 2019, o Conselho Nacional de Justiça realizou ajustes nos critérios dessa Meta, como a exclusão dos processos de candidatos não eleitos, relativos às eleições de 2018, e o cômputo dos julgamentos dos estoques antigos para apurar o índice de cumprimento, o que parece se ajustar melhor aos objetivos da Meta.

### **Desafios e riscos**

Para o exercício em curso, a Meta consiste em julgar, até 31/12/2019, 90% dos processos referentes às eleições de 2016 e 75% dos processos de candidatos eleitos nas Eleições de 2018. Assim, o desafio diz respeito ao julgamento dos estoques dos recursos das eleições de 2016 e dos processos dos candidatos eleitos em 2018. Em tese, o risco maior de não cumprimento envolveria os processos das eleições de 2018, por se tratar de ações originárias, que se encontram na fase instrutória e necessitarão de um monitoramento exclusivo, especialmente no que diz respeito ao cumprimento de diligências e Cartas de Ordem expedidas às Zonas Eleitorais para tomada de depoimentos e oitivas de testemunhas.

## Principais resultados

### 1.3 Índice de julgamento de processos de conhecimento 1º grau.



A Meta Nacional nº 1, consistente no julgamento dos casos novos, assim considerados, foi cumprida rigorosamente, atingindo o índice de 103,89%.

#### Justificativa para o resultado

O resultado foi alcançado em razão da manutenção de um bom fluxo de entrada e saída de processos, apresentando um volume de saída maior que o de entrada.

#### Desafios e riscos

O grande desafio para este exercício será manter o ritmo de julgamento das ações, tendo em vista tratarem-se de ações de maior complexidade e que demandam procedimentos mais complexos

O cumprimento da meta pode ser impactado negativamente pela implantação do PJe no 1º grau, que demandará grande esforço das zonas eleitorais nos treinamentos. As mudanças nas rotinas de trabalho, juntamente com a necessidade de adequação de espaço físico em alguns casos, representam riscos a serem tratados.

## Principais resultados

### 1.4 Índice de julgamento de processos de conhecimento 2º grau



Meta alcançada, cujo alvo consiste em julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente. Em 2018, o Tribunal atingiu o grau de cumprimento de 107,14%. No período, foram autuados 2232 processos abrangidos pelo indicador e julgados 2391

#### Justificativa para o resultado

Para atender aos prazos de julgamento dos processos de registro de candidaturas, institui-se no âmbito do TRE/GO grupo de trabalho para processamento desses feitos, o que agilizou o cumprimento dos atos processuais. Criou-se também estrutura de apoio aos Gabinetes dos Juízes Auxiliares, responsáveis pelo julgamento das representações referentes à propaganda eleitoral, com a lotação de servidores para assessorar esses Magistrados. Além disso, o alcance da Meta deve-se, primordialmente, ao funcionamento da Secretaria aos sábados, domingos e feriados, no período de 15 de agosto a 19 de dezembro, em razão dos prazos contínuos e peremptórios determinados pelo artigo 16 da LC 64/90.

#### Desafios e riscos

O maior desafio para 2019 consiste no julgamento das prestações de contas dos candidatos não eleitos, cujo prazo se encerra em 29 de novembro de 2019 (Resolução TSE n. 23.555/2017 - Calendário Eleitoral). Em tese, o risco mais alto envolve o cumprimento do prazo pela Unidade responsável pela análise técnica, local onde a maioria dessas prestações de contas se encontram atualmente, aguardando parecer.



## Principais resultados

### 1.5 - Índice de julgamento de processos antigos 1º grau



A Meta Nacional nº 2, relacionada ao julgamento e redução do estoque de processos antigos, também foi plenamente alcançada, obtendo o índice de 106,37%.

#### Justificativa para o resultado

O resultado se deve, em grande medida, ao fato de que o estoque de processos antigos (19.625) se referiam em sua quase totalidade a Prestações de Contas de Campanha Eleitoral, relativas às Eleições Municipais de 2016, que foram quase totalmente julgadas ainda em 2017.

#### Desafios e riscos

O grande desafio para este exercício será manter o ritmo de julgamento das ações, tendo em vista que o estoque de processos antigos referem-se a ações de maior complexidade e demandam procedimentos mais complexos. O cumprimento da meta pode ser impactado negativamente pela implantação do PJe no 1º grau, que demandará grande esforço das zonas eleitorais nos treinamentos, mudanças de rotinas e até adequação de espaço físico em alguns casos.

O fator de risco a ser considerado diz respeito aos processos de execução fiscal, haja vista que o adimplemento pela parte executada acaba por ocasionar grande mora nos processos, mesmo participando com percentual no acervo de processos, entre 3% e 4%, os processos de execução fiscal podem impactar, principalmente em anos anteriores àqueles em que se realizam eleições municipais, por terem um peso substancial no acervo e, por conseguinte, no cumprimento da meta.

## Principais resultados

### 1.6 - Índice de julgamento de processos antigos 2º grau



Meta relativa ao julgamento de 90% dos processos distribuídos até 31/12/2016 foi alcançada, tendo em vista que foram julgados 94,18% desses processos. Trata-se, essencialmente, de prestações de contas partidárias e recursos das eleições de 2016.

#### Justificativa para o resultado

Resultado favorável em razão de o TRE/GO ter priorizado o julgamento dos processos antigos no primeiro semestre, tendo em vista que no segundo semestre concedeu-se preferência aos processos das eleições 2018, em observância à legislação de regência.

## Desafios e riscos

O desafio para 2019 refere-se ao julgamento das prestações de contas partidárias e recursos das eleições de 2016, autuados neste Tribunal até 31/12/2017. O risco, em tese, relaciona-se ao fato das prestações de contas serem processos com tramitação mais demorada, tendo em vista a juntada de documentos em várias fases, com retorno dos autos à Unidade técnica para novas análises.

## Principais resultados

### 1.7 - Taxa de congestionamento 1º grau

Referente à Taxa de Congestionamento no 1º grau, obteve-se o resultado de 41%, frente à Meta (do tipo quanto menor, melhor) de 40% projetada para o ano, estando, portanto, ligeiramente acima do esperado.

### Justificativa para o resultado

A razão de seu resultado ter ficado aquém do esperado, reside no fato de que a relação entre os processos em situação pendente e aqueles baixados permaneceu estável devido, sobretudo, ao fato de que em anos eleitorais as prioridades se voltam para ações de logística voltadas à preparação do pleito.

Apesar de ter havido um bom fluxo de saída de processos, a taxa de congestionamento apresentou certa estabilidade na relação entre os processos em situação pendente ao final do período de aferição e aqueles baixados no ano, considerando sobretudo, o fato de que em anos eleitorais, particularmente nos meses de agosto a novembro, o trâmite de ações consideradas não prioritárias acabam prejudicadas em detrimento do cumprimento das ações próprias das eleições.

## Desafios e riscos

Assim como em todos os indicadores relacionados à movimentação processual, o grande desafio para este exercício será o de manter o ritmo de julgamento das ações.

O cumprimento da meta pode ser impactado negativamente pela implantação do PJe no 1º grau, que demandará esforço das zonas eleitorais nos treinamentos, constituindo risco a ser considerado, também as alterações nas rotinas de trabalho e até mesmo a necessidade de adequação de espaço físico em alguns casos.

## Principais resultados

### 1.8 - Taxa de congestionamento 2º grau

Meta não alcançada, atingindo-se um percentual de 40,74% de um alvo fixado em 35% (quanto menor o índice melhor). Em 2018, foram baixados 2.309 processos, restando pendentes 1.588, destacando-se que, desse estoque remanescente, 1297 são prestações de contas.



## Justificativa para o resultado

Em anos eleitorais, são ajuizadas, no mês de novembro, as prestações de contas dos candidatos que disputaram o pleito, priorizando-se o julgamento das contas dos eleitos, a fim de que possam ser diplomados. Nesse contexto, existe a probabilidade de uma taxa de congestionamento maior, tendo em vista a inviabilidade desses processos serem arquivados ou expedidos para outra instância no mesmo exercício.

## Desafios e riscos

Meta ainda não fixada para o ano de 2019, cujo alvo deverá ser definido em breve na revisão do Planejamento Estratégico. O desafio é alcançar uma taxa de até 35%, resultado que, em tese, poderá ser obtido, caso sejam baixadas as prestações de contas dos candidatos não eleitos em 2018.

2

**Iniciativa:** Expandir a utilização do sistema PJe, promovendo sua implantação gradual nas zonas eleitorais.

A expansão em Goiás da implantação do PJe a todas as unidades judiciárias da Justiça Eleitoral tornará a prestação jurisdicional especializada mais célere, além de mais econômica, de forma a materializar garantias constitucionais, como a da celeridade e da duração razoável do processo.

## Justificativa para o resultado

O desafio é a implantação do PJe em todas as Zonas Eleitorais deste estado, de forma gradual, no período de agosto a outubro/2019, conforme calendário definido pelo Tribunal Superior Eleitoral e Meta Nacional Específica para a Justiça Eleitoral, aprovada no XII Encontro Nacional do Poder Judiciário.

Para as eleições municipais de 2020, no 1º grau, tramitarão no PJe todas as classes originárias, destacando-se Registro de Candidatura (RCand), Prestação de Contas (PC), Representação (Rp), Mandado de Segurança, dentre outras. Com a implantação do PJe no 1º Grau, as classes recursais também passarão a tramitar no PJe, no 2º Grau, atingindo-se 100% das classes originárias e recursais, tanto no 1º Grau quanto no 2º.

## Desafios e riscos

Para a eleição de 2020, no 1º grau, deverão tramitar as classes processuais Registro de Candidatura (RCand) e Prestação de Contas (PC) no PJe.

**3** **Iniciativa:** Aprimorar os mecanismos de obtenção de informações gerenciais e estatísticas junto ao PJe.

O Sistema PJe não possui mecanismos de obtenção de informações gerenciais e estatísticas. Atualmente, o Tribunal utiliza o Sistema desenvolvido pelo TRE/RO para o acompanhamento das Metas Nacionais e das variáveis que compõem o Módulo de Produtividade e o Justiça em Números (Resolução CNJ n. 76/2009).

### **Justificativa para o resultado**

Embora o TRE/GO não tenha tomado a iniciativa de desenvolver mecanismo próprio, diante da existência de outras demandas que necessitam ser atendidas com o aprimoramento desse Sistema ou o desenvolvimento de mecanismo próprio para a extração desses dados, vem acompanhando as iniciativas de outros regionais eleitorais com o propósito de não realizar ações redundantes.

### **Desafios e riscos**

O PJe é um Sistema desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com os órgãos do Poder Judiciário. Não obstante o tempo em produção, até o momento, não foi desenvolvido o módulo estatístico, que permitiria a obtenção de dados gerenciais. Assim, revela-se um grande desafio desenvolver mecanismos de extração de dados indispensáveis à governança judiciária.



## **Desafios remanescentes e próximos passos**

O movimento reformista de austeridade econômico-financeira e o cenário de restrições orçamentárias impostas à Administração Pública, associado à exigência de aperfeiçoamento da gestão dos recursos e de incorporação dos aspectos ambientais e sociais, são desafios para o Poder Público.

Para atender a esses desafios e às demandas cada vez mais crescentes, que exigem a mudança de postura em relação ao cliente, o Tribunal realizará em 2019 a revisão do Planejamento Estratégico 2016/2021. Foi identificada a necessidade de ajustes na estratégia com fundamento nas medições ocorridas em 2017 e 2018, revelando a necessidade de melhor ouvir e implementar aquilo que é importante para o cliente/cidadão.

Nesse contexto, já estão sendo implementadas pelo Tribunal ações para assegurar que as decisões institucionais estejam direcionadas aos interesses dos clientes, a fim de garantir efetividade ao Código de Defesa do Usuário do Serviço Público (Lei nº 13.460/2017). Além disso, também encontra-se em pauta a revisão da cadeia de valor e a disseminação da gestão de riscos e da qualidade em todas as rotinas de trabalho, visando aprimorar o processo eleitoral, ajustando-o aos desafios contemporâneos da Justiça Eleitoral. Ademais, com vistas a melhor disseminar a estratégia, integrar as diversas unidades do Tribunal e promover a intercomunicação dos processos de trabalho, aperfeiçoa-se a comunicação interna do Tribunal, inclusive com previsão de publicação em 2019 de nova resolução para tratar do assunto.

Com vistas a aperfeiçoar a gestão institucional, está em curso o planejamento de ações relacionadas à utilização otimizada dos recursos e de novas tecnologias.

A citada otimização de recursos compreende, dentre outros, a automatização das rotinas de trabalho e redimensionamento da força de trabalho do Tribunal, visando a maior eficiência dos processos e o enfrentamento da provável insuficiência de material humano diante da vigente impossibilidade de nomeações e das aposentadorias previstas para os próximos anos.

Já a utilização de novas tecnologias visa, além de otimizar as rotinas de trabalho, a reunião de dados dispersos em várias unidades, garantir confiabilidade de dados aos gestores e dar informações relevantes para a tomada de decisões estratégicas. No ano de 2019 está prevista a implantação do Sistema de Inteligência de Negócio, para auxiliar na gestão dos recursos financeiros e na produtividade dos servidores, e a aquisição de um sistema (aplicativo) integrado, para gestão da governança, dos riscos, da qualidade e do desempenho dos processos de trabalho.



# Alocação de recursos e áreas especiais de gestão



# Gestão Orçamentária e Financeira



## Declaração do titular da unidade

À Secretaria de Administração e Orçamento (SAO), dentre outros, compete planejar, gerir e regular as atividades relativas a procedimentos de licitação, compras e contratos, administração de material, patrimônio, infraestrutura e serviços, gestão orçamentária, financeira e contábil, bem como, melhorar o desempenho dos seus processos organizacionais, assegurando a adoção de boas práticas de gestão e contribuindo para a ampliação do número de ações de responsabilidade social e práticas sustentáveis. Nos cabe ainda, a gestão das informações em referência, disciplinadas pela Lei n.º 12.527/2011 (LAI).

### 1. Objetivos estratégicos

Nesse contexto e considerando o desdobramento da estratégia do Tribunal no âmbito da Secretaria, seus objetivos abrangem o aperfeiçoamento dos mecanismos de alinhamento das necessidades orçamentárias aos aprimoramentos do processo eleitoral e da prestação jurisdicional. Envolve, ainda, estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais da Justiça Eleitoral, traduzidas em três iniciativas mestras: aperfeiçoamento da gestão de aquisições e contratações; alinhamento entre o planejamento estratégico e o orçamentário e o aperfeiçoamento da gestão orçamentária.

### 2. Estratégia e metas de implementação dos objetivos

À luz das estratégias nacionais, Resolução n.º 198/2014 – CNJ e Resolução n.º 23.543/2017 – TSE, bem como do Planejamento Estratégico 2016-2021, o Plano de Gestão 2018-2020 definiu as ações prioritárias da gestão, com especificação das diretrizes, metas e iniciativas.

Nessa seara, cabe a Secretaria de Administração e Orçamento a leitura de cinco indicadores (Indicador 3, 4, 5, 22 e 23) que atingem os objetivos estratégicos 2 – fortalecer a governança institucional e 8 – aperfeiçoar a gestão orçamentária, cujas metas estão delineadas no [Plano de Gestão](#)

### 3. Principais ações realizadas

Com o objetivo de garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais da Justiça Eleitoral em Goiás, foram gastos, em 2018, R\$ 26.728.784,07 em contratações relativas a custeio e investimentos, cuja descrição detalhada seguirá em gestão de licitações e contratos e gestão patrimonial e infraestrutura.

### 4. Desafios e oportunidades

O cenário político-econômico com a promulgação da Emenda Constitucional n. 95/2016, instituindo o Novo Regime Fiscal para controle dos gastos públicos na esfera federal, impactou os referenciais monetários das despesas primárias a partir do exercício de 2017 e

## 5. Alocação de recursos e áreas especiais de gestão

a inscrição em restos a pagar, tornando urgente a adoção de medidas de aprimoramento na alocação dos recursos públicos, como a implantação do Sistema de Gestão de Custos da Justiça Eleitoral – SIGEC. Este, na direção estratégica apontada pelo órgão superior, trará maior visibilidade no que se refere a melhoria da qualidade do gasto e a obtenção de informações para tomada de decisão nos diversos níveis hierárquicos, com vistas a eficiência, eficácia e efetividade.

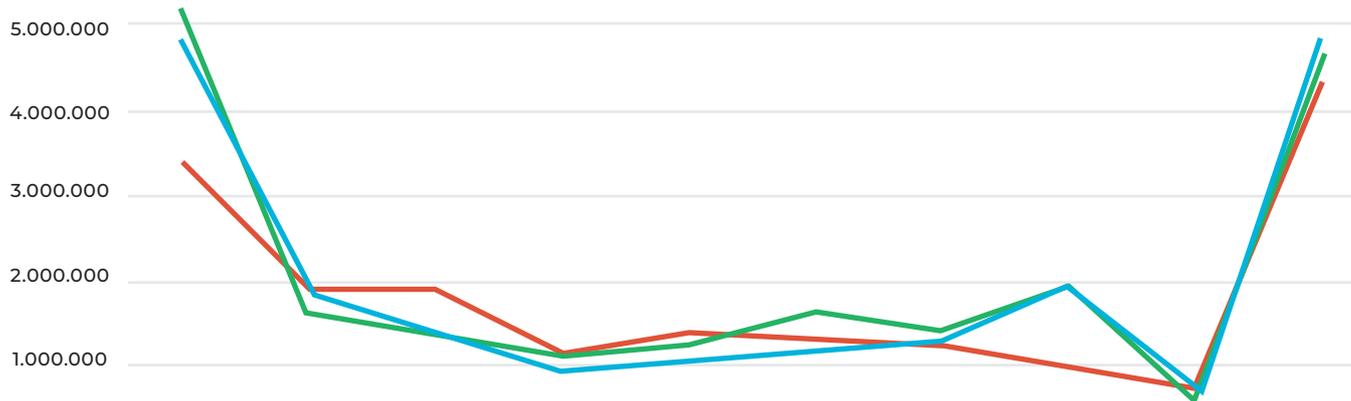
### 5. Conformidade com a legislação e confiabilidade das informações prestadas

A ação conjunta e integrada da Secretaria de Administração e Orçamento, Diretoria-Geral e Assessoria Jurídica Administrativa da Presidência é que garante a conformidade das contratações com as normas, principalmente as Leis nº 4.320/64, 8.666/93, 10.520/02, Lei Complementar nº 101/00, Instruções Normativas do então Ministério do Planejamento e recomendações do Tribunal de Contas da União.

Pelo exposto, DECLARO para os fins necessários, o cumprimento satisfatório das metas contidas nos planos para o exercício, a legalidade dos atos, a confiabilidade das informações e a eficácia, eficiência e economicidade da gestão do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás para viabilizar e concretizar os objetivos estratégicos de gestão pública em alinhamento com o plano estratégico institucional.

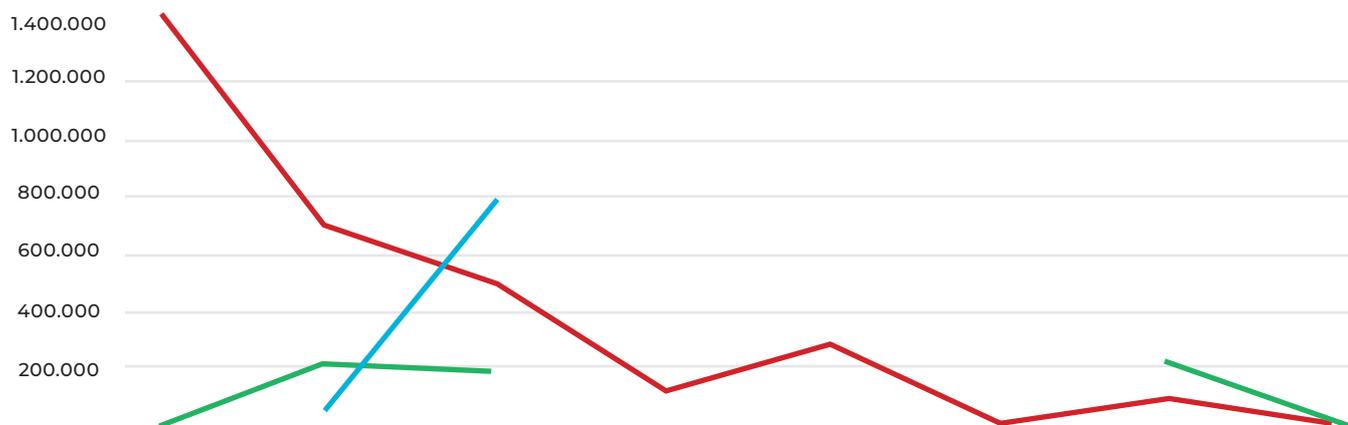
### Demonstração da Eficiência

#### 1. Perfil do Gasto



	Teleprocessamento	Limpeza e Conservação	Apoio adm, téc. e operac.	Manutenção predial	Energia elétrica	Vigilância ostensiva	Locação de imóveis	Estagiários	Condomínios	Outras despesas
2018	3.398.695	1.906.692	1.824.565	1.140.186	1.367.957	1.274.303	1.207.001	989.906	717.008	4.402.455
2017	4.890.753	1.873.782	1.404.421	941.979	1.072.854	1.203.432	1.252.261	1.933.154	638.814	4.836.550
2016	5.279.400	1.573.080	1.286.610	1.086.380	1.246.931	1.611.330	1.373.706	1.945.547	565.307	4.726.266

Figura 51: Perfil do gasto - serviços



	Veículos	Outros bens permanentes	Bens de informática	Apoio administ. técn. e operac.	Móveis	Subst. Sist. Climat. (sede/anexo)	Aquisição de softwares	Outras despesas
<b>2018</b>	1.416.800	701.499	488.888	133.474	285.393	16.200	98.000	-
<b>2017</b>	-	50.173	785.560	-	90.800	-	19.552	-
<b>2016</b>	-	217.454	198.900	-	103.230	-	201.620	16.371

**Figura 52: Perfil do gasto - investimentos**

## 1.2. Discussão do desempenho

Planilha de aderência vide [Capítulo 6 - Anexos](#).

## 1.3. Explicações sobre variações do resultado

Houve uma melhora significativa na performance de execução financeira do orçamento. Entretanto, verifica-se o impacto resultante dos dispositivos da EC 95/2016, sobretudo dos valores inscritos em restos a pagar do exercício 2017 que refletiram negativamente nos limites de pagamento do exercício 2018.

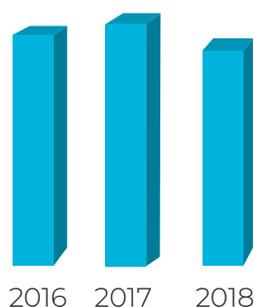
A estratégia adotada, de detalhar as despesas aprovadas em Unidade Gestoras de Recursos, demonstra-se eficaz, trazendo a responsabilidade compartilhada para a execução do orçamento.

Uma dificuldade a ser vencida é aquela relacionada às fases do processo de aquisição de bens e serviços, agora, mapeado e passando por melhoria. O procedimento licitatório apresenta-se carente de aperfeiçoamento como na maioria dos órgãos públicos.

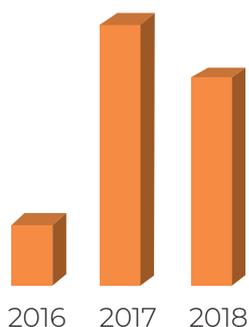
5. Alocação de recursos e áreas especiais de gestão

Valores finais autorizados na Lei Orçamentária Anual por exercício financeiro:

**DESPESAS  
CORRENTES**



**INVESTIMENTO**



**Figura 53: Gastos despesas correntes e investimentos**

**Tabela 13: Gastos despesas correntes e investimentos**

LOA	2016	2017	2018
Despesas Correntes	23.458.058	23.524.168	23.329.391
Investimento	1.031.182	4.421.550	3.539.364

**INSCRIÇÕES EM RESTOS A PAGAR**



**Figura 54: Incrições em restos a pagar**

Alcançou-se o percentual de **64,38%** de aderência à execução de ações planejadas para 2018.

A seguir são apresentadas as despesas que impactaram negativamente no cálculo da aderência 2018. Algumas dessas, entretanto, indicam melhoria na qualidade da utilização de recursos públicos.

**Tabela 14: Despesas por percentual de aderência e análise**

Despesas	Percentual de Aderência	Análise Crítica
MANUTENÇÃO PREDIAL	72,92%	Não foi liquidada a despesa com a reforma do Arquivo do Anexo II e a do Cartório de Formosa foi liquidada em 30% do planejado.
VIGILÂNCIA OSTENSIVA	74,93%	Houve o fechamento de diversos postos de trabalho, o que afetou o desempenho nesta despesa.
MATERIAL DE CONSUMO	62,25%	Racionalização das aquisições e medidas de incentivo à economia na utilização dos bens de consumo.
DIÁRIAS PARA SUBSTITUIÇÕES	18,11%	Houve significativa diminuição dos Claros de Lotação nas Zonas Eleitorais com a implementação do rezoneamento pela Resolução TRE/GO n. 271/2017, que reduziu a quantidade de Zonas Eleitorais e viabilizou a redistribuição dos servidores.
ESTAGIÁRIOS	51,30%	O Contrato 16/2013 venceu em 04/04/2018, e em 15/06/2018 foi firmado o novo contrato.



APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL DE TI	23,76%	Foi disponibilizado para STI o valor de R\$ 169.078,53 executado da seguinte forma: <ul style="list-style-type: none"><li>✓ Oferecido como fonte de recursos para o Contrato TSE nº 16/2015.</li><li>✓ Contratação do Serviços System Center, parte inscrita em Restos a Pagar (RP)</li></ul>
SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	0,05%	Foi disponibilizado para STI o valor de R\$ 630.000,00, e executamos da seguinte forma: <ul style="list-style-type: none"><li>✓ Oferecido como fonte de recursos para o Contrato TSE nº 16/2015 (PAD nº 7153/2018) o valor de R\$ 530.101,47;</li><li>✓ Contratação de Certificado Digital do tipo e-CNPJ para Presidência (PAD nº 4165/2018) - valor de R\$ 350,00;</li><li>✓ Contratação Certificados digitais - visitas técnicas (PAD nº 7696/2017) - valor: R\$ 900,00;</li><li>✓ Inscrição em Restos a Pagar (RP) - o valor de R\$ 600,00 referente a contratação de Certificados digitais - visitas técnicas (PAD nº 7696/2017).</li></ul>
DESPESAS DE TELEPROCESSAMENTO	68,92%	Foi disponibilizado para STI o valor de R\$ 3.404.810,00. <ul style="list-style-type: none"><li>✓ Foram realizados Bloqueios nos valores de R\$ 1.300.000,00 e R\$ 250.049,24 da despesa de teleprocessamento, para pagamento de RP (PAD 994/2018).</li><li>✓ Redução na execução decorrente de novas contratações do serviço de comunicação de dados entre o TRE e as Zonas Eleitorais, reduzindo-se esse gasto em aproximadamente 57%.</li></ul>
SUBSTITUIÇÃO DO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO AMBIENTAL DO EDIFÍCIO SEDE E ANEXO I DO TRE/ GO	15,54%	O orçamento inicialmente aprovado foi insuficiente para execução da substituição do sistema de climatização, adiando o projeto. A administração optou por substituir o limite de investimento para custeio e reprogramou o orçamento para a aquisição das Placas Fotovoltaicas.
CAPACITAÇÃO ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL	-	Não se realizaram os eventos planejados pela Escola Judiciária Eleitoral em 2018.

## 5. Alocação de recursos e áreas especiais de gestão

Quanto às aquisições de bens e contratações de serviços, pode-se perceber uma performance nitidamente superior de pleito eleitoral sobre as ordinárias.

Em 2018 foram executadas 153 (cento e cinquenta e três) das 183 (cento e oitenta e três) discriminadas nos planos de aquisições (ordinário e pleito eleitoral), ou seja, 83,60% (oitenta e três vírgula sessenta por cento), sendo que 113 (cento e treze) foram executadas dentro do prazo previsto, totalizando 61,74% (sessenta e um vírgula setenta e quatro por cento) do total das aquisições previstas nos dois planos.

No que tange apenas ao Plano de Aquisições Ordinário, foram executadas 103 (cento e três) das 130 (cento e trinta) aquisições ali discriminadas, ou seja, 79,23% (setenta e nove vírgula vinte e três por cento), sendo que 72 (setenta e duas) foram executadas dentro do prazo previsto, ou seja, 55,38% (cinquenta e cinco vírgula trinta e oito por cento) do total de aquisições previstas no plano.

Em relação ao Plano de Aquisições de Pleitos Eleitorais, foram executadas 50 (cinquenta) das 53 (cinquenta e três) aquisições ali discriminadas, ou seja, 94,33% (noventa e quatro vírgula trinta e três por cento), sendo que 41 (quarenta e uma) foram executadas dentro do prazo previsto, isto é, 77,35% (setenta e sete vírgula trinta e cinco por cento) do total de aquisições previstas no planejamento.

### 1.4. Principais desafios e ações futuras

O principal desafio da gestão consiste em ajustar o teto de gastos imposto pela Emenda 95/2016, à modernização da infraestrutura física e tecnológica e a melhoria dos produtos entregues, somados a necessidade premente de aumentar a performance da execução financeira das contratações, com aperfeiçoamento do plano anual de aquisições e buscando sempre a melhoria dos processos de trabalho.

Em 2018, tramitaram 1850 procedimentos na Coordenadoria de Bens e Aquisições que entregaram aos processos finalísticos, em especial, o planejamento e distribuição de materiais e contratação/disponibilização de serviços para as Eleições.

Nesse sentido, são perspectivas e desafios a serem enfrentados: o aperfeiçoamento do processo de aquisições de bens e serviços reduzindo a excessiva tramitação em algumas unidades; a necessidade de revisão dos processos de trabalhos instituídos; a revisão/aprimoramento dos normativos em vigor; a melhoria na disponibilização e transparência das informações sob responsabilidade da Unidade, bem como na comunicação; e a necessidade de ferramentas computacionais para controle e monitoramento.

Vivenciamos um período no qual os recursos disponíveis e a qualidade do resultado devem definir a forma de trabalho e refletir a eficácia dos controles internos administrativos instaurados, com a ampliação da utilização das listas de verificação.

Ainda, quanto ao tema, é importante consignar que novas contratações geraram economia



ao erário em valores significativos, como ocorreu com os serviços de teleprocessamento e transmissão de dados, reduzidos em aproximadamente 50%. Resultado semelhante pode ocorrer em 2019 com o comissionamento da energia produzida pelas usinas de energia solar referenciadas no tópico: Gestão de Infraestrutura.

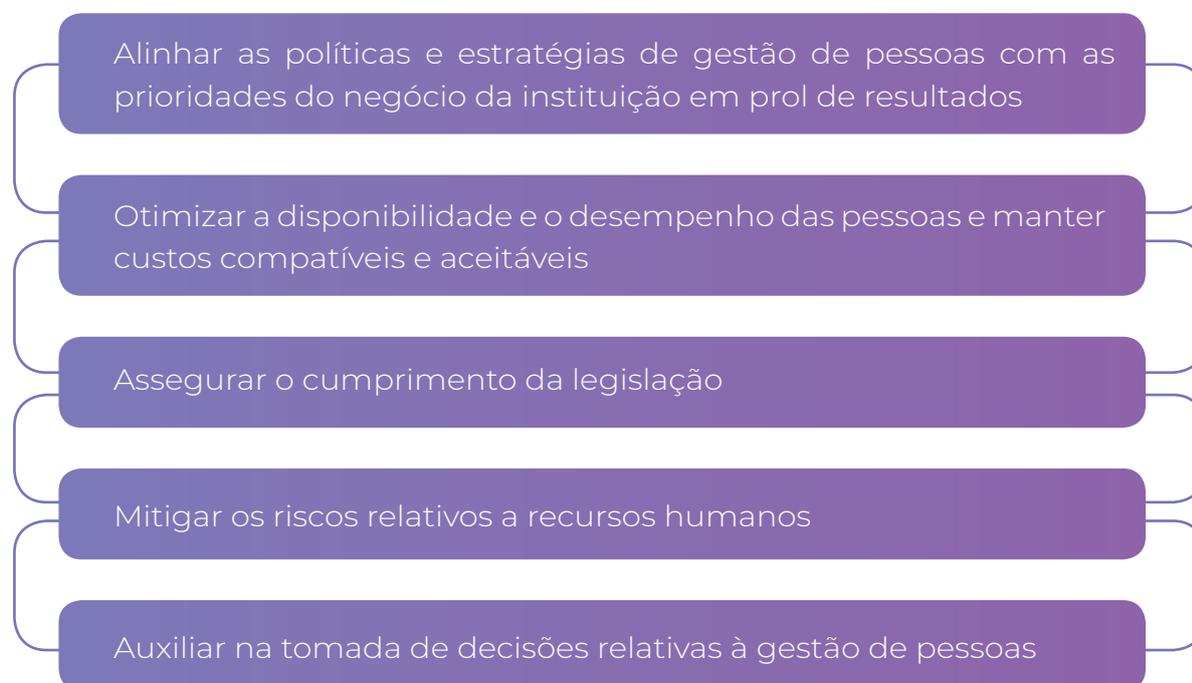
# Gestão de Pessoas

## Declaração do titular da unidade

A Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás vem, ao longo dos últimos anos, envidando esforços para a modernização de suas práticas de governança e gestão de pessoas, alinhando-se e assimilando o referencial teórico produzido pelo Tribunal de Contas da União, em especial de 2013 para cá, no tocante a governança de pessoal (iGovPessoas), sem olvidar os normativos e evoluções jurisprudenciais oriundas do Conselho Nacional de Justiça e Tribunal Superior Eleitoral.

### 1. Objetivos estratégicos

Em 30 de novembro de 2017 a Alta Administração aprovou o Plano de Gestão de Pessoas. O plano derivou dos Acórdãos TCU n. 3.023/2013 e 358/2017, tendo como escopo:



**Figura 55: Objetivos estratégicos da SGP**

Inspirada no referencial teórico fornecido pela Corte de Contas, esta Secretaria alinhou, em conjunto com as áreas estratégicas de governança e gestão deste Tribunal, sua cadeia de valor, condensando os subsistemas de gestão de pessoas em um modelo resumido e de fácil aderência aos objetivos tático-operacionais derivados do Plano, conforme figura 56:



**Figura 56: Cadeia de valor da SGP**

Em seguida, os diversos quesitos apresentados nos questionários do Tribunal de Contas da União de 2013 e 2016 foram transformados em objetivos tático-operacionais, e o indicador iGovPessoas ganhou destaque, passando a compor a estratégia organizacional, como se vê no Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás 2016-2021, indicador 19 – Índice de Maturidade em Gestão de Pessoas – iGovPessoas.

A lógica dessa decisão encontra-se no fato de que o Tribunal de Contas da União, após exaustiva pesquisa e primoroso trabalho, reuniu questões acerca das melhores práticas de governança e gestão de pessoas, atuando assim como vetor de excelência nas áreas de pessoal da Administração Pública Federal, visão essa incorporada por este Regional Eleitoral em sua estratégia corporativa.

Sendo assim, foi definida como visão de futuro a ser perseguida por esta Secretaria alcançar o estágio de maturidade aprimorada no iGovPessoas até dezembro de 2021, adaptando-se, ano a ano, às inovações e evoluções metodológicas oriundas do TCU.

A seguir apresentamos a evolução do indicador iGovPessoas coletado anualmente pela Corte de Contas.

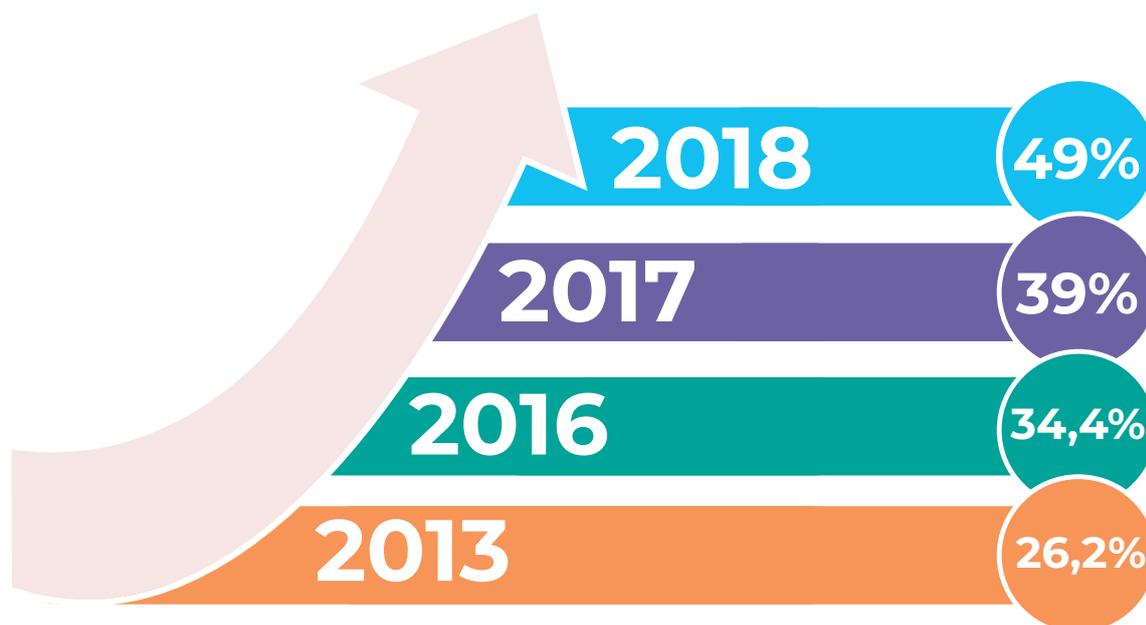


Figura 57: Evolução anual do indicador iGovPessoas

## 2. Estratégia e metas de implementação dos objetivos

Para fazer frente aos desafios impostos à Administração, foram elencadas prioridades na atuação. A primeira iniciativa foi a elaboração (2017) e implantação (2018) de instrumento de planejamento que pudesse condensar, a uma só vista, toda a estratégia da área de gestão de pessoas – o Plano de Gestão de Pessoas.

Com base no referido Plano foram realizados diversos estudos, projetos e melhorias em processos de trabalho, tais como proposição de minuta de dimensionamento da força de trabalho para os Cartórios Eleitorais; elaboração de seleção interna para ocupação de funções de confiança; início de utilização de ferramenta para análise do perfil comportamental do servidor (DISC); elaboração de minuta de Resolução contemplando práticas de reconhecimento de desempenho exemplar, dentre outras iniciativas alinhadas aos diversos quesitos dos Acórdãos TCU n. 3.023/2013 e 358/2017.

A metodologia prevê a continuidade do desenvolvimento de projetos e melhoria nos processos de trabalho tendo como norte os quesitos do levantamento de 2016 do iGovPessoas, de modo a alcançar, até 2021, o grau de maturidade aprimorada do índice.

## 3. Principais ações realizadas

O contrato de maior relevância em vigor sob gestão desta Secretaria é o de estagiários.



Figura 58: Gasto com estagiários

## 5. Alocação de recursos e áreas especiais de gestão

A Secretaria de Gestão de Pessoas atuou no exercício fiscal com foco no desenvolvimento de seus projetos e processos de trabalho, e teve desempenho determinante na alocação da força de trabalho para o êxito das Eleições Gerais 2018.

Em decorrência das restrições orçamentárias para contratação de postos de trabalho e das limitações para provimento de cargos efetivos, buscou-se alternativas que pudessem prover o capital humano necessário ao cumprimento da missão institucional.



Figura 59: Alocação de pessoal para Eleições 2018

## 4. Principais desafios e oportunidades

Os maiores desafios em gestão de pessoas, no atual cenário, são:

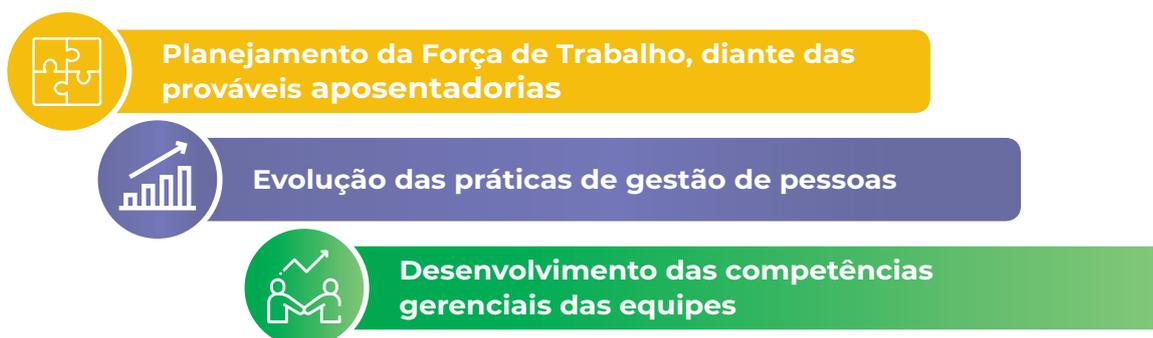


Figura 60: Maiores desafios em gestão de pessoas

A Justiça Eleitoral de Goiás poderá suportar a aposentadoria de 40 servidores até 2020. Esse número representa perda significativa em termos quantitativos, dada a dificuldade de reposição por concurso, em face das restrições impostas pelo Novo Regime Fiscal. Tal possibilidade também impactará a organização em termos qualitativos, pela dificuldade de se implantar política efetiva de gestão do conhecimento que possa mitigar os efeitos de eventual perda de capital humano experiente sem que isso afete sua capacidade produtiva.

De igual sorte, em função das restrições quantitativas das equipes, é grande o desafio de implementar melhorias, pois novos projetos exigem investimento de pessoas e horas de trabalho, já escassos para o serviço ordinário. As práticas de gestão de pessoas e das demais unidades deverão passar por ganhos de eficiência decorrentes da informatização de serviços e revisão dos processos de trabalho, de modo a liberar capital humano para áreas de maior valor agregado.

Para lidar com as complexidades internas e externas, é necessário que os gestores desenvolvam/aprimorem capacidades técnicas em gestão, deixando de focar apenas o operacional. Desenvolvimento e controle de indicadores de desempenho, mapeamento e mitigação de riscos internos administrativos, determinação do grau de satisfação dos clientes internos e externos e a otimização dos processos de trabalho devem ser rotina para o corpo gerencial.

Para tanto, a área de gestão de pessoas continuará investindo em programa de desenvolvimento gerencial, aliado a outras ferramentas, como pesquisa de clima, gestão por competências, programa de qualidade de vida no trabalho, dentre outros, conforme abaixo.



**Figura 61: Ferramentas de gestão de pessoas**

Diante do exposto, a área de gestão de pessoas do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás espera exercer com eficiência suas atribuições como macroprocesso de apoio à governança e gestão da Justiça Eleitoral em Goiás, utilizando-se das ferramentas gerenciais necessárias ao cumprimento de sua missão.

5. Alocação de recursos e áreas especiais de gestão

## 5. Conformidade legal

Legislação aplicada



Figura 62: Legislação aplicada

## 6. Confiabilidade das informações prestadas

As informações prestadas pela área da SGP são confiáveis e podem ser conferidas nos sistemas administrativos do TRE/GO, TSE e da Administração Pública Federal.



### Apontamentos da unidade de Controle Interno

Encontram-se em implementação recomendações oriundas de procedimentos de auditoria interna, conforme abaixo:

#### **PADs 7182/2016 e 1569/2019 - Avaliação de Controles Internos - Folha de Pagamento**

**Objetivo:** Avaliar a estrutura de controles internos relacionada ao processo de alimentação e geração da Folha de Pagamento de servidores.

**Cumprimento de recomendações:** Item 9.1 - em implementação pela Seção de Pagamento. Item 9.2 - em implementação pela Coordenadoria de Pessoal, conforme PAD n. 1569/2019.

#### **PAD 2673/2018 - Auditoria no processo de gestão da força de trabalho**

**Objetivo:** Avaliar os critérios utilizados pelo Tribunal para o dimensionamento da força de trabalho.

**Cumprimento de recomendações:** Achados 1, 2 e 3 - dimensionamento da força de trabalho das zonas eleitorais em análise no PAD 12.054/2018. Achados 4 e 5 - projeto de implantação da gestão por competências previsto para maio de 2019, conforme PAD 1688/2019. Achado 6 - desenvolvimento de metodologia de Distribuição da Força de Trabalho para a Sede aguardando atuação TSE, conforme comando da Corte Superior Eleitoral.

#### **PAD 5741/2018 - Fiscalização de Revisão Analítica da Folha de Pagamento**

**Objetivo:** Verificar a conformidade e os cálculos dos valores apresentados na folha de pagamento dos servidores.

**Cumprimento de recomendações:** Achado 1 - a amostra apontou a necessidade de revisão de cálculos de um servidor, cuja folha complementar encontra-se no PAD 11.251/2018.

#### **PAD 3126/2018 e 1524/2019 - Recomendações da CAUD - Avaliação de controle**

**Objetivo:** A presente auditoria tem por objetivo avaliar a estrutura de controles internos do processo de acertos de pessoal.

**Cumprimento de recomendações:** Por ser um processo de trabalho extenso, os achados de auditoria envolvem outras unidades intervenientes do Tribunal. A Diretoria-Geral determinou a abertura em autos apartados de procedimento para revisão dos fluxogramas (já cumprido), bem como apresentação de minuta de ato normativo próprio, ainda em trâmite.

**Figura 63: Recomendações oriundas de procedimentos de auditoria interna**

## Demonstração da Eficiência

### 1. Conformidade Legal

Todos os atos de gestão de pessoas do exercício 2018 atenderam ao princípio da legalidade.

### 2. Avaliação da força de trabalho

Os dados apresentados possuem como fonte o sistema interno SGRH, exceto quando indicado forma diversa, e referem-se a 31.12.2018.

Tabela 15: Tipologia dos cargos/situação funcional

Tipologias dos Cargos   Situação funcional	Lotação	
	Autorizada	Efetiva
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	896	833
1.1. Membros de poder e agentes políticos	7	6
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	889	827
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	525	463
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	71	71
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	293	293
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>896</b>	<b>833</b>

Total Força de Trabalho por gênero

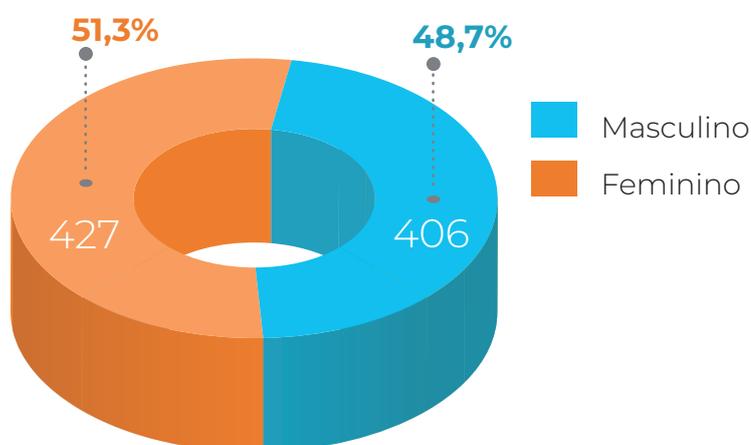


Figura 64: Força de trabalho por gênero

Pessoas com deficiência: 2,28%

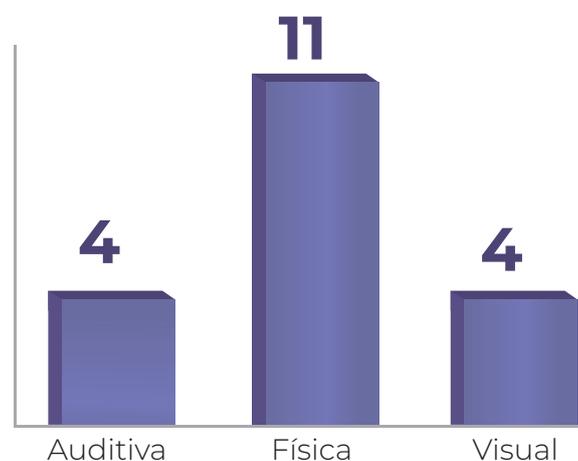
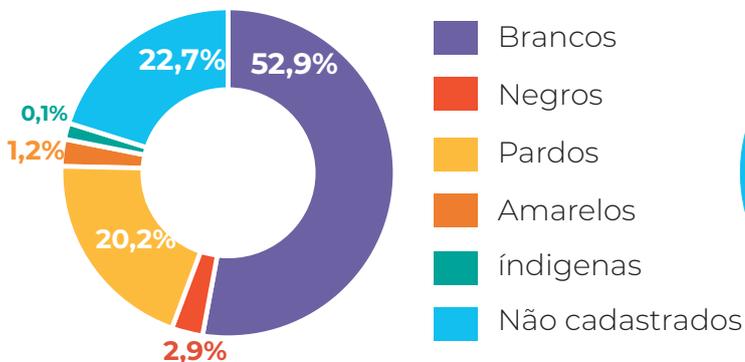


Figura 65: Servidores com deficiência

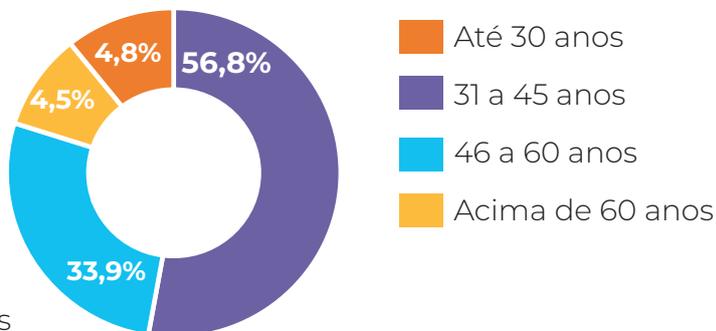


**Etnia/raça**



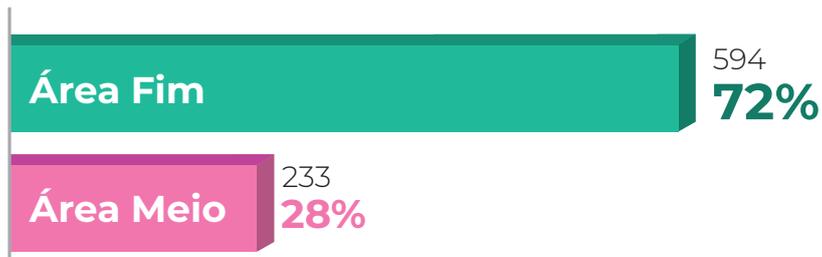
**Figura 66: Etnia/raça dos servidores**

**Servidores de carreira - faixa etária**



**Figura 67: Faixa etária dos servidores**

**Servidores - lotação efetiva por área**



**Figura 68: Lotação efetiva por área**

**Tabela 16: Servidores por cargo e área**

**SERVIDORES POR CARGO E ÁREA - DEZEMBRO 2018**

ÁREA	ESPECIALIDADE	PROVIDOS	VAGOS	TOTAL		
ANALISTA JUDICIÁRIO	ADMINISTRATIVA	-	18	1	19	
		CONTABILIDADE	3	0	3	
	APOIO ESPECIALIZADO		ANÁLISE DE SISTEMAS	8	0	8
			ARQUITETURA	1	0	1
			BIBLIOTECONOMIA	1	0	1
			ENGENHARIA	2	0	2
			ENGENHARIA ELÉTRICA	2	0	2
			MEDICINA	3	0	3
			ODONTOLOGIA	2	0	2
			PSICOLOGIA	1	0	1
	JUDICIÁRIA	-	176	2	178	
<b>NÍVEL SUPERIOR</b>		<b>217</b>	<b>3</b>	<b>220</b>		

**SERVIDORES POR CARGO E ÁREA - DEZEMBRO 2018**

	ÁREA	ESPECIALIDADE	PROVIDOS	VAGOS	TOTAL
TÉCNICO JUDICIÁRIO	ADMINISTRATIVA		258	5	263
	ADMINISTRATIVA	ELETRICIDADE E TELECOMUNICAÇÕES	5	0	5
		SEGURANÇA	7	1	8
		SEGURANÇA JUDICIÁRIA	1	0	1
		TELEFONIA	1	0	1
	APOIO ESPECIALIZADO	DIGITAÇÃO	8	0	8
		ENFERMAGEM	1	0	1
		OPERAÇÃO DE COMPUTADORES	6	0	6
		PROGRAMAÇÃO DE SISTEMAS	12	0	12
	<b>NÍVEL SUPERIOR</b>			<b>299</b>	<b>6</b>
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>516</b>	<b>9</b>	<b>525</b>

### 3. Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

A estratégia de recrutamento e alocação de pessoas para composição da força de trabalho segue os parâmetros abaixo:



#### Recrutamento

- Concurso público de provas
- Nomeação para cargos em comissão
- Requisições
- Estágio remunerado
- Contratação de prestação de serviços



#### Alocação de pessoas

- Cartórios eleitorais - provimento originário e remoção
- Sede - critério misto entre demanda e histórico do quantitativo de lotações

**Figura 69: Recrutamento x Alocação de pessoas**

#### 4. Detalhamento da despesa de pessoal (ativo, inativo e pensionista)

A evolução das despesas de pessoal ativo absorveu duas parcelas do Plano de Cargos e Salários decorrente da Lei n. 13.317/2016, que majorou o percentual da Gratificação de Atividade Judiciária das carreiras do Poder Judiciário da União. O gráfico abaixo contempla, os valores pagos a força de trabalho ativa, bem como serviço extraordinário, pensionistas e inativos relativas às Eleições 2018 (Pleitos). Os valores e a movimentação do quadro de pessoal inativo e pensionista apresentou crescimento vegetativo dentro da normalidade.

##### Evolução dos gastos com pessoal

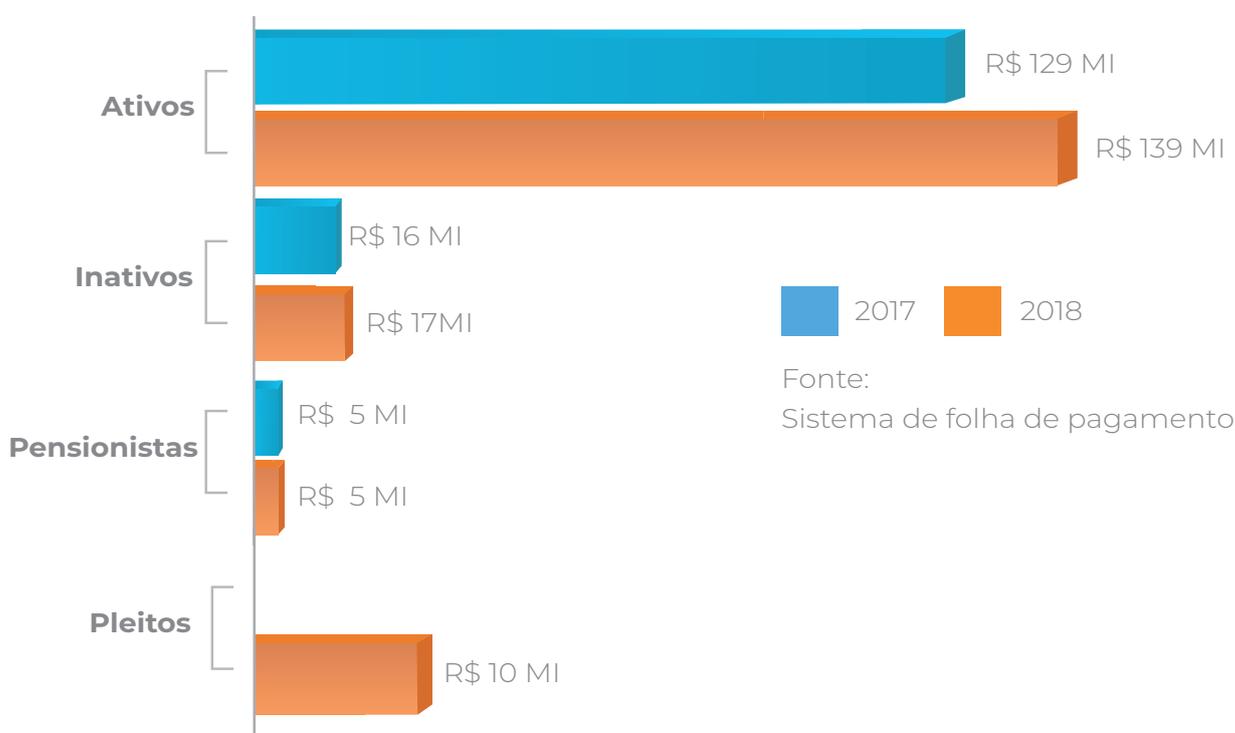


Figura 70: Evolução dos gastos com pessoal

##### Quantitativo inativos e pensionistas

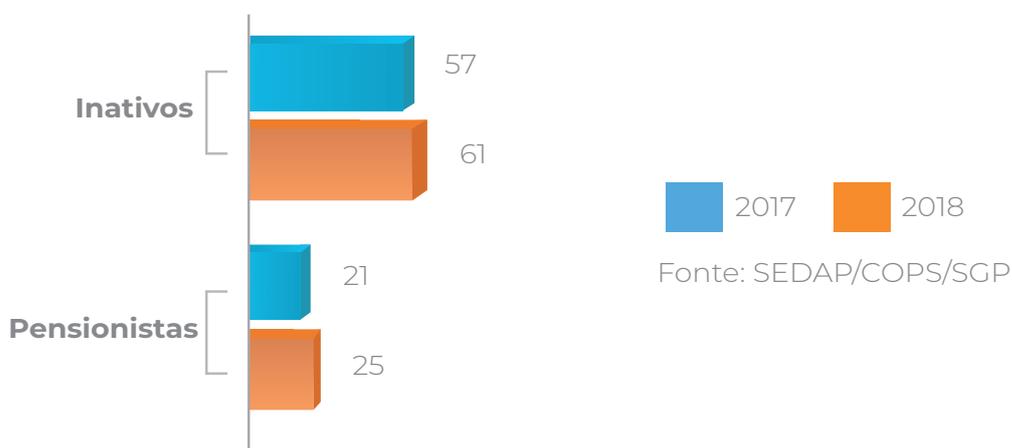


Figura 71: Quantitativo inativos e pensionistas

## 5. Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia

### Gratificação de desempenho

A remuneração dos cargos de provimento efetivo das Carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário é composta pelo Vencimento Básico do cargo e pela Gratificação Judiciária (GAJ), acrescida das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, conforme disposto na lei 11.416/2006 e alterações posteriores, bem como orientações preconizadas na Resolução TSE n. 22.582/2007.

### Estágio probatório, progressão e promoção funcional

A avaliação de desempenho e estágio probatório dos servidores deste Regional são regidos pela lei nº 8.112/90 e pela Resolução TSE n. 22.582/2007. A movimentação na carreira, entre classes e padrões, ocorre se o servidor for aprovado em avaliação de desempenho, de acordo com critérios previstos nos citados normativos.



**Figura 72: Estágio probatório, progressão e promoção funcional**

### Servidores em estágio probatório - 2018



**Figura 73: Servidores em estágio probatório**



Tabela de remuneração e distribuição de servidores por faixa salarial

**Tabela 17: Quantidade de servidores por classe/padrão**

**Quantidade de servidores por Classe/Padrão  
Dezembro de 2018**

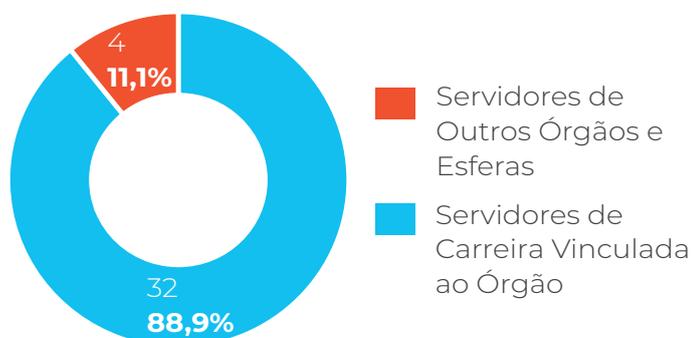
CARREIRA / CLASSE ESCOLARIDADE /PADRÃO		Ativos			
		Total	Remuneração (VB+GAJ)		
<b>ANALISTA</b>	<b>C</b>	<b>SUPERIOR</b>	13	161	R\$ 17.442,23
			12	9	R\$ 16.934,21
			11	2	R\$ 16.440,98
			10	4	R\$ 15.962,12
			9	7	R\$ 15.497,19
			8	6	R\$ 14.661,49
	<b>B</b>	<b>SUPERIOR</b>	7	1	R\$ 14.234,45
			6	1	R\$ 13.819,87
			5	1	R\$ 13.417,35
			4	8	R\$ 13.026,56
			3	6	R\$ 12.324,07
			2	10	R\$ 11.965,11
			1	4	R\$ 11.616,61
<b>TOTAL ANALISTA</b>			<b>220</b>		
<b>TÉCNICO</b>	<b>C</b>	<b>MÉDIO</b>	13	195	R\$ 10.630,85
			12	24	R\$ 10.321,23
			11	8	R\$ 10.020,59
			10	9	R\$ 9.728,75
			9	8	R\$ 9.445,36
			8	7	R\$ 8.936,03
	<b>B</b>	<b>MÉDIO</b>	7	5	R\$ 8.675,74
			6	6	R\$ 8.423,06
			5	2	R\$ 8.177,74
			4	16	R\$ 7.939,55
			3	10	R\$ 7.511,41
			2	8	R\$ 7.292,61
			1	7	R\$ 7.080,21
<b>TOTAL TÉCNICO</b>			<b>305</b>		
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>525</b>		

Ao vencimento básico do cargo e à Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) acima descritos devem ser acrescidas as vantagens pecuniárias estabelecidas em lei, conforme disposto na Lei nº 11.416/2006 e alterações posteriores.

## 5. Alocação de recursos e áreas especiais de gestão

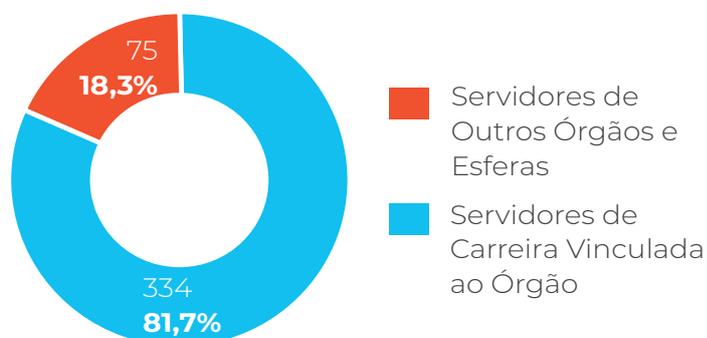
Percentual de cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos

**Cargos em Comissão: 36 de 36**  
**100% servidores efetivos**



**Figura 74: Cargos em comissão**

**Funções Gratificadas: 409 de 410**  
**100% servidores efetivos**



**Figura 75: Funções gratificadas**

Processos seletivos internos

Em 2018 o Regional iniciou a realização de processos seletivos internos para a ocupação de funções comissionadas, mediante metodologia própria de gestão por competências. Tal iniciativa teve impacto positivo na motivação da equipe e no clima organizacional, em função de se franquear de forma isonômica a oportunidade de aprimoramento na carreira aos servidores interessados.

## 6. Capacitação: estratégia e números

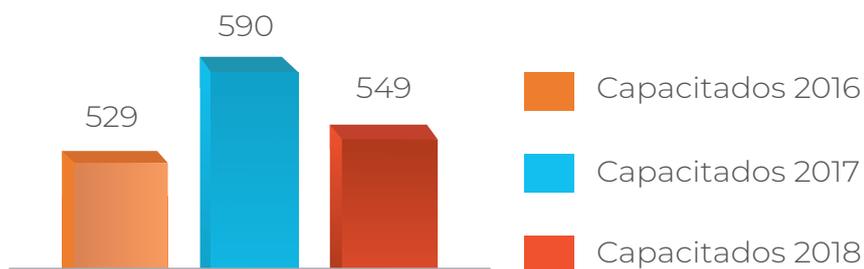
A área de educação corporativa vem se modernizando e atualizando suas práticas ao longo dos anos. Em 2018 foi editada a Resolução TRE/GO n. 286, que dispõe sobre a nova Política de Educação e Desenvolvimento dos Servidores no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás.

Dentre diversos dispositivos relevantes, destaca-se a ordem de prioridade na modalidade de contratação, de modo a alcançar o maior número de pessoas e obter maior economicidade no uso dos recursos públicos:

### Modalidade de contratação

- I - instrutoria interna, na metodologia à distância
- II - instrutoria interna, na modalidade presencial ou semipresencial
- III - instrutoria externa, na metodologia à distância
- IV - instrutoria externa, in company
- V - ações fora das dependências do Tribunal

A ênfase na contratação de cursos realizados no ambiente do Tribunal, presenciais ou à distância, em especial mediante instrutoria interna, tem permitido a manutenção de números relevantes de pessoas treinadas ao longo dos últimos anos.



**Figura 76: Quantitativo de servidores capacitados**

O decréscimo observado em 2018 deveu-se ao ano eleitoral, em que os esforços das unidades e dos servidores ficaram concentrados em levar o pleito a bom êxito.

Não obstante, foram capacitadas 549 pessoas, de uma força de trabalho total de 833, perfazendo um total de 65,90%.

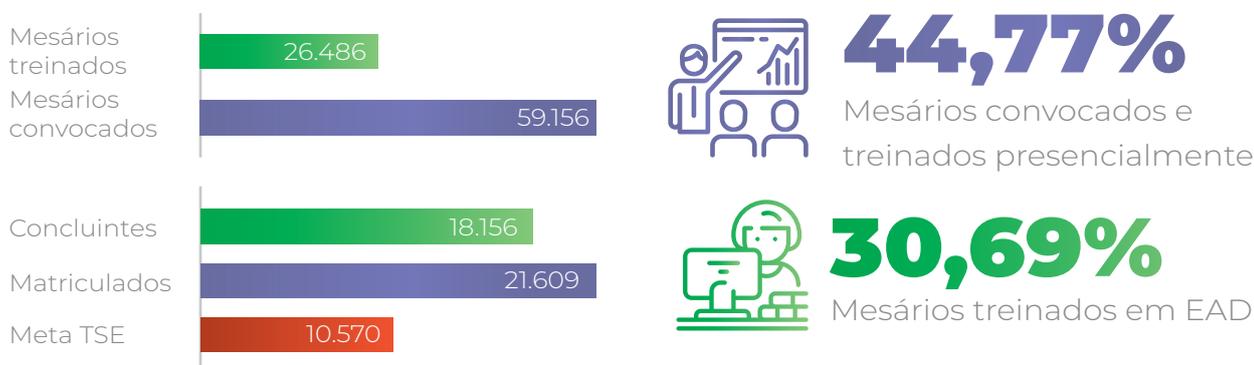
Do ponto de vista orçamentário, destaca-se a execução dos recursos em 2018, conforme abaixo:



**Figura 77: Execução orçamentária na capacitação de Gestão de Pessoas**

Observa-se, no quadro acima, que diversos servidores participaram de mais de uma ação de formação e aperfeiçoamento oferecidas pela JE/GO.

Uma das ações mais relevantes de capacitação executadas durante as Eleições 2018 foi o treinamento dos mesários, que obteve expressivo alcance:



**Figura 78: Treinamento de mesários**

Tal desempenho teve o condão de também mitigar o efeito das chamadas fake news, em razão do bom preparo dos mesários que trabalharam no pleito.

## 7. Principais desafios e ações futuras

Vide item 4 da Declaração do Titular da Unidade de Gestão de Pessoas.

# Gestão de Licitações e Contratos

## Declaração do titular da unidade

Este relatório apresenta a demonstração dos produtos gerados e desenvolvidos pela Seção de Licitações e Compras e Seção de Contratos, no exercício de 2018, voltados à garantia da legitimidade do processo eleitoral e funcionamento da administração como um todo e à garantia da celeridade e da produtividade na prestação jurisdicional, bem como ao aperfeiçoamento da gestão de licitações e contratos através da melhoria dos processos de trabalho e uso de ferramentas de informatização.

### Conformidade legal

A ação conjunta e integrada da Seção de Licitações e Compras, Seção de Contratos e Seção de Fiscalização Administrativa de Contratos, unidades pertencentes à Coordenadoria de Bens e Aquisições, bem como das Assessorias Jurídicas vinculadas à Diretoria-Geral, e da Assessoria Jurídico Administrativa da Presidência, garantem a conformidade das contratações com as normas, principalmente com as Leis nº 8.666/93 e 10.520/02, Instruções Normativas do então Ministério do Planejamento e decisões do Tribunal de Contas da União.

### Detalhamento dos gastos das contratações por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo.

Com o objetivo de garantir a infraestrutura apropriada às demais atividades administrativas e judiciais da Justiça Eleitoral em Goiás, foram gastos, em 2018, R\$ 26.728.784,07 em contratações relativas à custeio e investimento.

### Gastos das Contratações por Finalidade

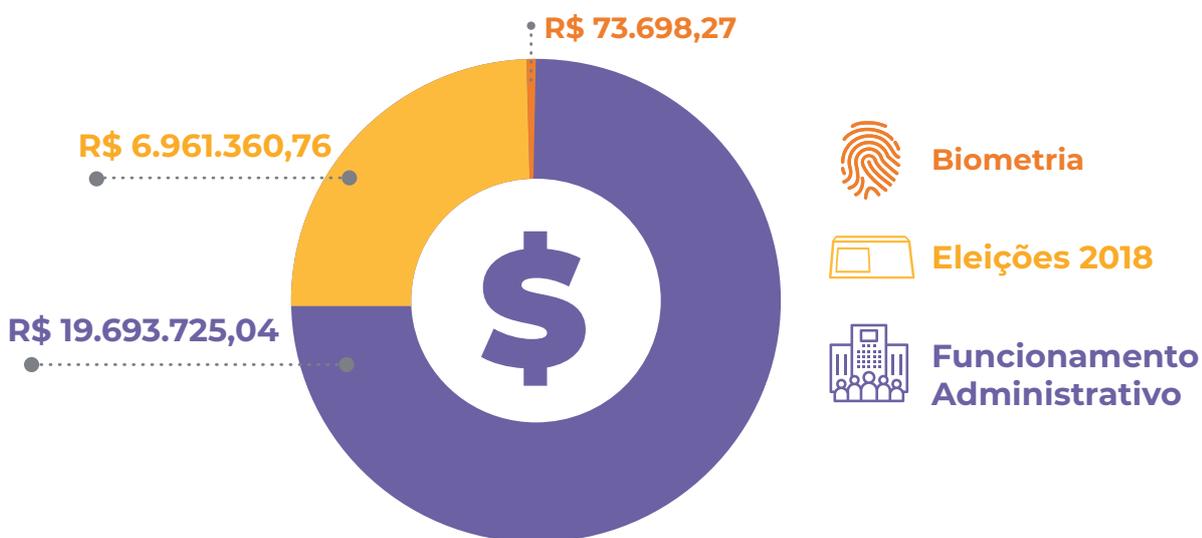


Figura 79: Gastos das contratações por finalidade

5. Alocação de recursos e áreas especiais de gestão

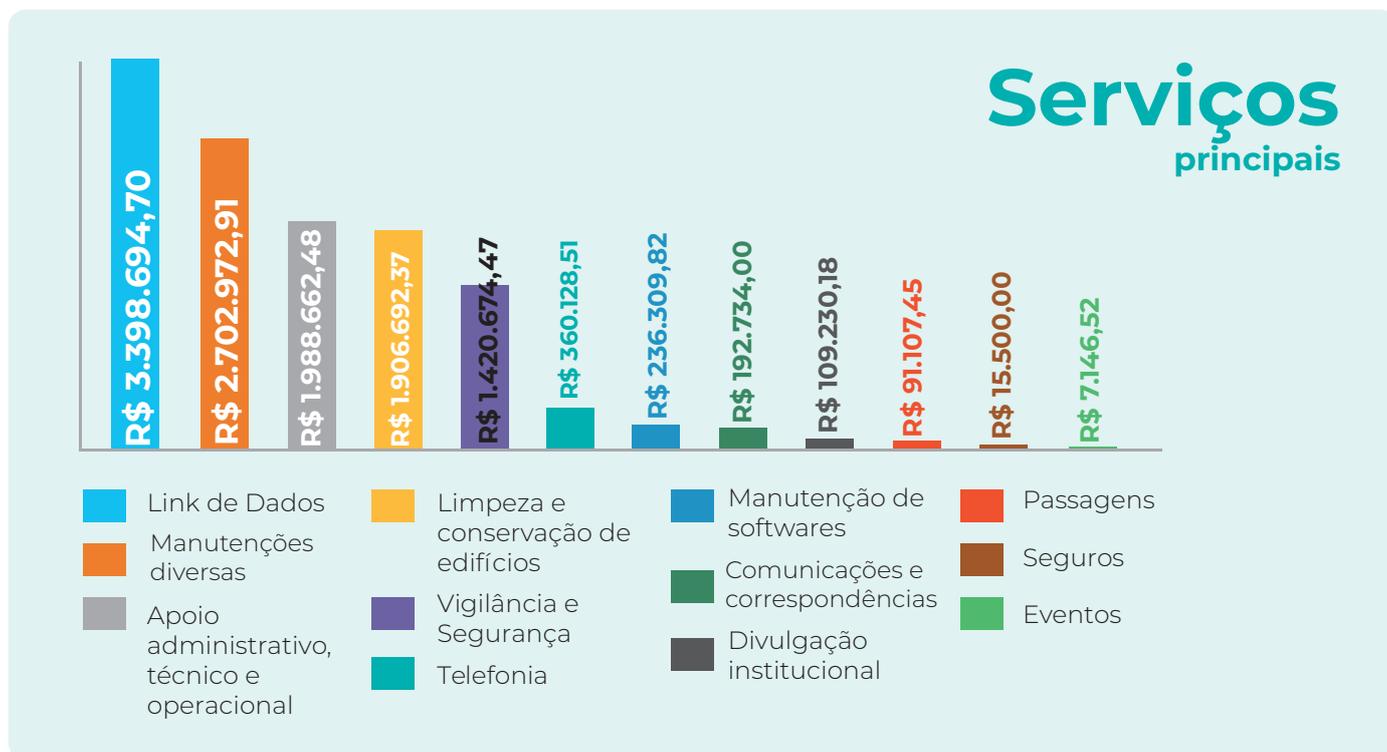
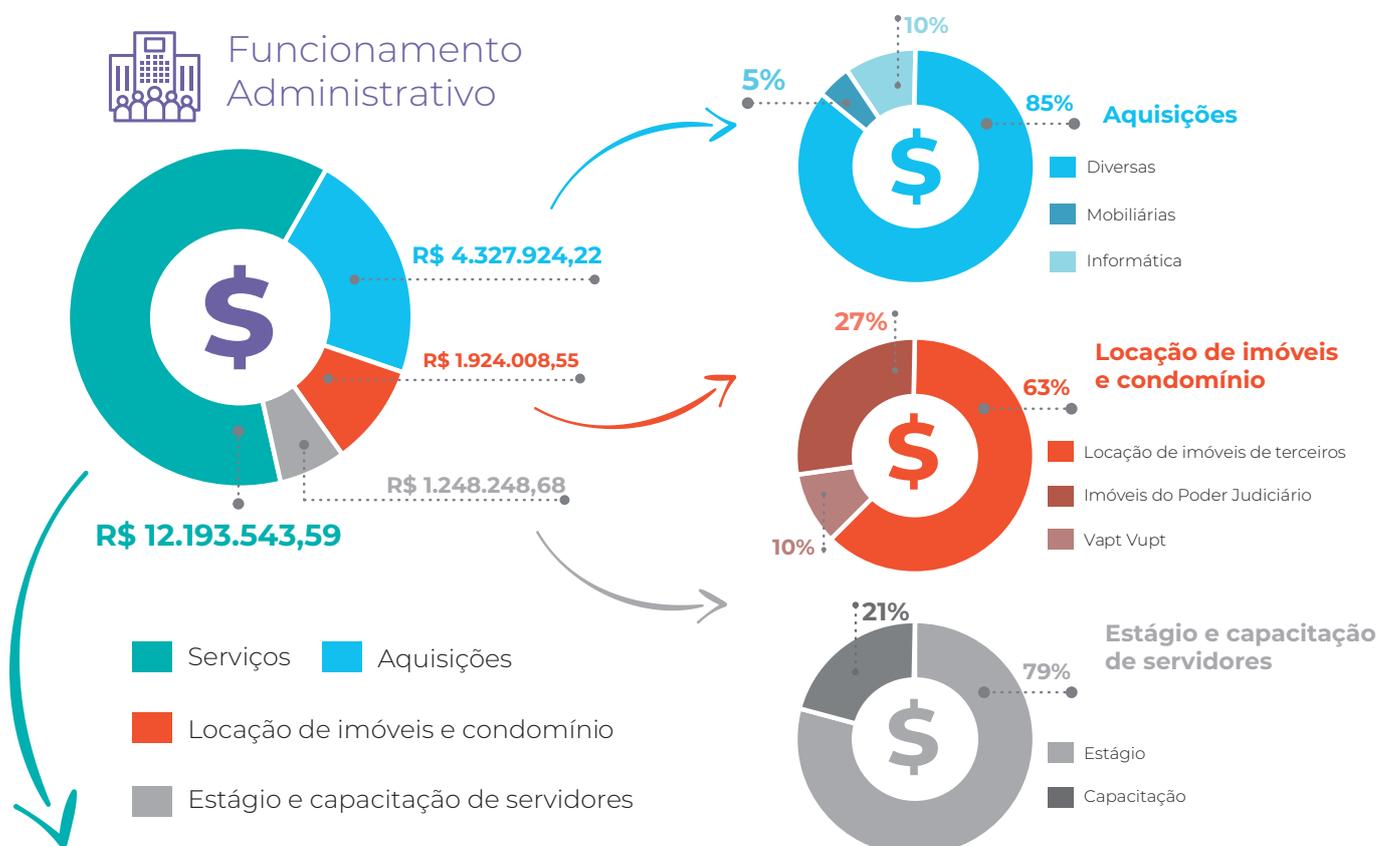


Figura 80: Gastos das contratações – Funcionamento administrativo



**Contratações mais relevantes, sua associação aos objetivos estratégicos e justificativas para essas contratações**

	PROCESSO ELEITORAL	SUSTENTABILIDADE	
CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES	Contratação de empresa para a prestação de apoio administrativo sob demanda nas Eleições Gerais 2018.	Locação de veículos com e sem condutores para transporte de urnas eletrônicas e condução de servidores e colaboradores no período eleitoral	Fornecimento e instalação de Sistemas de Microgeração de Energia Solar Fotovoltaica on-grid no Edifício Sede, Anexo II, do Tribunal, em Goiânia e nos Cartórios Eleitorais de Anápolis e Formosa
ASSOCIAÇÃO AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Contratação prevista no Planejamento Integrado das Eleições 2018 e importante para a garantia da celeridade e produtividade na prestação jurisdicional (Objetivo estratégico 5)	Contratação alinhada ao planejamento das Eleições com o objetivo de disponibilizar à Organização, a infraestrutura, serviços e bens necessários e adequados ao processo eleitoral.	Contratação alinhada ao objetivo estratégico de fortalecimento da governança com a consolidação de práticas de sustentabilidade previstas no Plano de Logística Sustentável
JUSTIFICATIVA	A alocação e gestão de postos de trabalho por um curto período de tempo pela Justiça Eleitoral de Goiás em virtude do reduzido número de servidores, insuficiente à realização de todas as inúmeras ações necessárias ao bom êxito do pleito.	Número insuficiente de veículos e condutores do Tribunal para atender as demandas dos Fóruns Eleitorais relacionadas ao transporte das equipes de montagem das seções eleitorais e de suporte durante a realização das Eleições 2018, de acordo com o Planejamento das Eleições.	Acórdão TCU nº 1752/2011 e Resoluções nº 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça e nº 23.474/2016 do TSE

Figura 81: Contratações mais relevantes

## Comparativo: Contratações diretas com o total



Figura 82: Comparativo: Contratações diretas com o total

### Dentre as contratações diretas realizadas em 2018, destacam-se:

- A dispensa de licitação para aquisição de baterias para uso em urnas eletrônicas durante as Eleições Gerais/2018. Atraso na entrega do material, licitado pelo TSE, acarretou a necessidade de contratação emergencial desses bens, no valor de R\$ 222.192,00, com vistas a se evitar a não realização do pleito;
- Contratações, mediante inexigibilidade de licitação, com fornecedoras de energia elétrica e água (fornecedores exclusivos);
- As dispensas de licitação para locações de imóveis destinados ao abrigo de Zonas Eleitorais.

## DEMONSTRAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES DIRETAS

### INEXIGIBILIDADE

(R\$ 2.466.054,62)

ÁGUA E LUZ	<b>R\$ 1.547.100,61</b>
PUBLICAÇÕES NO DOU	R\$ 83.919,57
SUORTE DE SOFTWARE	R\$ 50.618,02
REVISTAS E PERIÓDICOS	R\$ 51.834,33
POSTAGENS - CORREIOS	R\$ 442.245,88
CURSOS E TREINAMENTOS	R\$ 290.336,21

### DISPENSA

(R\$ 1.574.871,35)

ART. 24. X, LEI Nº 8.666/93 - LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	<b>R\$ 1.213.676,77</b>
ART.24, IV, LEI Nº 8.666/93 - EMERGENCIAL (BATERIAS DE URNA)	R\$ 222.192,00
ART. 8º, § 2º, II, LEI 11.652/2008 (PUBLICAÇÃO EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO)	R\$ 40.258,20
ART. 24, II, LEI Nº 8.666/93 - CURSOS, PERIÓDICOS E OUTROS	R\$ 98.744,38

Figura 83: Contratações diretas por tipo

## DESAFIOS

Melhoria dos processos de trabalho em face da escassez de pessoal nas unidades

Uso de ferramentas de informatização em todo processo de licitação e contratação

Realizar planejamento eficiente das contratações, com a implementação de um bom estudo preliminar e gerenciamento de risco - uso eficaz de um plano estratégico de compras

Melhoria na comunicação entre as unidades envolvidas no processo

Encontrar medidas para evitar o conflito entre a inclusão de critérios de sustentabilidade nas licitações e a restrição da competitividade

Ausência de catálogos de materiais e/ou serviços com critérios específicos para a escolha de itens sustentáveis

Atualização do conhecimento normativo em razão da geração maciça e crescente de jurisprudência

Objetivo estratégico 8 - Aperfeiçoar a gestão orçamentária.

Dentre as iniciativas para aperfeiçoamento da gestão de licitações e contratos destaca-se a publicação da **Portaria nº 276/2018-PRES**, que instituiu novo procedimento de apuração e aplicação de penalidades às empresas contratadas pelo Tribunal.

Outro avanço foi a elaboração da **Portaria nº 49/2019-PRES**, que implantou a assinatura eletrônica de instrumentos contratuais, atas de registro de preços, convênios e demais ajustes firmados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Goiás. Tal medida possibilitou o aumento da celeridade e eficiência das tratativas com as empresas contratadas, além de promover a economia e ampliação da sustentabilidade ambiental com o uso da tecnologia da informação e da comunicação.

Figura 84: Desafios da gestão de licitações e contratos

## AÇÕES FUTURAS

Implantação total da ferramenta eletrônica de gerenciamento de contratos, inclusive para gestão de atas de registro de preços - ContratosGov

Utilização de minutas de edital e de contrato padronizadas

Capacitação de servidores com o objetivo de formar compradores que saibam explorar construtivamente as possibilidades da lei e conheçam o mercado fornecedor, desenhando as estratégias para fazer uma contratação inteligente

Iniciativa:

Aperfeiçoar a Gestão dos contratos através da melhoria dos processos de trabalho e uso de ferramentas de informatização.

Figura 85: Ações futuras da gestão de licitações e contratos

**Gestão**

**Patrimonial e**

**Infraestrutura**



## 1. Conformidade Legal

Este relatório apresenta a demonstração dos produtos gerados e desenvolvidos referentes a Gestão Patrimonial e Infraestrutura, no exercício de 2018, voltadas à garantia da legitimidade do processo eleitoral e funcionamento da administração como um todo, visando à manutenção dos ambientes utilizados por esta justiça especializada de modo a garantir o conforto térmico, ergonômico e funcional dos mesmos, aliados às práticas de eficiência energética e atendimento às normas de acessibilidade.

A ação conjunta e integrada da Secretaria de Administração e Orçamento, Diretoria-Geral e Assessoria Jurídica Administrativa da Presidência é que garante a conformidade das contratações com as normas, principalmente as Leis nº 8.666/93, 10.520/02, Instruções Normativas do então Ministério do Planejamento e recomendações do Tribunal de Contas da União.

## 2. Principais investimentos

A primeira ação importante do ano foi a reforma do auditório Levino Emiliano dos Passos, localizado no Edifício Sede Anexo I deste Regional, onde foram trocados o balcão das autoridades, o púlpito, o carpete e as cortinas. As poltronas foram reformadas e todo o sistema de áudio e vídeo foi modernizado. Destaque para o sistema de recolhimento do balcão para dentro do palco, deixando um espaço livre para apresentações teatrais e treinamentos.

Para dotar os prédios da Justiça Eleitoral de Goiás de condições de acessibilidade arquitetônica, foram iniciadas, em 2018, obras para adequá-los às exigências das normas de acessibilidade.

Após a definição por alternativas mais baratas do que a tradicional construção civil, foram adquiridos e instalados dois contêineres para armazenamento de bens nas dependências do Ed. Sede Anexo II.

Já em relação à segurança das construções, um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas verificou a necessidade de reforçar a estrutura do local que abriga o Centro de Processamento de Dados, na sede do Tribunal. Tal intervenção foi ao custo de R\$ 85.902,11.

Por fim destaca-se a instalação de sistemas de microgeração de energia solar fotovoltaica, no edifício sede anexo II e Fóruns Eleitorais de Anápolis e Formosa. A energia produzida suprirá a necessidade desses prédios e possibilitará a geração de créditos junto à concessionária. Assim, em aproximadamente 5 anos, será obtido retorno do investimento. A economia estimada nas contas de energia elétrica com essas usinas será de R\$ 200.000 (duzentos mil reais) anuais.

5. Alocação de recursos e áreas especiais de gestão

Despesas anuais acima de R\$ 100.000,00 excluídas as despesas com pessoal



Figura 86: Despesas anuais acima de R\$ 100.000,00

### Investimentos em 2018 (Valor total = R\$ 2.9 MI)

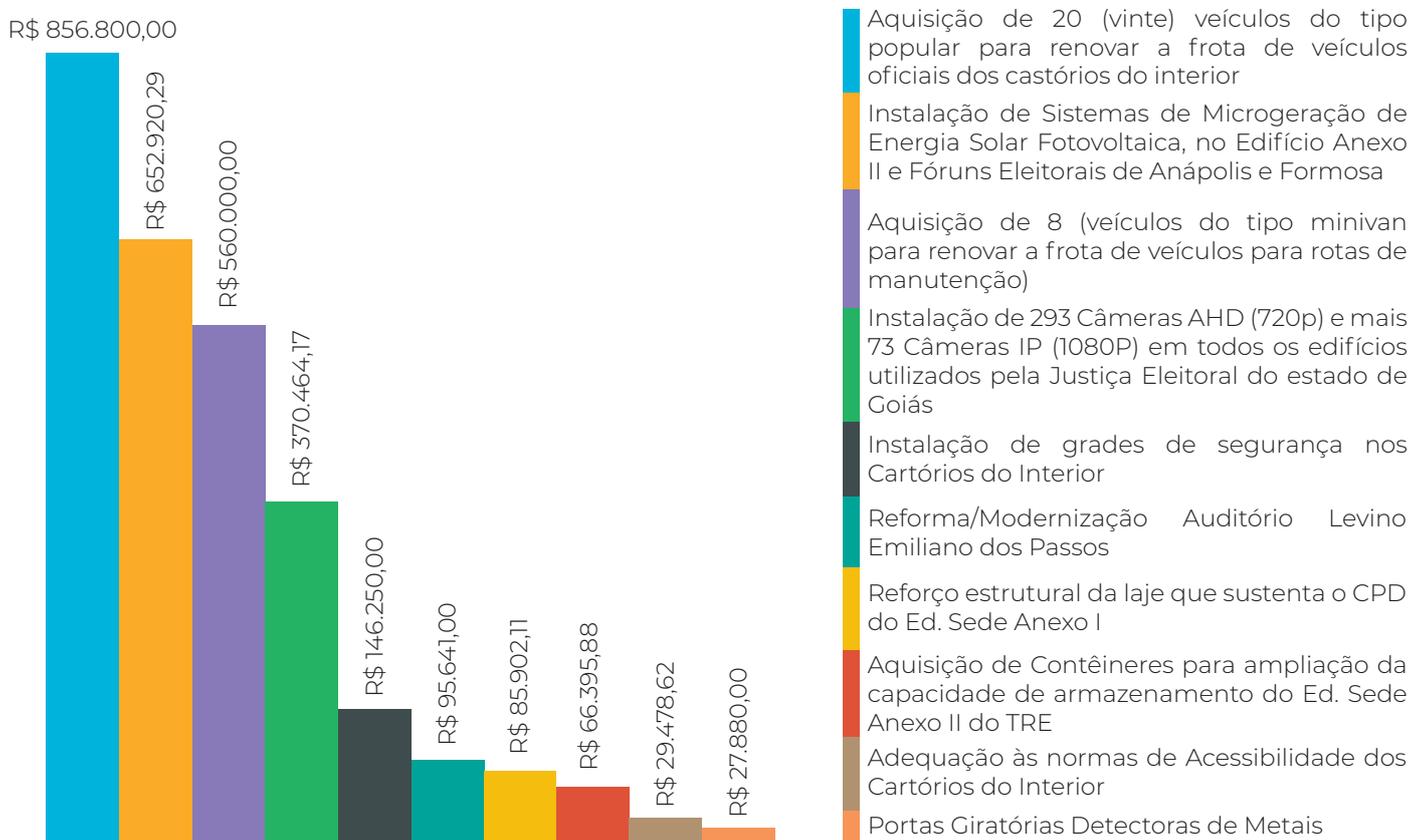


Figura 87: Investimentos em 2018

### Distribuição dos Recursos por Atividade (Valor Total = R\$ 4.7 MI)

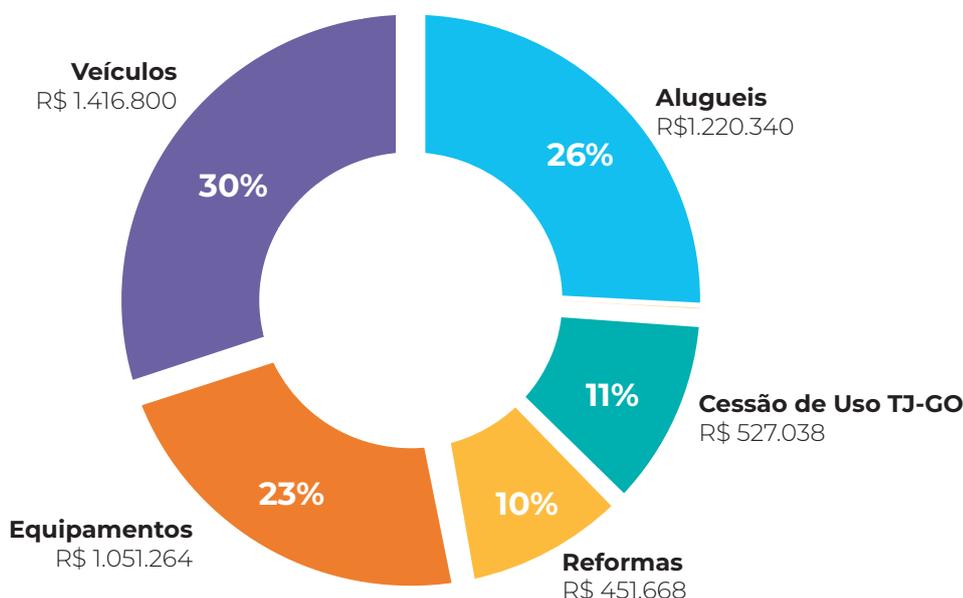


Figura 88: Distribuição dos Recursos por Atividade

### 3. Desfazimento de ativos

Em 2018 não houve desfazimento de ativos.

### 4. Locações de imóveis e equipamentos

Resumo da ocupação imobiliária da JE em Goiás:



**Figura 89: Resumo da ocupação imobiliária da JE em Goiás**

O custo anual com as locações, em 2018, foi de R\$ 1.220.340,31 (um milhão, duzentos e vinte mil, trezentos e quarenta reais e trinta e um centavos). Já com o Termo de Cessão de Uso do TJ-GO foram gastos R\$ 527.037,72 (quinhentos e vinte e sete mil, trinta e sete reais e setenta e dois centavos).

Não há cessão, por este Tribunal, de espaço físico em imóveis.

Foi realizado o inventário anual de bens móveis de propriedade do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, conforme determinado pela Portaria nº 166/2017 – PRES (doc. 35580/2017 – PAD 3893/2017), pela Comissão Especial de Inventário, constituída pela Portaria nº 60/2017 – DG (doc. 35579/2017).

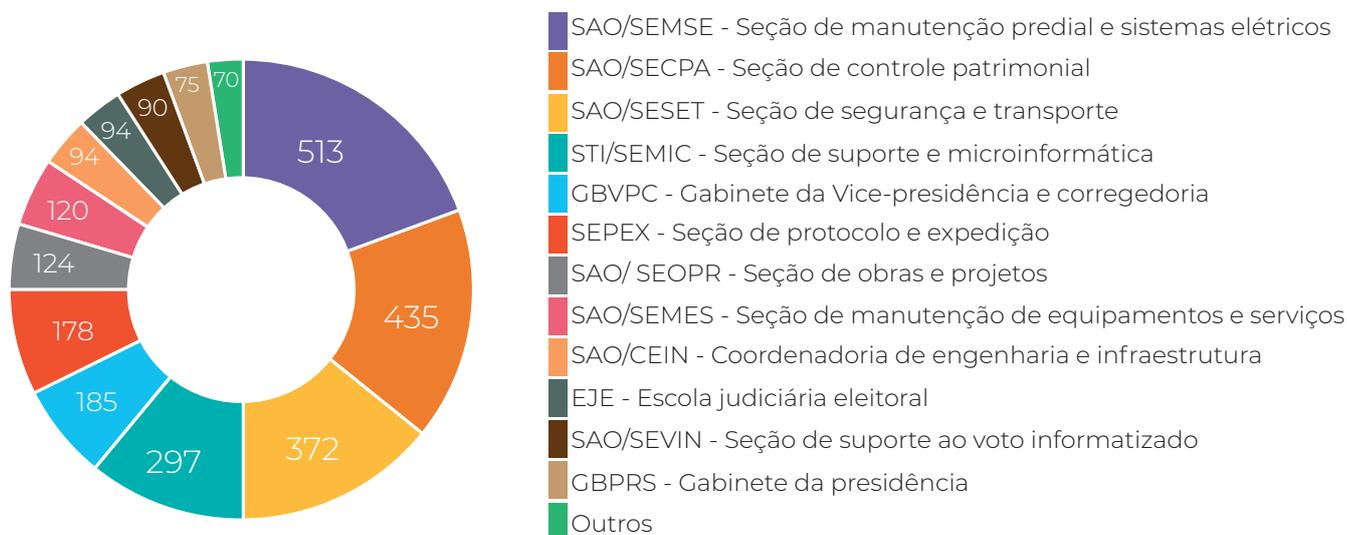


**246.358 km**

percorridos pelos veículos  
oficiais em 2018

No processo de trabalho de gestão de frota, os veículos em uso, bem como sua classificação, são publicados anualmente no [endereço eletrônico do Tribunal](#) e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral. Grande parte da frota de veículos deste Regional, que já contava com mais de 10 anos de uso, foi substituída, proporcionando maior conforto e redução do custo de manutenção. O investimento foi de R\$ 1.416.800,00.

**Figura 90: Quilômetros percorridos**



**Figura 91: Principais usuários da frota oficial/chamados atendidos em 2018**

## 5. Mudanças e desmobilizações relevantes

Os valores referentes à depreciação dos imóveis de uso especial da União sob responsabilidade desta UGR, conforme registro no SIGEC - Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos do Tribunal Superior Eleitoral, alcançaram R\$ 418.575,97.

As despesas de manutenção, higienização, segurança e infraestrutura de Tecnologia da Informação utilizam a maior parte dos recursos destinados a ação orçamentária: Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral.

## 6. Principais desafios e ações futuras

O grande desafio relacionado à Gestão de Infraestrutura, tem sido a necessidade de diminuir o custo de manutenção dos prédios próprios (sedes de cartórios eleitorais), acessíveis e construídos com recursos da União. Hoje são 35 sedes cartorárias no interior do estado.

A devolução ou desocupação das mesmas, conforme sugere o Comitê Gestor Regional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição (PAD 10220/2018), em favor da alternativa mais viável encontrada, Cessão de uso compartilhado com o Tribunal de Justiça de Goiás, deixariam-nos expostos à depreciação e ao vandalismo. Esses imóveis, embora de propriedade da União, estão fortemente relacionados à presença da Justiça Eleitoral nas sedes de Zonas Eleitorais.

Ademais, resultam da política, estratégia outrora adotada pela Corte Superior, de desvincular a Justiça Eleitoral dos Poderes Executivos locais, quando ocupávamos em maior parte, imóveis cedidos e custeados pelas Prefeituras. Para a construção das 35 sedes cartorárias no interior do estado foram utilizados R\$ 17.245.371,44 à época.

## 5. Alocação de recursos e áreas especiais de gestão

### Desafios:

- a) Melhoria nos procedimentos de produção de peças técnicas para as contratações de serviços de engenharia, de modo a diminuir o tempo utilizado na fase de planejamento;
- b) Usar ferramentas de gestão para planejar com maior assertividade as ações de manutenção preventivas;
- c) Capacitação técnica continuada.

### Ações futuras:

- a) Modernização de elevadores e sistema de climatização da Sede e Anexo I buscando eficiência energética e conforto;
- b) Reformas dos Cartórios Eleitorais de Rio Verde e Jataí;
- c) Criação de novas salas e ampliação da área de estacionamento do Edifício Anexo II;
- d) Substituição dos dois caminhões destinados ao transporte de urnas e mobiliários.

# Gestão Tecnologia da Informação

## Declaração do titular da unidade

A Secretaria de Tecnologia da Informação promove e mantém soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC - fornecendo apoio ao cumprimento dos objetivos institucionais do TRE/GO. Atualmente, ocupa uma posição estratégica no contexto organizacional, pois agrega valor ao efetivo cumprimento da missão institucional ao prover soluções de TI que viabilizam a prestação dos serviços aos usuários com qualidade e eficiência.

### 1. Objetivos estratégicos

Objetivo Estratégico 7  
**Aperfeiçoar a governança de Tecnologia da Informação**

Visa orientar a utilização dos instrumentos de tecnologia da informação para suprir as demandas estratégicas. Busca garantir os meios que viabilizem a definição, o planejamento, a priorização e a implantação de soluções tecnológicas que apoiem os processos essenciais da Justiça Eleitoral, os controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como os serviços voltados para a sociedade, com utilização eficiente de recursos.

### 2. Estratégia e metas de implementação dos objetivos

Visando aprimorar a eficiência na preparação dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, foram criados controles para: garantir 87% de aderência entre o planejamento estratégico de TIC e à sua execução; e assegurar 98,50% de disponibilidade dos serviços essenciais. Durante o ano de 2018, as medições dos indicadores apresentaram resultados dentro dos padrões de referência da meta estabelecida tendo alcançado, ao final do ano, a média de 87% e 99,48% respectivamente.

### 3. Principais ações realizadas

A atuação focada na estrutura de governança de TIC no TRE/GO, especialmente no cenário de escassez de recursos disponíveis e reduzidos limites de gastos, foi fundamental para o desenvolvimento exitoso das estratégias de tecnologia da informação. Em termos de eficiência operacional, ressalta-se a implementação de melhoria na infraestrutura de comunicação de dados que possibilitou, no mínimo, quadruplicar a velocidade dos links para as Zonas Eleitorais, com redução de 34% da despesa com teleprocessamento de dados, em relação ao recurso executado em 2017. Em relação a atuação institucional merece destaque a utilização eficaz dos ativos de TIC e o suporte na realização das eleições gerais de 2018, possibilitando o exercício do voto 100% eletrônico aos mais de 4 milhões de eleitores goianos. Ressalta-se, ainda, a agilidade na apuração e divulgação dos resultados das eleições colaborando para a manutenção do reconhecimento do modelo brasileiro de excelência na gestão do processo eleitoral.



#### 4. Principais desafios e oportunidades

Os cenários de defasagem da força mínima de trabalho específica de TI requerida; de ausência de perspectiva de incremento de servidores nos próximos anos; de restrição orçamentária; de posicionamento estratégico da TI como viabilizador da otimização dos processos de trabalho finalísticos, apoio, controle e gestão; de crescimento das demandas por projetos de implementação de soluções de TI; apontam como principais desafios e futuras ações:

- Redesenho de estruturas organizacionais adequadas e suficientes para suportar todos os processos de governança e gestão de serviços compatíveis com a relevância e as demandas de TIC;
- Aprimoramento dos processos de gerenciamento de projetos;
- Consolidação do gerenciamento por processos nos serviços essenciais de TI;
- Implementação da gestão de continuidade de negócios;
- Aprimoramento da gestão da segurança da informação.

#### 5. Conformidade legal

O TRE/GO, visando garantir a conformidade legal da gestão de TI, observa um acervo de regras e diretrizes estabelecidas ou referenciadas pelo Governo Federal, Tribunal de Contas da União, Conselho Nacional de Justiça e Tribunal Superior Eleitoral, além de cumprir os normativos internos, por exemplo: Lei Complementar nº 101/00, Lei 4.320/64, Lei nº 8.666/93, Resolução nº 182/13-CNJ, Resolução nº 211/15-CNJ, Resolução nº 23.501/2016-TSE, [Resolução nº 281/2018-PRES](#).

#### 6. Confiabilidade das informações prestadas

As informações prestadas pela área de TI são essenciais à preservação da boa-fé e da confiança dos eleitores e demais usuários da Justiça Eleitoral. Neste sentido, a Secretaria de Tecnologia da Informação vem adotando as melhores práticas de governança de TI, com destaque, à área de segurança da informação, tendo como objetivo preservar a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade da informação.

## Demonstração da Eficiência

### 1. Conformidade Legal

Vide item 5 da Declaração do Titular da Unidade de Gestão de TI.

### 2. Modelo de governança de TI

O Modelo de Governança de TIC do TRE/GO tem como instância diretiva o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC). Esse Comitê tem como objetivo definir políticas e diretrizes, coordenar e articular as ações de tecnologia da informação e comunicação no âmbito da Justiça Eleitoral de Goiás.

O CGTIC é composto pelo Diretor-Geral, que o preside, pelo titular da Assessoria de Apoio à Governança e Gestão Estratégia e Gestão da Diretoria-Geral, pelos titulares das Secretarias do Tribunal e por um representante da Comissão dos Servidores das Zonas Eleitorais. Ressalta-se que, dentre as atribuições do CGTIC, estão a orientação e aprovação do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETI), do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI) e do Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Além disso, o CGTIC, identificado como instância interna de apoio a governança, contribui nas deliberações que visam a consecução de projetos estratégicos e de alto valor para a sociedade.

No ano de 2018, o TRE/GO dispunha de [Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação – PETI \(2016-2021\)](#) e de [Plano Diretor de Tecnologia e Comunicação – PDTI \(2016-2018\)](#) vigentes, ambos alinhados ao Planejamento Estratégico Institucional (2016-2021) e ao Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do TSE – PETI (2015-2020).

Importa destacar que as estratégias concebidas nos mencionados planos possuem harmonia e compatibilidade com a estrutura orgânica. O resultado positivo da estratégia formulada no PETI pode ser evidenciado por meio do alcance de 87% de aderência aos objetivos do planejamento, em consonância com a meta estabelecida para o período.

Assim, este resultado assegura a disponibilidade dos serviços essenciais, segurança das informações e infraestrutura adequada, além de fomentar ações voltadas à implantação da governança e melhoria da gestão da tecnologia da informação.

### 3. Montante de recursos aplicados em TI

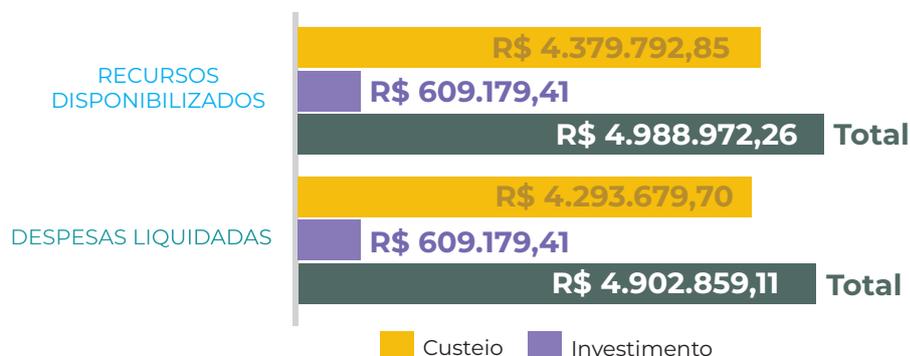


Figura 92: Recursos financeiros aplicados em TI

### 4. Contratações mais relevantes de recursos de TI

(Vigentes em 2018)

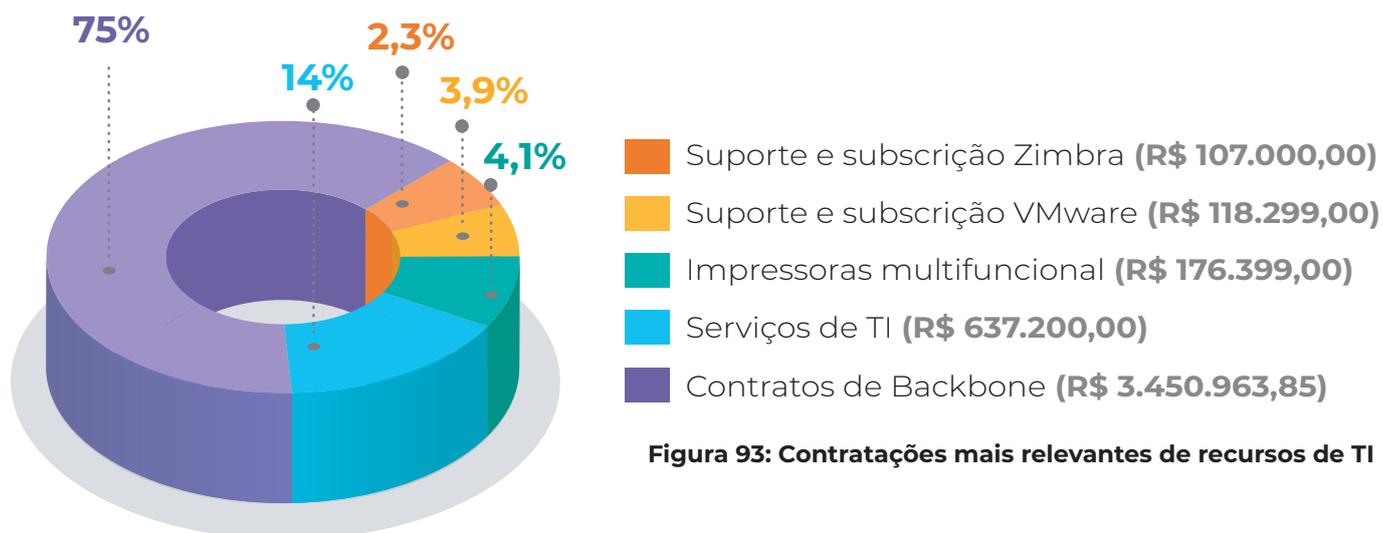


Figura 93: Contratações mais relevantes de recursos de TI

Gastos de TI por Natureza de Despesa

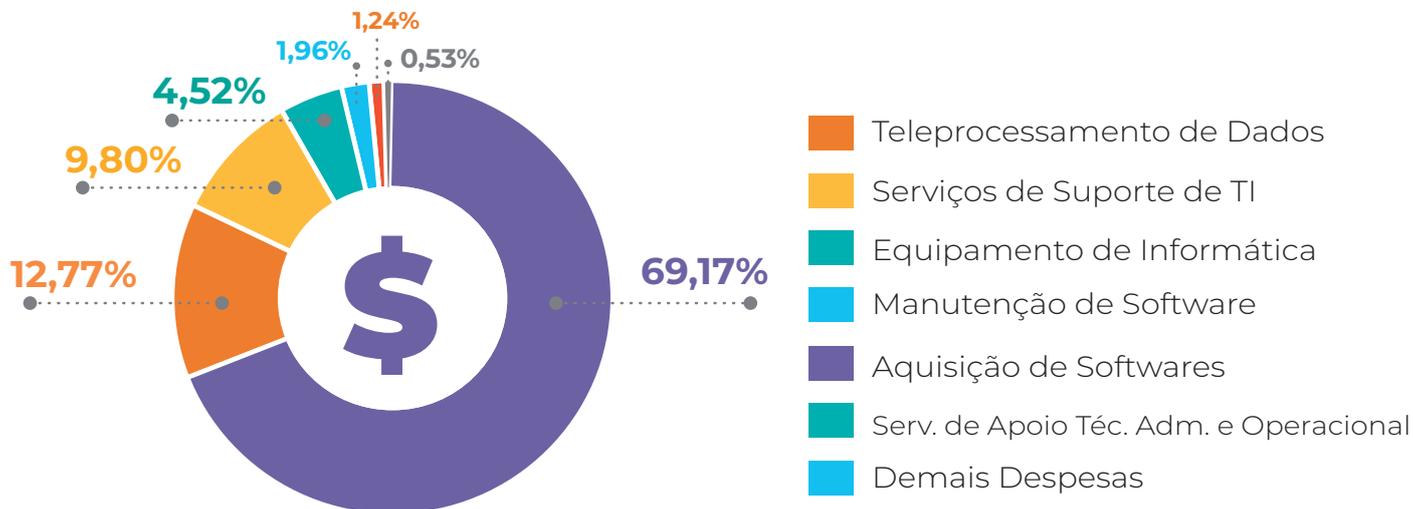


Figura 94: Gastos de TI por natureza de despesa

## 5. Principais iniciativas e resultados

**Tabela 18: Principais iniciativas e resultados**

Principais iniciativas na área de TI (Sistemas e projetos)	Cadeia de Valor									Principais resultados (Benefícios e impactos)
	Governança		Finalísticos				Apoio			
	Gestão Institucional	Controle	Processo Eleitoral	Prestação Jurisdicional (1º e 2º Grau)	Relação Institucional com a sociedade	Gestão de pessoas	Gestão de TI	Gestão Orçamentária e financeira	Gestão de bens	
Eleições Oficiais 2018			✓		✓					<ul style="list-style-type: none"> <li>As eleições oficiais 2018 foram realizadas com sucesso, no âmbito da TI, com 100% da votação eletrônica nas 13.995 seções eleitorais</li> <li>100% do eleitorado goiano apto à identificação biométrica no ato da apresentação para o exercício do voto</li> <li>Baixo percentual de substituições de urnas: média geral correspondente a 0,98%</li> <li>Recebimento de 100% dos boletins de urna e a apuração dos resultados dos 246 municípios do estado com êxito</li> <li>Todos os eleitos já eram conhecidos, praticamente, até às 20h</li> </ul>
Eleições Oficiais Suplementares			✓		✓					<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de eleições suplementares, garantindo a transparência e a segurança do processo eleitoral, para os municípios: Niquelândia, Serranópolis, Davinópolis, Divinópolis de Goiás, Planaltina e Turvelândia</li> </ul>
Eleições não oficiais					✓					<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de eleições comunitárias para entidades não participantes da Justiça Eleitoral, dentre elas, a OAB</li> <li>Divulgação do voto informatizado</li> <li>Transparência e segurança no processo eleitoral das instituições</li> </ul>
Gestão do Suporte às Urnas Eletrônicas			✓						✓	<ul style="list-style-type: none"> <li>Garantia do pleno funcionamento das urnas eletrônicas durante as eleições</li> <li>Maior eficiência na manutenção preventiva do parque de urnas eletrônicas do estado por meio da centralização dessas atividades em Goiânia</li> <li>Otimização dos processos de trabalho, facilitando o controle das manutenções (corretivas e preventivas)</li> </ul>



Principais iniciativas na área de TI (Sistemas e projetos)	Cadeia de Valor									Principais resultados (Benefícios e impactos)	
	Governança		Finalísticos			Apoio					
	Gestão Institucional	Controle	Processo Eleitoral	Prestação Jurisdicional (1º e 2º grau)	Relação Institucional com a sociedade	Gestão de pessoas	Gestão de TI	Gestão Orçamentária e financeira	Gestão de bens		Gestão de serviços
Sistema de gerenciamento de ativos de TI (System Center)							✓	✓		✓	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Otimização das atividades de manutenção de microcomputadores por meio da automação de processos</li> <li>▪ Ampliação da capacidade atual de execução de trabalho, sem aumento do quantitativo de servidores</li> <li>▪ Redução do custo com as manutenções de equipamentos</li> <li>▪ Melhor eficiência na gestão de ativos de TI</li> </ul>
Estrutura redundante de serviços de TI			✓	✓			✓			✓	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ambiente redundante do <i>Data Center</i> com requisitos de segurança e de disponibilidade</li> <li>▪ Garantia do atendimento das demandas dos serviços essenciais e dos sistemas estratégicos do TRE/GO</li> <li>▪ Solução de backup visando salvaguardar as informações digitais em local distinto do local primário do órgão</li> <li>▪ Redundância e atendimento à continuidade do negócio, em caso de desastre</li> <li>▪ Replicação imediata dos dados</li> </ul>
Atualização da infraestrutura de comunicação dos dados entre o TRE e Zonas Eleitorais			✓				✓	✓			<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Melhor eficiência e performance do backbone secundário</li> <li>▪ Agilidade no atendimento aos eleitores e na disponibilidade de serviços às Zonas Eleitorais</li> <li>▪ Redução dos gastos com os contratos de TI pertinentes à comunicação de dados</li> </ul>

## 6. Segurança da Informação

No intuito de preservar os ativos de informação e a imagem da instituição, foi constituída, no âmbito do TRE/GO, por meio da [Portaria nº 68/2018-PRES](#), a Comissão de Segurança da Informação para efetivar as diretrizes estratégicas pertinentes ao tema.

Visando promover ações necessárias à implementação e à manutenção da segurança da informação, bem como à conscientização e à capacitação de recursos humanos, destacam-se as iniciativas:

🔒 Por meio da [Resolução do TRE/GO nº 281/2018](#), foi adotada, no âmbito do Tribunal, a Resolução TSE nº 23.501/2016, que estabelece a Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral.

## 5. Alocação de recursos e áreas especiais de gestão

- Com a definição ou regulamentação da Política Institucional de Gestão de Riscos, por intermédio da [Portaria nº 657/2016-PRES](#), foram monitorados e tratados, no âmbito da unidade de TI, os riscos pertinentes ao processo “Manutenção e distribuição de urnas eletrônicas”.
- A Equipe de Tratamento e Respostas a Incidentes em Rede de Computadores (ETIR) foi instituída, no âmbito do TRE/GO, por meio da [Portaria nº 247/2018-PRES](#).
- O TRE/GO, por intermédio das [Portarias nº 148/2018-DG](#) e [149/2018-DG](#), instituiu, respectivamente, a Política de Gestão de Dados (PGD) e a Política Corporativa de Gestão de Ativos de Tecnologia de Informação (PCGATI).
- O TRE/GO, por meio da Comissão de Segurança da Informação, implantou ações de conscientização dos seus servidores sobre a Segurança de Informação, disponibilizando uma página específica na *intranet*, além de boletins informativos propagados na *intranet*, *e-mail* e nos espaços coletivos do Tribunal.
- A [Portaria nº 322/2018-PRES](#) aprovou o Manual de Elaboração de Procedimentos Operacionais (OP) e Instruções de Trabalho (IT), cuja finalidade consiste em padronizar o registro das atividades pertinentes à Política de Segurança da Informação, nas unidades do Tribunal, visando ao seu cumprimento e à otimização dos serviços a ela relacionados.

## 7. Principais desafios e ações futuras

Vide item 4 da Declaração do Titular da Unidade de Gestão de TI.

# Gestão de Custos

## 1. Conformidade legal

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, em desenvolvimento desde o ano de 2015 e regulamentada por meio da Resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

Previsto no §3º do art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000, o tema também é abordado na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que determina que se propicie, a cada ano, o controle de custos dos programas de governo. Na LDO para 2018, Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, o dispositivo é apresentado no inciso II do art. 15.

A inclusão das informações de custos no Relatório de Gestão ocorre desde a publicação da Portaria nº 90/2014 do Tribunal de Contas da União – TCU. A partir de então, têm sido prestadas informações sobre o estágio de desenvolvimento da sistemática de custos, com destaque para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, entre eles a Justiça Eleitoral, além do Ministério Público da União e de órgãos integrantes do Poder Executivo que não utilizam a ferramenta de sistemática de apuração de custos implementada pela Portaria nº 157/2011 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, denominada “Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC”.

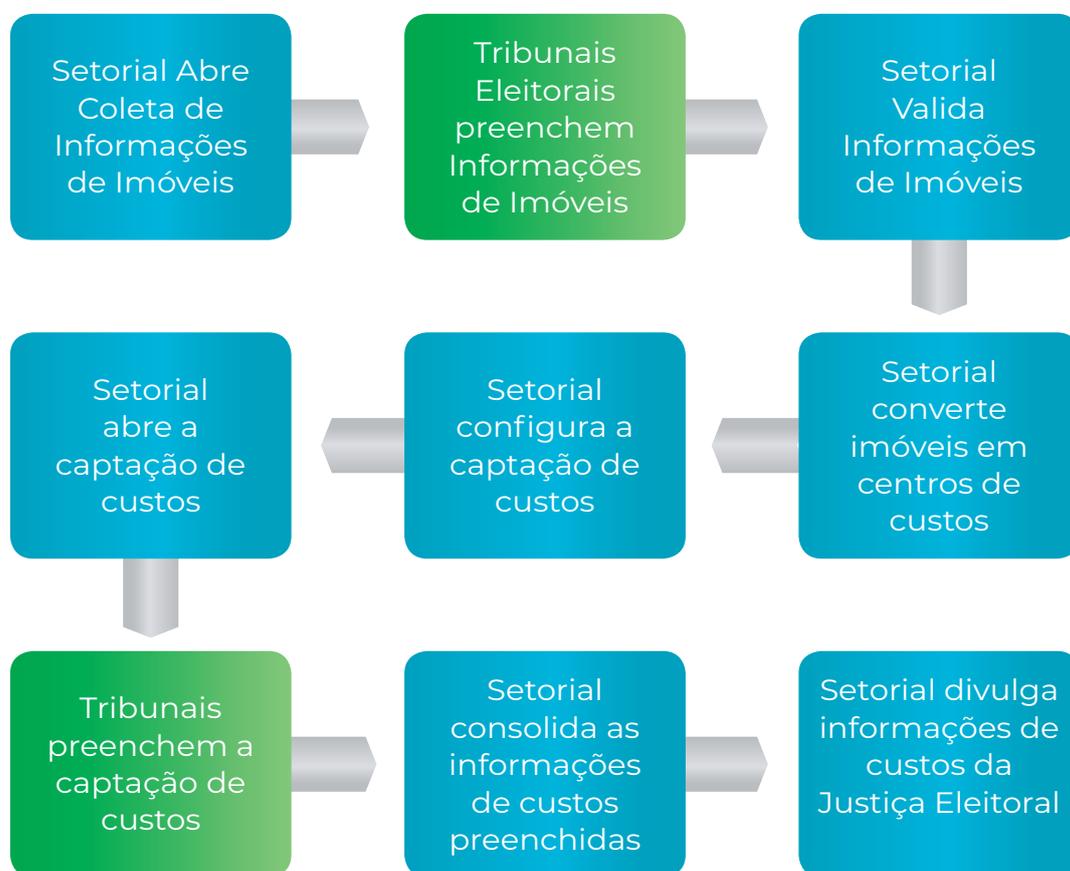
## 2. Estimativa de custos

Nesse contexto, a Justiça Eleitoral desenvolveu uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia objetiva adequa-se às características peculiares desta Justiça Especializada, atualmente presente em mais de 2.300 municípios, o que acarreta a utilização de 2.900 imóveis. Optou-se por uma sistemática de custos que permitisse a comparação dos custos entre as diversas regiões do país, de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade, no intuito de se alcançar a manutenção de uma base de dados sólida, que evidenciasse os resultados da gestão e que servisse de apoio à tomada de decisões, na busca pela eficiência e melhoria da qualidade dos gastos.

Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido sistema próprio, denominado “Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos – SIGEC”, no qual são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, pelos Tribunais Eleitorais.

A apuração é iniciada com uma coleta dos dados dos imóveis em utilização pela Justiça Eleitoral. A partir dos dados desses imóveis, são gerados os centros de custos, que têm os valores de seus itens de custos preenchidos (manualmente ou por integração de sistemas) pelos Tribunais Eleitorais. Após esse preenchimento, as informações são consolidadas pelo TSE, por meio da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade, Unidade Setorial da Justiça Eleitoral, e são calculados os valores das atividades desenvolvidas no Órgão.

Em termos de fluxo, o processo ocorre da seguinte maneira:



**Figura 95: Sistemática de custos**

## 5. Alocação de recursos e áreas especiais de gestão

Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: “Itens de Custos” e “Atividades/Serviços”.

No eixo dos “Itens de Custos”, respondemos à questão “Com o quê?”, que apresenta a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



**Figura 96: Itens de custo**

No eixo das “Atividades/Serviços”, respondemos à questão “Para quê?”, que apresenta o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade em troca dos recursos utilizados:



**Figura 97: Atividades/serviços**



Esse eixo da sistemática ainda se encontra em fase de construção na Justiça Eleitoral, não apresentando dados disponíveis. A previsão é que para o próximo ciclo de custos a Justiça Eleitoral também disponibilize as informações relativas a esse eixo para consulta pública.

Em relação à apuração de custos referente ao exercício financeiro de 2018, foi aplicada a metodologia de custos da Justiça Eleitoral em todas as suas unidades, obtendo os dados relacionados aos 40 itens de custos atualmente passíveis de apuração. Feita a apuração dos custos, pode-se apresentar as informações dos centros de custos de diversas formas, para melhor retratar a atuação dessa Justiça Especializada. Entre elas, destacam-se a divisão dos custos entre os imóveis que fazem atendimento direto ao público e os imóveis que servem ao funcionamento das secretarias dos Tribunais Eleitorais, e o agrupamento dos itens de custo em grandes temas.

### **3. Principais desafios e ações futuras**

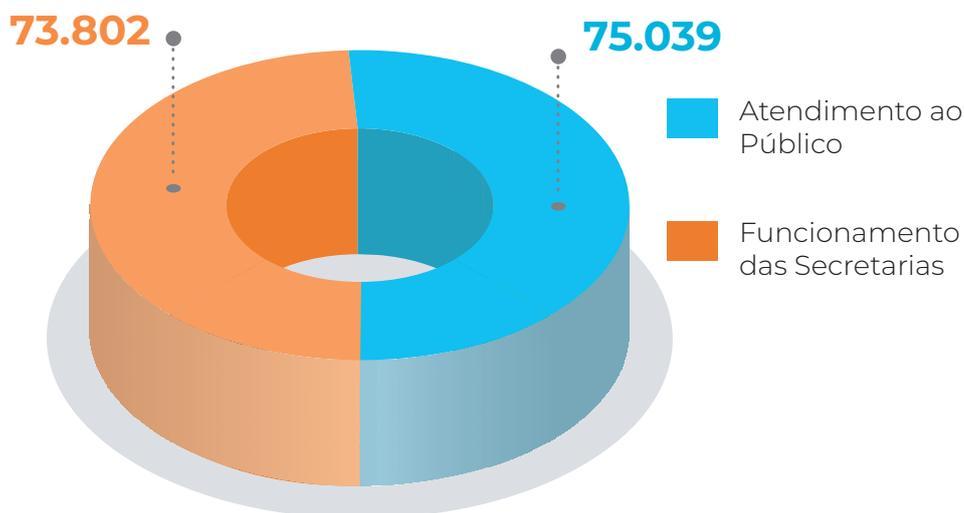
O aperfeiçoamento do planejamento das contratações, a partir da instituição do Plano Anual de Aquisições pela Portaria n. 296/2017, vem reforçando a percepção quanto à necessidade aprimoramento das unidades na elaboração de termos de referência e estudos preliminares, avaliação de necessidade e inclusão no planejamento orçamentário de cada UGR, aliada à obrigatoriedade da utilização da ferramenta SIGEC - Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos do Tribunal Superior Eleitoral, vêm exigindo a cada ano, a indispensabilidade de avaliações constantes das nossas aquisições, modelo de consumo, e avaliação dos nossos fornecedores.

São desafios a serem enfrentados: má qualidade dos produtos fornecidos ou dos serviços prestados e o desperdício de materiais e suprimentos; adoção de monitoramento constante das aquisições, distribuição e uso dos bens disponibilizados.

5. Alocação de recursos e áreas especiais de gestão

No que diz respeito aos custos de 2018 do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás os dados apurados, divididos entre atendimento ao público e funcionamento das secretarias, são os demonstrados no gráfico a seguir:

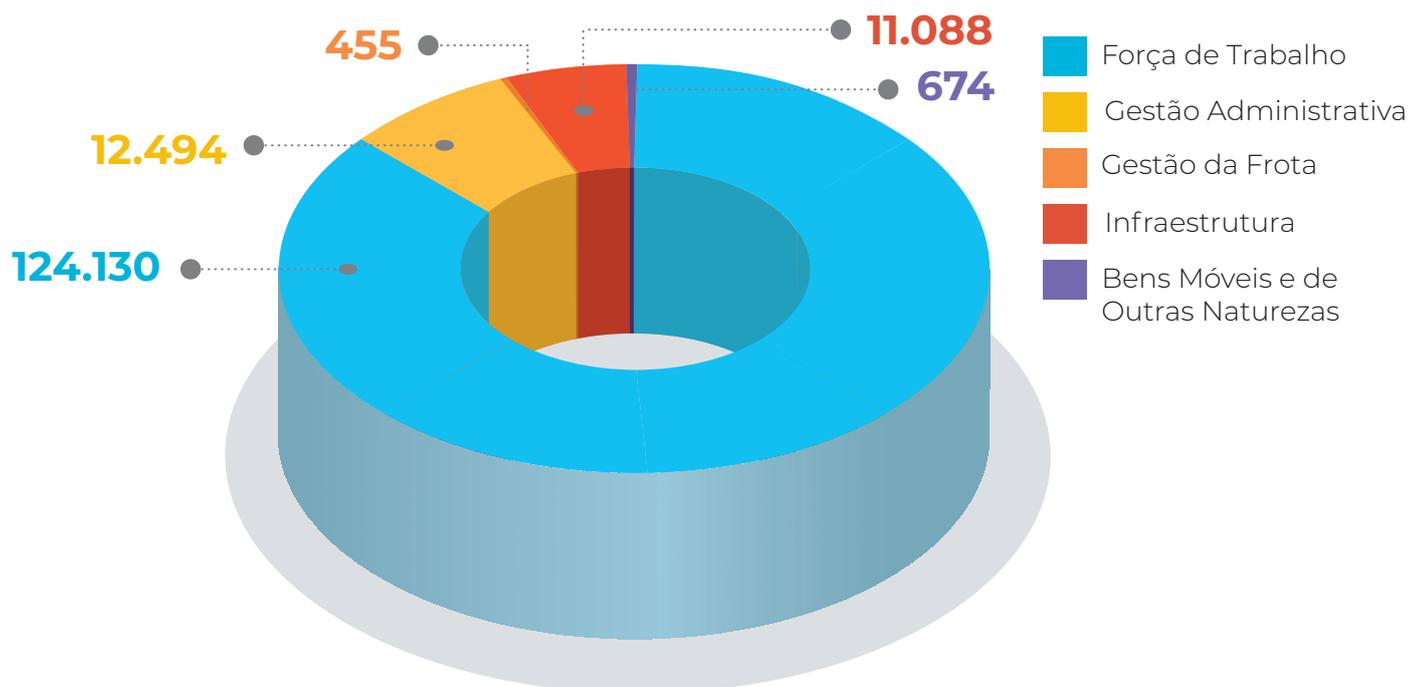
**Atendimento ao Público X Funcionamento das Secretarias (em R\$ mil)**



**Figura 98: Custos de atendimento ao público X funcionamento das Secretarias**

Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, foram obtidos os resultados apresentados no gráfico a seguir:

**Custos por Subgrupos (em R\$ mil)**



**Figura 99: Custos por Subgrupos**



Por fim, cumpre ressaltar que as informações de custos estão passando por um período de aprimoramento e amadurecimento, inclusive com a incorporação de novas técnicas e ferramentas para os anos vindouros, a fim de contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes, além de maior visibilidade aos órgãos de controle, e, também ao público em geral.

# **Sustentabilidade** **Ambiental**



## SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

### Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

O Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, em consonância com a Resolução nº 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça e com o Plano de Logística Sustentável 2018/2020, em atenção ao objetivo estratégico de garantir os direitos de cidadania, buscando fortalecer a democracia, a acessibilidade e uso de tecnologia limpa, e, também, observando práticas sustentáveis, adota os seguintes critérios nas contratações:

- ⚡ Aquisição/Utilização de produtos constituídos por materiais reciclados, atóxicos ou biodegradáveis e certificados;
- ⚡ Aquisição/Utilização de equipamentos com melhor índice de eficiência energética, com etiqueta nacional de conservação de energia (ENCE);

### Ações para redução do consumo de recursos naturais

#### Energia elétrica



Estão sendo substituídas as lâmpadas fluorescentes por modelos de LED;



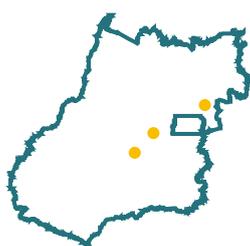
Redução do horário de funcionamento do ar condicionado na sede administrativa;



Instalação de sensores de presença para acionamento de luzes nas áreas comuns e banheiros de alguns prédios próprios;

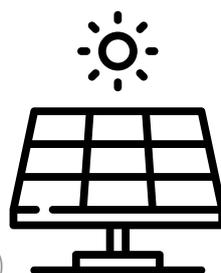


Utilização de células fotoelétricas para acendimento de iluminação externa nos prédios próprios da Justiça Eleitoral de Goiás;



**Construção de  
três unidades  
de usinas  
fotovoltaicas**

(Formosa, Anápolis e Goiânia)



**33.620,21  
Kwh**

Produção mensal aproximada

5. Alocação de recursos e áreas especiais de gestão



## Usinas fotovoltaicas do TRE/GO

(Formosa, Anápolis e Goiânia)

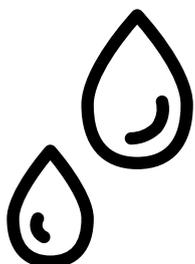


Redução do consumo de

**257.028  
Kwh**

Figura 101: Consumo anual de energia

### Água e Esgoto (consumo em m<sup>3</sup>)



- Mantemos um monitoramento constante do consumo de nossas unidades, promovendo manutenções preventivas e corretivas sempre que necessário;
- Foram realizadas substituições de válvulas de descarga dos mictórios dos prédios próprios por modelos automáticos e também as torneiras dos banheiros são de acionamento temporário;
- Estudo de viabilidade de reaproveitamento de água fluvial.



Figura 102: Consumo anual de água

### Papel (consumo em resmas)



Figura 103: Consumo anual de papel

- Com a implantação dos processos administrativos digitais e, mais recentemente, dos processos judiciais eletrônicos no 2º grau de jurisdição houve uma redução considerável do consumo de papel para impressão;

## 5. Alocação de recursos e áreas especiais de gestão

- Há a indicação para uso de impressão de ambos os lados da folha.
- Assinatura de jornais, revistas e periódicos em formato eletrônico.

### Programa Eleições Verdes 2018

O Tribunal Regional Eleitoral de Goiás desenvolveu o Programa Eleições Verdes no Pleito de 2018, no qual várias ações foram implementadas, visando a redução do impacto ambiental provocado pelo processo eleitoral, como por exemplo:

- Foram plantadas 100 (cem) mudas de árvores nativas do cerrado em área de parque municipal de Goiânia;
- Foi firmado um protocolo de intenções com os Partidos/Coligações que tratou de questões ambientais e eleições limpas;
- Parceria com o Ministério Público Eleitoral possibilitando a conversão de pena alternativa, nos crimes eleitorais, de plantio de árvores típicas do cerrado;
- Abordagem da temática ambiental durante a realização do evento “Corrida pela Cidadania” realizada pelo TRE/GO no mês de outubro de 2018

### Redução de resíduos poluentes

Consumo de copos descartáveis:



Figura 100: Consumo de copos descartáveis



Estamos adotando várias ações no sentido de redução de resíduos poluentes, como por exemplo:



Redução na quantidade de impressões gráficas com a implantação dos processos administrativos e judiciais eletrônicos, gerando diminuição na quantidade de suprimentos de informática;



Disponibilização de coletores apropriados para separação de materiais, conforme suas naturezas, em alguns prédios próprios;



Houve a celebração de contrato do TSE para recolhimento e destinação adequada de urnas eletrônicas e baterias, em desuso, nos Regionais;



Estudo no sentido de utilização de impressões com fonte tipográfica ecológica (ecofont).



# Demonstrações Contábeis



## Declaração do contador



Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa), regidos pela Lei nº 4.320/1964, relativos ao exercício de 2018, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

---

Contador Responsável  
**Carlos Roberto de Oliveira** | CRC nº GO-12.034



**Tabela 19: Balanço Orçamentário**

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
		EMISSÃO 09/03/2019	PÁGINA 1
TÍTULO		VALORES EM UNIDADES DE REAL	
SUBTÍTULO			
ORGAO SUPERIOR			
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS			
70023 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIAS			
14000 - JUSTICA ELEITORAL			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA
RECEITAS CORRENTES		RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>Recargas Tributárias</b>			
Impostos			
Taxas			
Contribuições de Melhoria			
<b>Recargas de Contribuições</b>			
Contribuições Sociais			
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico			
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.			
<b>Recarga Patrimonial</b>			
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado			
Valores Mobiliários			
Delegação de Serviços Públicos			
Exploração de Recursos Naturais			
Exploração do Patrimônio Intangível			
Cessão de Direitos			
Demais Recargas Patrimoniais			
<b>Recarga Agropecuária</b>			
<b>Recargas de Serviços</b>			
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais			
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte			
Serviços e Atividades Referentes à Saúde			
Serviços e Atividades Financeiras			
Outros Serviços			
<b>Transferências Correntes</b>			
<b>Outras Recargas Correntes</b>			
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais			
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos			
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público			
Demais Recargas Correntes			
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>			
<b>Operações de Crédito</b>			
Operações de Crédito - Mercado Interno			
Operações de Crédito - Mercado Externo			
<b>Alienação de Bens</b>			
Alienação de Bens Móveis			
Alienação de Bens Imóveis			
Alienação de Bens Intangíveis			
<b>Amortização de Empréstimos</b>			
<b>Transferências de Capital</b>			
Outras Recargas de Capital			

Tabela 20: Balanço Patrimonial

TÍTULO		EXERCÍCIO		PERÍODO	
		2018		Anual	
SUBTÍTULO		EMISSÃO		PÁGINA	
70023 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS		08/03/2019		1	
ORGÃO SUPERIOR		14000 - JUSTIÇA ELEITORAL		VALORES EM UNIDADES DE REAL	
<b>ATIVO</b>					
ESPECIFICAÇÃO		2018	2017	2018	2017
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>6.802.079,61</b>	<b>3.309.920,98</b>	<b>6.071.907,50</b>	<b>20.578.506,62</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		6.206.587,13	2.601.787,67	6.024.231,39	19.868.897,64
Créditos a Curto Prazo		-	-	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		2.597,98	2.597,98	34.853,25	709.916,98
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-	-	-
Estoques		692.924,50	705.535,24	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		-	-	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		-	-	-	-
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>84.803.248,72</b>	<b>86.587.974,21</b>	<b>12.822,86</b>	<b>-</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo		-	-	-	-
Estoque		-	-	-	-
Investimentos		-	-	-	-
Participações Permanentes		-	-	-	-
Propriedades para Investimento		-	-	-	-
Propriedades para Investimento		-	-	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos		-	-	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos		-	-	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo		-	-	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo		-	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS		-	-	-	-
Demais Investimentos Permanentes		-	-	-	-
Demais Investimentos Permanentes		-	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.		-	-	-	-
<b>Imobilizado</b>		<b>82.627.527,46</b>	<b>84.510.252,95</b>	<b>85.633.420,83</b>	<b>69.319.388,48</b>
Bens Móveis		31.192.011,87	32.289.946,89	-157.132,21	-20.285.264,30
Bens Móveis		60.712.411,14	56.184.381,98	69.319.388,48	90.556.116,18
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-29.620.399,27	-23.894.533,09	16.471.164,56	-951.463,40
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-	-	-
Bens Imóveis		51.435.515,59	52.220.404,06	-	-
Bens Imóveis		53.926.932,40	53.968.654,27	-	-
(-) Deprec./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-2.491.416,81	-1.748.250,21	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-	-	-
<b>Intangível</b>		<b>2.175.721,26</b>	<b>2.077.721,26</b>	<b>85.633.420,83</b>	<b>69.319.388,48</b>
Softwares		2.175.721,26	2.077.721,26	-	-
Softwares		-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind		-	-	-	-
<b>PASSIVO</b>		<b>6.071.907,50</b>	<b>20.578.506,62</b>	<b>6.071.907,50</b>	<b>20.578.506,62</b>
ESPECIFICAÇÃO		2018	2017	2018	2017
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>6.024.231,39</b>	<b>19.868.897,64</b>	<b>6.071.907,50</b>	<b>20.578.506,62</b>
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		6.024.231,39	19.868.897,64	6.071.907,50	20.578.506,62
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		-	-	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-	-	-
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-	-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-	-	-
Obrigações de Repartição a Outros Entes		-	-	-	-
Provisões a Curto Prazo		-	-	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo		-	-	-	-
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>12.822,86</b>	<b>-</b>	<b>12.822,86</b>	<b>-</b>
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo		-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-	-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-	-	-
Provisões a Longo Prazo		-	-	-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo		-	-	-	-
Resultado Diferido		-	-	-	-
<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>		<b>6.071.907,50</b>	<b>20.578.506,62</b>	<b>6.071.907,50</b>	<b>20.578.506,62</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
ESPECIFICAÇÃO		2018	2017	2018	2017
<b>Patrimônio Social e Capital Social</b>		<b>85.633.420,83</b>	<b>69.319.388,48</b>	<b>85.633.420,83</b>	<b>69.319.388,48</b>
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-	-	-
Reservas de Capital		-	-	-	-
Reservas de Lucros		-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-
Demais Reservas		-	-	-	-
<b>Resultados Acumulados</b>		<b>-157.132,21</b>	<b>-20.285.264,30</b>	<b>-157.132,21</b>	<b>-20.285.264,30</b>
Resultado do Exercício		-	-	-	-
Resultados de Exercícios Anteriores		-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-	-	-
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>85.633.420,83</b>	<b>69.319.388,48</b>	<b>85.633.420,83</b>	<b>69.319.388,48</b>



**Tabela 21: Demonstração das Variações Patrimoniais**

TÍTULO		EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
SUBTÍTULO		VALORES EM UNIDADES DE REAL	
ORGAO SUPERIOR		VALORES EM UNIDADES DE REAL	
70223 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIAS		2018	2017
14000 - JUSTICA ELEITORAL		221.234.280,91	195.964.342,86
VARIACOES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
<b>VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			
Impostos			
Taxas			
Contribuições de Melhoria			
<b>Contribuições</b>			
Contribuições Sociais			
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico			
Contribuição de Iluminação Pública			
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais			
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>			
Venda de Mercadorias			
Vendas de Produtos			
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		89,03	534,53
<b>Variáveis Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>			
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos			
Juros e Encargos de Mora		89,03	534,53
Variações Monetárias e Cambiais			
Descontos Financeiros Obitos			
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras			
Aportes do Banco Central			
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras			
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>			
Transferências Intragovernamentais		218.210.683,61	190.078.027,65
Transferências Inter governamentais		216.563.168,18	188.405.116,28
Transferências das Instituições Privadas			
Transferências das Instituições Multigovernamentais			
Transferências de Consórcios Públicos			
Transferências do Exterior			
Execução Orçamentária Delegada de Entes			
Transferências de Pessoas Físicas		1.647.515,43	1.672.911,37
Outras Transferências e Delegações Recebidas		352.553,96	2.622.495,30
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>			
Reavaliação de Ativos			
Ganhos com Alienação			
Ganhos com Incorporação de Ativos		352.553,96	28.223,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos			
Reversão de Redução ao Valor Recuperável			
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>			
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		2.670.954,21	3.263.321,38
Resultado Positivo de Participações			
Operações da Autoridade Monetária			

Tabela 22: Demonstração do Fluxo de Caixa

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
		EMISSÃO 08/03/2019	PÁGINA 1
TÍTULO		VALORES EM UNIDADES DE REAL	
SUBTÍTULO		2018	2017
ORGÃO SUPERIOR		2018	2017
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS		9.924.121,38	-94.279,03
70023 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIAS		219.717.490,59	191.685.196,08
14000 - JUSTICA ELEITORAL			
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>			
<b>INGRESSOS</b>			
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>			
Receita Tributária			
Receita de Contribuições			
Receita Agropecuária			
Receita Industrial			
Receita de Serviços			
Remuneração das Disponibilidades			
Outras Receitas Derivadas e Originárias			
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>			
Intergovernamentais			
Dos Estados e/ou Distrito Federal			
Dos Municípios			
Intragovernamentais			
Outras Transferências Correntes Recebidas			
<b>Outros Ingressos das Operações</b>			
Ingressos Extraorçamentários		219.717.490,59	191.685.196,08
Transferências Financeiras Recebidas		483.303,70	15.726,88
Arrecadação de Outra Unidade		216.563.168,18	188.405.116,28
Valores para Compensação		2.671.018,71	3.263.852,41
<b>DESEMBOLSOS</b>			
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>			
Legislativo		-209.793.369,21	500,51
Judiciário		-188.316.908,92	-191.779.475,11
Essencial à Justiça		-166.439.303,53	-150.206.619,92
Administração			
Defesa Nacional			
Segurança Pública			
Relações Exteriores			
Assistência Social			
Previdência Social			
Saúde			
Trabalho			
Educação			
Cultura			
Direitos da Cidadania			
Urbanismo			
Habituação			
Saneamento			
Gestão Ambiental			
Ciência e Tecnologia			
Agricultura			
Organização Agrária			
		-21.877.605,39	-20.611.630,49



**Tabela 23: Balanço Financeiro**

		EXERCÍCIO		PERÍODO	
		2018	2018	Atual	
TÍTULO		EMISSÃO		PÁGINA	
BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS		08/03/2019		1	
SUBTÍTULO		7023 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS			
14000 - JUSTIÇA ELEITORAL					
ORGAO SUPERIOR		VALORES EM UNIDADES DE REAL			
<b>INGRESSOS</b>					
ESPECIFICAÇÃO		2018	2017	2018	2017
<b>Recetas Orçamentárias</b>					
<b>Ordinárias</b>					
<b>Vinculadas</b>					
Previdência Social (RPPS)					
Recursos de Receitas Financeiras					
(-) Deduções da Receita Orçamentária					
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>		<b>216.563.168,18</b>	<b>188.405.116,28</b>	<b>2.684.997,10</b>	<b>3.308.397,94</b>
Resultantes da Execução Orçamentária		212.451.475,33	188.338.993,10	2.107.137,88	2.580.564,05
Sub-repasse Recebido		212.451.475,33	188.338.993,10	2.684.997,10	3.308.397,94
Independentes da Execução Orçamentária		4.111.692,85	66.123,18	2.684.997,10	17.025,35
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		4.097.714,46	38.603,10	2.684.997,10	3.291.372,49
Demais Transferências Recebidas		6.976,93	13.200,00	2.684.997,10	3.291.372,49
Movimentação de Saldos Patrimoniais		7.001,46	14.320,08	-	-
Aporte ao RPPS		-	-	-	-
Aporte ao RGPS		-	-	-	-
<b>Recbimentos Extraorçamentários</b>		<b>7.877.643,48</b>	<b>9.151.171,13</b>	<b>5.953.645,75</b>	<b>2.751.555,82</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		71.793,84	709.918,98	709.918,98	5.443,74
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		4.651.527,23	5.161.172,35	4.760.423,07	2.729.903,20
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		483.303,70	15.726,88	483.303,70	15.726,88
Outros Recebimentos Extraorçamentários		2.671.018,71	3.264.352,92	-	482,00
Arrecadação de Outra Unidade		2.671.018,71	3.263.852,41	-	482,00
Valores para Compensação		-	500,51	-	-
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>		<b>2.601.787,67</b>	<b>3.190.223,28</b>	<b>6.206.557,13</b>	<b>2.601.787,67</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.601.787,67	3.190.223,28	6.206.557,13	2.601.787,67
<b>TOTAL</b>		<b>227.042.599,33</b>	<b>200.746.510,69</b>	<b>227.042.599,33</b>	<b>200.746.510,69</b>
ESPECIFICAÇÃO					
<b>Despesas Orçamentárias</b>					
<b>Ordinárias</b>					
<b>Vinculadas</b>					
Seguridade Social (Exceto Previdência)					
Previdência Social (RPPS)					
Recursos de Receitas Financeiras					
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas					
<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>		<b>212.451.475,33</b>	<b>188.338.993,10</b>	<b>2.684.997,10</b>	<b>3.308.397,94</b>
Resultantes da Execução Orçamentária		212.451.475,33	188.338.993,10	2.684.997,10	3.308.397,94
Sub-repasse Devolvido		66.123,18	66.123,18	17.025,35	17.025,35
Independentes da Execução Orçamentária		4.111.692,85	66.123,18	2.684.997,10	3.291.372,49
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		4.097.714,46	38.603,10	2.684.997,10	3.291.372,49
Demais Transferências Recebidas		6.976,93	13.200,00	2.684.997,10	3.291.372,49
Movimentação de Saldos Patrimoniais		7.001,46	14.320,08	-	-
Aporte ao RPPS		-	-	-	-
Aporte ao RGPS		-	-	-	-
<b>Despesas Extraorçamentárias</b>		<b>9.151.171,13</b>	<b>9.151.171,13</b>	<b>5.953.645,75</b>	<b>2.751.555,82</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		709.918,98	709.918,98	709.918,98	5.443,74
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		4.651.527,23	5.161.172,35	4.760.423,07	2.729.903,20
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		483.303,70	15.726,88	483.303,70	15.726,88
Outros Pagamentos Extraorçamentários		2.671.018,71	3.264.352,92	-	482,00
Arrecadação de Outra Unidade		2.671.018,71	3.263.852,41	-	482,00
Valores para Compensação		-	500,51	-	-
<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>		<b>3.190.223,28</b>	<b>3.190.223,28</b>	<b>6.206.557,13</b>	<b>2.601.787,67</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		3.190.223,28	3.190.223,28	6.206.557,13	2.601.787,67
<b>TOTAL</b>		<b>227.042.599,33</b>	<b>200.746.510,69</b>	<b>227.042.599,33</b>	<b>200.746.510,69</b>

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL



## Notas explicativas

### Tratamento contábil da depreciação e da amortização de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Tratamento contábil da depreciação e da amortização de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos O Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE/GO) registra a depreciação dos bens, de acordo com a seguinte Legislação:

1) Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, do Conselho Federal de Contabilidade:

1.1) NBC-T 16.9 (Depreciação, Amortização e Exaustão),

1.2) NBC-T 16.10 (Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público).

2) Orientação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) – Macrofunção Siafi 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

3) Orientações SOF/TSE:

3.1) N° 1/2010 e,

3.2) N° 3/2012.

Além da Legislação acima, o Tribunal observa as determinações da Lei n° 4.320/1964 e Lei Complementar n° 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), ambas em caráter complementar à legislação específica aplicada.

A metodologia de cálculo da depreciação adotada foi a das quotas constantes, também conhecido como método em linha reta. A vida útil econômica e o valor residual utilizado para os bens do TRE/GO foram aqueles constantes da tabela do Manual Siafi (as taxas de depreciação foram calculadas por meio da divisão do valor depreciável do bem pela sua vida útil, obtendo-se a taxa anual de depreciação) com exceção das urnas eletrônicas classificadas como equipamento de processamento de dados, mas que possuem vida útil distinta daquela prevista na Tabela da Macrofunção Siafi, visto que são bens singulares na Justiça Eleitoral e possuem vida útil estimada de dez anos, conforme estudo técnico realizado pela equipe do TSE.

Tabela de vida útil e valor residual para cada conta contábil sujeita a depreciação:

**Tabela 24: Vida útil e valor residual**

Número da conta	Nome da conta	Vida útil (anos)	Valor residual (%)
12311.01.01	Aparelhos de medição e orientação	15	10



12311.01.02	Aparelhos e equipamentos de comunicação	15	10
12311.01.03	Aparelhos e equipamentos de comunicação	10	20
12311.01.04	Equipam/utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	15	20
12311.01.05	Aparelho e equipamento p/ esportes e diversões	10	10
12311.01.06	Equipamento de proteção, segurança e socorro	10	10
12311.01.07	Máquinas e equipamentos industriais	20	10
12311.01.08	Máquinas e equipamentos energéticos	10	10
12311.01.09	Máquinas e equipamentos gráficos	15	10
12311.01.12	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	10	10
12311.01.13	Equipamentos, peças e acessórios p/automóveis	5	10
12311.01.18	Equipamentos, peças e acessórios marítimos	15	10
12311.01.21	Equipamentos de manobras e patrulhamento	20	10
12311.01.23	Equipamentos hidráulicos e elétricos	10	10
12311.01.24	Máquinas e equipamentos – construção civil	20	10
12311.01.25	Máquinas e equipamentos eletro - eletrônicos	10	10
12311.01.99	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	10	10
12311.02.01	Outras máquinas, equipamentos e ferramentas	10	10
12311.03.01	Equipamentos de processamento de dados	5	10
12311.03.02	Aparelhos e utensílios domésticos	10	10
12311.03.03	Máquinas e utensílios de escritório	10	10
12311.04.04	Mobiliário em geral	10	10
12311.04.02	Coleções e materiais bibliográficos	10	0
12311.04.03	Discotecas e filmotecas	5	10
12311.04.04	Instrumentos musicais e artísticos	20	10
12311.04.05	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	10
12311.04.06	Obras de arte e peças para exposição	-	-
112311.05.01	Veículos em geral	15	10
12311.05.03	Veículos de tração mecânica	15	10
12311.05.06	Embarcações	-	-
12311.09.00	Armamentos	20	15
12311.99.09	Peças não incorporáveis a imóveis	10	10



# Outras Informações Relevantes



## Tratamento de determinações e recomendações do TCU

**Tabela 25: Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento**

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 031.909/2017-5	811/2018-TCU		Ofício nº 202/2018-TCU/SECEX-GO, de 13/3/2018	21/03/18
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>Informa acerca do Acórdão 811/2018-TCU- Segunda Câmara, Relator José Múcio Monteiro, Sessão de 6/3/2018, por meio do qual o Tribunal apreciou o processo de representação, TC 031.909/2017-5, referente ao Pregão Eletrônico 59/2017 realizado pelo TRE/GO, conheceu da representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, mandando dar ciência das impropriedades apontadas abaixo, arquivando o processo.</p> <p>Processo TC 031.909/2017-5 (Representação):</p> <p>1.7. dar ciência ao Tribunal Regional Eleitoral de Goiás sobre as seguintes impropriedades relacionadas ao Pregão Eletrônico 59/2017, para que adote medidas que previnam ocorrências semelhantes e aperfeiçoam os editais dos futuros certames;</p> <p>1.7.1. ausência de justificativas mais específicas, completas e tempestivas no processo licitatório para o parcelamento adotado para o objeto do certame;</p> <p>1.7.2. falta de discriminação explícita no edital da obrigação de emissão de notas fiscais específicas para materiais e para serviços;</p> <p>1.7.3. falta de pesquisa de preços para serviços de desinstalação dos aparelhos, rede frigorígena e fiação antigos;</p> <p>1.7.4. divergência entre valores globais estimados para os serviços e para os equipamentos licitados e os valores respectivos de reserva orçamentária atestados pelo setor competente (em 12/9/2017).</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>O mencionado Acórdão foi encaminhado à Diretoria-Geral, à Secretaria de Administração e Orçamento, Coordenadoria de Bens e Aquisições, Seção de Licitações e Compras e Coordenadoria de Engenharia e Infraestrutura, para ciência e a adoção de providências.</p>				
Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 005.755/2018-2			Ofício nº 0478/2018-TCU/Selog de 4/4/2018	17/05/18
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Conselho Nacional de Justiça				



Descrição da determinação/recomendação

Requer informações dos órgãos de sua alçada, sobre as providências adotadas para ajustar os contratos vigentes de prestação de serviços ao disposto no art. 59-A da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, inserido pela Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista).

Art. 59-A. Em exceção ao disposto no art. 59 desta Consolidação, é facultado às partes, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, estabelecer horário de trabalho de doze horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação.

Parágrafo único. A remuneração mensal pactuada pelo horário previsto no caput deste artigo abrange os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado e pelo descanso em feriados, e serão considerados compensados os feriados e as prorrogações de trabalho noturno, quando houver, de que tratam o art. 70 e o § 5º do art. 73 desta Consolidação.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Após manifestações das Unidades deste Tribunal diretamente envolvidas com o monitoramento e a gestão dos contratos administrativos de prestação de serviços existentes neste Tribunal, quais sejam, Coordenadoria de Engenharia e Infraestrutura, Coordenadoria de Bens e Aquisições, Seção de Fiscalização Administrativa de Contratos, Seção de Manutenção Predial e Sistemas Elétricos, Seção de Manutenção de Equipamentos e Serviços e Seção de Contratos, verificou-se que os ajustes atualmente vigentes, no âmbito deste Tribunal, e impactados pelas novas regras trazidas à Legislação Trabalhista pela Lei nº 13.467/2017 são somente aqueles cujo objeto é a prestação de serviços de vigilância, e que já há revisão dos cálculos dos valores contratados em curso por meio dos respectivos procedimentos de repactuação.

Dessa forma, foi encaminhado o Ofício PRES nº 381/2018, de 6/12/2018, ao Conselho Nacional de Justiça, informando que esta Corte já está providenciando as adequações necessárias nos contratos/prorrogações que se enquadram nas alterações promovidas pelas Lei nº 13.467/2017 e Medida Provisória nº 808/2017.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 015.268/2018-7			Ofício de Requisição 22/IGG2018-TCU/Secex-Administração, de 05/06/2018	05/06/2018

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

Tribunal Regional Eleitoral de Goiás

Descrição da determinação/recomendação

Natureza: Comunicação

Informa que o TCU iniciou acompanhamento sobre a situação de governança e gestão das organizações públicas federais – ciclo 2018. Esse trabalho foi realizado por meio de questionário eletrônico que deveria ser respondido até 2/7/2018.

Solicitou dar ciência deste levantamento à área de auditoria interna da organização.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Foi concluído o levantamento de Governança e Gestão das Organizações Públicas Federais e preenchido o formulário no prazo previsto (2/7/2018).



# Anexos e Apêndices



## Declaração de integridade

O Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, bem como os demais tribunais eleitorais e o próprio TSE, têm como Missão institucional “garantir a legitimidade do processo eleitoral”, axioma que nos imputa forte compromisso com a integridade das informações do desempenho da gestão em torno do propósito de realizar as eleições, razão de ser de tais órgãos do judiciário.

Tal propósito, vale dizer, de matiz constitucional, insere-se na arquitetura da própria democracia brasileira, implicando, no compromisso pela busca contínua das melhores práticas gerenciais, além do inafastável dever de agir com ética e transparência, nos lindes da legalidade que permeiam e qualificam os atos dos entes da administração pública.

Nesse passo, o TRE/GO envidou todos os esforços necessários para garantir que haja plena integridade quanto aos dados e informações do presente relatório de Gestão (ano de 2018), confeccionado sob a forma de relatório integrado.

De ver-se que em seu conteúdo fora aplicando o pensamento coletivo para a construção e apresentação do relato integrado, o que só se fez possível em função da evidente aproximação das áreas executivas e de gestão da instituição, a quais, sinergicamente coordenadas, se lançaram na tarefa de elaboração de um Relatório de Gestão conciso, caracterizado pela objetividade, o qual oferece, em linguagem simples, ampla visão das diretrizes gerenciais adotadas pela Justiça Eleitoral goiana, com vistas à consecução dos objetivos estratégicos.

Exsurge de seu conteúdo evidente confiabilidade e integralidade das informações disponibilizadas, tanto para os órgãos de controle externo como para a sociedade, dada à forma integrada, simplificada e acessível de sua apresentação, cuja estrutura seguiu, na expectativa desses que ora apresentam suas contas, a forma requerida pela DN TCU n. 170/2017.

**WILSON GAMBOGE JÚNIOR**  
Diretor-Geral



## Detalhamento da gestão de riscos

**Tabela 26: Detalhamento da gestão de riscos**

PROCESSO DE TRABALHO	GESTOR DO RISCO	RISCO
CAPTAÇÃO, TREINAMENTO E ALIMENTAÇÃO DE MESÁRIOS E COLABORADOS	INTEGRAZONAS	Possibilidade de variação no quantitativo de mesários por mesas Eleitor não votar Mesário não receber benefício alimentação
FILIAÇÃO PARTIDÁRIA	INTEGRAZONAS	Não oficialização da filiação partidária
LACRAÇÃO DE URNAS	INTEGRAZONAS	Ausência do juiz eleitoral e/ou substituto legalmente designado Urnas encaminhadas para seção diversas da carga Não transmissão da tabela de correspondência emitida pelas urnas ou transmissão com dados incorretos
MONTAGEM DAS SEÇÕES ELEITORAIS	INTEGRAZONAS	Não montar a seção na data e hora previamente planejada Atraso na definição da modalidade de distribuição das urnas Atraso no início da votação Não comparecimento do policial militar conforme acordado
PODER DE POLÍCIA	INTEGRAZONAS	Ineficácia do procedimento Notificação ou intimação infrutífera do infrator Multiplicação de processos por propaganda irregular
VISTORIA DOS LOCAIS DE VOTAÇÃO	INTEGRAZONAS	Impossibilidade de utilização do local designado Não localização do local de votação pelo eleitor
VOTAÇÃO	INTEGRAZONAS	Votação manual Eleitor não votar

APURAÇÃO E TOTALIZAÇÃO	VICE-PRESIDÊNCIA E CORREGEDORIA – ASVPC	Destruição/Extravio de urna eletrônica e/ou Mídias de Resultado Interrupção do link de comunicação de dados Falta de energia elétrica
CADASTRO ELEITORAL	COORDENADORIA ADMINISTRATIVA – COAD/VPCRE	Eleitor só procurar a JE nos três últimos dias Seções eleitorais inadequadas Eleitor impedido de votar que vota por falta por anotação na folha de votação
GERAÇÃO DE MÍDIAS	COORDENADORIA DE SISTEMAS ELEITORAIS – CSEL/STI	Atraso na realização da cerimônia Geração incorreta das mídias
MANUTENÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS URNAS ELETRÔNICAS	COORDENADORIA DE SISTEMAS ELEITORAIS – CSEL/STI	Urnas não distribuídas tempestivamente para a carga e lacre
DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS	ASSESSORIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL – ASICS/DG	Interromper a divulgação dos resultados Fragmentar a divulgação do resultado
DIPLOMAÇÃO	ASSESSORIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL – ASICS/DG	Indefinição do local do evento Insegurança do local
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA	ASSESSORIA DE EXAME DE CONTAS ELEITORAIS E PARTIDÁRIAS – ASEPA	Inobservância dos prazos legais para o julgamento das contas dos candidatos eleitos Inobservância dos prazos legais para o julgamento das contas dos candidatos não eleitos
MONITORAR PLANEJAMENTO DAS ELEIÇÕES	ASSESSORIA DE APOIO À GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA – AAGGE/DG	Monitoramento ineficiente
AValiação DO PROCESSO ELEITORAL	ASSESSORIA DE APOIO À GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA – AAGGE/DG	Não realização dos eventos de avaliação das eleições Avaliação não ser conclusiva quanto aos elementos que precisam de melhoria



VOTAÇÃO DO PRESO PROVISÓRIO E ADOLESCENTE INFRATOR	PRESIDÊNCIA	Não atingir o mínimo de eleitores legalmente exigido Não realização da votação
ALOCAÇÃO DE EQUIPES	COORDENADORIA DE PES- SOAL – COPS/SGP	Não alocação de equipe
CAPACITAÇÃO DE PESSOAS PARA O PROCESSO ELEITORAL	COORDENADORIA DE EDU- CAÇÃO E DESENVOLVIMENTO – CEDE/SGP	Não capacitar os servidores
GESTÃO DE AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES	COORDENADORIA DE BENS E AQUISIÇÕES – CBAQ/SAO	Não concluir processo de aquisição e contratação Concluir intempestivamente o processo de aquisição e contratação
HORÁRIO ELEITORAL	COORDENADORIA DE REGIS- TRO DE DADOS PROCESSUAIS E PARTIDÁRIOS, PROTOCOLO E EXPEDIÇÃO – CRPE/SJD	Redistribuição do horário eleitoral Indefinição da(s) emissora(s) geradora(s) do programa em rede
REGISTRO DE CANDIDATURAS	COORDENADORIA DE REGIS- TRO DE DADOS PROCESSUAIS E PARTIDÁRIOS, PROTOCOLO E EXPEDIÇÃO – CRPE/SJD	Candidato na situação deferido ou sub judice com situação diversa no Sistema CAND Descumprimento dos prazos legais
VOTAÇÃO PARALELA	COMISSÃO DE AUDITORIA DE FUNCIONAMENTO DAS URNAS ELETRÔNICAS	Não garantir a segurança do processo eleitoral

Tabela 27: Perdas orçamentárias

**PERDAS ORÇAMENTÁRIAS 2018**

Meta de perda máxima 2018 - 10,2%				Orçamento Disponível				Perdas				
Ação (Cod)	GND (Cod)	GND	PO (Cod)	Plano Orçamentário	Autorizado	RP Não-Proc Inscrito	Orçamento total disponível	Empenhado	Orçamento 2018 não empenhado	PIB Não-Proc Cancelado	Total de Perdas (não aproveitado)	Percentual de perdas
20 GP		3	0001	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA	23.329.391,00	1.577.382,89	24.906.773,89	18.813.682,69	4.515.708,31	396.998,34	4.912.706,65	20%
20 GP			0002	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	623.393,00	20.568,89	643.961,89	622.012,12	1.380,88	10.788,47	12.169,35	2%
20 GP		4	0001	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA	3.539.364,00	2.480.787,12	6.020.151,12	3.520.626,83	18.737,17	-	18.737,17	0%
				<b>Soma:</b>	<b>27.492.148,00</b>	<b>4.078.738,90</b>	<b>31.570.886,90</b>	<b>22.956.321,64</b>	<b>4.535.826,36</b>	<b>407.786,81</b>	<b>10.788,47</b>	<b>16%</b>

OBSERVAÇÃO:

O não aproveitamento dos recursos de 2018, deveu-se, principalmente, à insuficiência de limite financeiro para pagamento do total de despesas discricionárias, levando a esse Tribunal a limitar a emissão de empenhos em valor correspondente ao valor faltante (igual ao saldo de empenhos inscritos em Restos a Pagar Processados e Não Processados, excluídos os cancelados, cujo valor finalizado no ano foi de R\$ 4.380.871), em razão do Novo Regime Fiscal instituído pela Emenda Constitucional nº 95/2016.

O valor do limite financeiro inicial 2018, autorizado na Portaria TSE nº 68, de 26/01/18, foi o correspondente ao total da LOA 2018 R\$ 28.334.076, sendo reduzido para R\$ 27.492.148,00 em função de concessão de fonte para complementar despesas obrigatórias no total de 841.928. E, ainda, ajustado em função dos levantamentos das despesas a pagar no exercício, finalizando o ano no valor de R\$ 25.585.681, Portaria TSE nº 1.066, de 14/12/2018.

Tabela 28: Despesas por maiores objetos de contratação - custeio e investimento

**DESpesas POR MAIORES OBJETOS DE CONTRATAÇÃO - CUSTEIO (GND 3)**

	2018				2017				2016			
	Despesas		Restos a Pagar Não Processados		Despesas		Restos a Pagar Não Processados		Despesas		Restos a Pagar Não Processados	
	Empenhad.	Liquidad.	Empenhad.	Liquidad.	Empenhad.	Liquidad.	Empenhad.	Liquidad.	Empenhad.	Liquidad.	Empenhad.	Liquidad.
Teleprocessamento	3.450.964	3.398.695	338.812	260.466	5.229.566	4.890.753	89.644	79.834	5.369.043	5.279.400	617.000	615.960
Limpeza e Conservação	1.974.014	1.906.692	82.412	80.615	1.956.194	1.873.782	78.291	77.549	1.651.371	1.573.080	173.968	118.942
Apoio administ., técn. e operac.	1.919.307	1.824.565	61.136	52.004	1.465.557	1.404.421	97.089	91.271	1.383.699	1.286.610	253.556	269.657
Manutenção predial	1.649.816	1.140.186	165.432	218.871	1.107.410	941.979	544.158	344.914	1.630.538	1.086.380	232.602	195.348
Energia elétrica	1.367.957	1.367.957	95.000	95.000	1.167.854	1.072.854	62.802	62.802	1.309.733	1.246.931	134.757	135.056
Vigilância ostensiva	1.331.437	1.274.303	54.609	52.637	1.258.041	1.203.432	-	-	1.807.833	1.611.330	196.865	172.227
Locação de imóveis	1.215.487	1.207.001	7.639	7.639	1.259.900	1.252.261	2.274	2.274	1.375.980	1.373.706	85.552	53.844
Estagiários	1.010.075	989.906	-	-	1.933.154	1.933.154	4.686	4.686	1.950.233	1.945.547	-	-
Condomínios	795.279	717.008	20.872	19.003	659.687	638.814	-	-	565.307	565.307	150.651	222.335
Outras despesas	4.721.359	4.402.455	526.363	403.930	5.362.913	4.836.550	547.426	330.975	5.077.188	4.726.266	1.052.344	639.093
<b>Total GND 3</b>	<b>19.435.695</b>	<b>18.228.767</b>	<b>1.352.276</b>	<b>1.190.165</b>	<b>21.400.276</b>	<b>20.048.000</b>	<b>1.426.369</b>	<b>994.304</b>	<b>22.120.925</b>	<b>20.694.556</b>	<b>2.897.296</b>	<b>2.422.461</b>

**DESpesas POR MAIORES OBJETOS DE CONTRATAÇÃO - INVESTIMENTOS (GND 4)**

	2018				2017				2016			
	Despesas		Restos a Pagar Não Processados		Despesas		Restos a Pagar Não Processados		Despesas		Restos a Pagar Não Processados	
	Empenhad.	Liquidad.	Empenhad.	Liquidad.	Empenhad.	Liquidad.	Empenhad.	Liquidad.	Empenhad.	Liquidad.	Empenhad.	Liquidad.
Veículos	1.416.800	1.416.800	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros bens permanentes	776.448	701.499	419.306	419.306	469.479	50.173	55.643	55.643	273.098	217.454	122.747	119.465
Bens de informática	488.888	488.888	1.904.350	1.904.350	2.689.910	785.560	71.580	71.580	270.480	198.900	3.559.978	3.559.978
Apoio administ., técn. e operac.	346.297	133.474	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis	285.393	285.393	157.131	157.131	247.931	90.800	47.993	47.993	151.223	103.230	297.058	297.058
Subst. Sist. Climat. (sede/anexo)	108.800	16.200	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de softwares	98.000	98.000	-	-	19.552	19.552	70.815	70.815	272.435	201.620	-	43.360
Outras despesas	-	-	-	-	-	-	-	-	16.371	16.371	1.574.350	1.659.318
<b>Total GND 4</b>	<b>3.520.627</b>	<b>3.140.255</b>	<b>2.480.787</b>	<b>2.480.787</b>	<b>3.426.872</b>	<b>946.084</b>	<b>246.032</b>	<b>246.032</b>	<b>983.607</b>	<b>737.575</b>	<b>5.554.134</b>	<b>5.679.179</b>
<b>Total Custeio + Investimentos</b>	<b>22.956.322</b>	<b>21.369.022</b>	<b>3.833.063</b>	<b>3.670.952</b>	<b>24.827.148</b>	<b>20.994.085</b>	<b>1.672.401</b>	<b>1.240.336</b>	<b>23.104.532</b>	<b>21.432.131</b>	<b>8.451.430</b>	<b>8.101.641</b>





Tabela 30: Despesas 2017

2017

2018	PO	GND	AÇÃO/PO		DOTAÇÃO		DESPESA			RP inscrito no exercício 2018			RP inscrito nos exercícios anteriores			
			Nome	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	Valor em 1º janeiro 2018	Valor Liquidado	Valor Cancelado			
			<b>Pessoal</b>													
20TP	00	1	Pessoal Ativo	97.103.974	114.500.123	113.593.307	113.371.134	113.371.134	113.371.134				138.611	39.775	98.154	
0181	00	1	Aposentadorias e pensões	17.290.012	20.679.423	20.611.630	20.611.630	20.611.630	20.611.630				-	-	-	
09HB	00	1	Contribuição previdência	14.950.000	17.630.705	17.432.061	17.432.061	17.432.061	17.432.061				-	-	-	
			<b>Pessoal</b>	<b>129.343.986</b>	<b>152.810.251</b>	<b>151.636.998</b>	<b>151.414.825</b>	<b>151.414.825</b>	<b>151.414.825</b>				<b>138.611</b>	<b>39.775</b>	<b>98.154</b>	
			<b>Benefícios</b>													
2004	01	3	Assist. médica e odonto	3.844.200	3.897.520	3.897.520	3.844.200	3.844.200	3.844.200				-	-	-	
212B	01	3	Auxílio pré escolar	1.635.660	1.344.660	1.334.474	1.334.474	1.334.474	1.334.474				-	-	-	
212B	03	3	Auxílio transporte	32.052	33.930	30.394	30.394	30.394	30.394				-	-	-	
212B	05	3	Auxílio alimentação	5.929.872	5.922.872	5.915.465	5.915.465	5.915.465	5.915.465				-	-	-	
212B	09	3	Aux. funeral e natalidade	100.704	51.904	16.883	16.883	16.883	16.883				-	-	-	
212B	09	3	Auxílio moradia	1.958	1,958	-	-	-	-				-	-	-	
			<b>Benefícios</b>	<b>11.544.446</b>	<b>11.252.844</b>	<b>11.194.736</b>	<b>11.141.416</b>	<b>11.141.416</b>	<b>11.141.416</b>				-	-	-	
			<b>Custeio/Investimento</b>													
20CP	01	3	Julgamento de causas	23.844.168	23.524.168	20.800.760	19.469.053	19.457.443	19.457.443				1.530.910	990.992	294.243	
20CP	01	4	Julgamento de causas	1.753.000	4.421.550	3.426.872	946.084	247.775	247.775				246.032	246.032	-	
20CP	02	3	Capacitação	685.221	685.221	599.516	578.948	578.948	578.948				5.459	3.312	2.147	
			<b>Julgamento de Causas</b>	<b>26.282.389</b>	<b>28.630.939</b>	<b>24.827.148</b>	<b>20.994.085</b>	<b>20.284.166</b>	<b>20.284.166</b>				<b>1.782.401</b>	<b>1.240.336</b>	<b>296.390</b>	
			<b>Total TRE/GO</b>	<b>167.170.821</b>	<b>192.694.034</b>	<b>187.658.881</b>	<b>183.550.325</b>	<b>182.840.406</b>	<b>182.840.406</b>				<b>1.921.012</b>	<b>1.280.111</b>	<b>394.543</b>	

Tabela 31: Despesas 2016

2016

2018	PO	CND	AÇÃO/PO		DOTAÇÃO		DESPESA			RP inscrito no exercício 2018			RP inscrito nos exercícios anteriores		
			Nome	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	Valor em 1º janeiro 2018	Valor Liquidado	Valor Cancelado		
<b>Pessoal</b>															
20TP	00	1	Pessoal Ativo	91.992.633	103.959.138	103.183.714	103.045.102	103.045.102	-	138.611	-	744.817	256.425	488.393	
0181	00	1	Aposentadorias e pensões	16.448.250	18.203.948	18.174.301	18.174.301	18.174.301	-	-	-	22.003	4.031	17.972	
09HB	00	1	Contribuição previdência	15.015.000	15.721.201	15.721.200	15.721.200	15.721.200	-	-	-	42.770	14.795	27.975	
<b>Pessoal</b>				<b>123.455.883</b>	<b>137.884.287</b>	<b>137.079.215</b>	<b>136.940.604</b>	<b>136.940.604</b>	<b>-</b>	<b>138.611</b>	<b>-</b>	<b>809.590</b>	<b>275.251</b>	<b>534.340</b>	
<b>Benefícios</b>															
2004	01	3	Assist. médica e odontol	3.743.580	3.981.224	3.981.224	3.981.224	3.981.224	-	-	-	-	-	-	
2010	01	3	Auxílio pré escolar	1.395.456	1.449.171	1.431.611	1.431.611	1.431.611	-	-	-	6.418	-	6.418	
2011	01	3	Auxílio transporte	32.400	26.400	23.517	23.517	23.517	-	-	-	2.606	-	2.606	
2012	01	3	Auxílio alimentação	4.947.408	5.885.430	5.863.770	5.863.770	5.863.770	-	-	-	22.340	-	22.340	
00M1	01	3	Aux. funeral e natalidade	100.704	50,704	25.480	25.480	25.480	-	-	-	10.024	-	10.024	
216H	00	3	Auxílio moradia	21.600	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Benefícios</b>				<b>10.241.148</b>	<b>11.392.929</b>	<b>11.325.603</b>	<b>11.325.603</b>	<b>11.325.603</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>41.388</b>	<b>-</b>	<b>41.388</b>	
<b>Custeio/Investimento</b>															
20CP	01	3	Julgamento de causas	21.808.058	23.458.058	21.673.265	20.252.355	20.247.261	5.094	1.420.910	-	4.043.762	2.288.761	1.645.001	
20CP	01	4	Julgamento de causas	829.567	1.031.182	983.607	737.575	737.225	350	246.032	-	5.713.689	5.679.179	34.454	
20CP	02	3	Capacitação	462.687	462.687	447.660	442.201	442.201	-	5.459	-	175.775	133.700	42.075	
<b>Julgamento de Causas</b>				<b>23.100.312</b>	<b>24.951.927</b>	<b>23.104.532</b>	<b>21.432.131</b>	<b>21.426.687</b>	<b>5.444</b>	<b>1.672.401</b>	<b>-</b>	<b>9.933.227</b>	<b>8.101.640</b>	<b>1.721.530</b>	
<b>Total TRE/GO</b>				<b>156.797.343</b>	<b>174.229.143</b>	<b>171.509.350</b>	<b>169.698.337</b>	<b>169.692.894</b>	<b>5.444</b>	<b>1.811.012</b>	<b>-</b>	<b>10.784.205</b>	<b>8.376.891</b>	<b>2.297.258</b>	



Tabela 32: Aderência dezembro/2018

**ADERÊNCIA DEZEMBRO/2018**

Ação Governo	PLANO INTERNO	CND	DOTAÇÃO AUTORIZADA	CRÉDITO ADICIONAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	BLOQUEIO PARA PRIORIZAÇÃO RP	DOTAÇÃO PASSÍVEL DE EMPENHO	DESPESAS EMPENHADAS	EMPRENHO DO PASSÍVEL DE EMPENHO (%)	ADERÊNCIA (%)	EXECUÇÃO CONFORME PLANEJADO
<b>DESPESAS DE CUSTEIO</b>											
	Modernização de Elevadores	3	250.000,00	-	250.000,00	(250.000,00)	-	-	0,00%	0,00%	-
	Serviços de Água e Esgoto	3	219.956,64	-	219.956,64	-	219.956,64	179.144,08	81,45%	81,45%	179.144,08
	Condomínios	3	995.318,28	-	995.318,28	-	995.318,28	795.279,36	79,90%	79,90%	795.279,36
	Energia Elétrica	3	1.493.095,54	-	1.493.095,54	(125.000,00)	1.368.095,54	1.367.956,53	99,99%	91,62%	1.367.956,53
	Limpeza e Conservação	3	2.414.130,00	(241.928,00)	2.414.130,00	(198.000,00)	1.974.175,00	1.974.014,21	99,99%	90,88%	1.974.014,21
	Locação de Imóveis	3	1.523.010,96	-	1.523.010,96	(307.000,00)	1.216.010,96	1.215.486,69	99,96%	79,81%	1.215.486,69
	Manutenção predial	3	2.262.612,05	(200.000,00)	2.262.612,05	(412.000,00)	1.650.612,05	1.649.816,36	99,95%	79,99%	1.649.816,36
	Vigilância Eletrônica	3	176.613,48	-	176.613,48	-	176.613,48	152.748,84	86,49%	86,49%	152.748,84
	Vigilância Ostensiva	3	1.776.883,09	-	1.776.883,09	(445.000,00)	1.331.883,09	1.331.436,60	99,97%	74,93%	1.331.436,60
	Ações Educativas	3	50.000,00	-	50.000,00	-	50.000,00	11.000,00	22,00%	22,00%	11.000,00
	Alimentação de Servidores	3	62.413,10	-	62.413,10	-	62.413,10	63.394,54	101,57%	98,43%	61.431,66
	Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	3	1.514.799,53	-	1.514.799,53	-	1.919.307,19	1.919.307,19	126,70%	73,30%	1.110.291,87
	Assinaturas de Periódicos e Anuidades	3	21.919,12	-	21.919,12	-	21.919,12	23.667,10	111,69%	88,31%	18.721,14
	Combustíveis e Lubrificantes	3	233.765,01	-	233.765,01	-	233.765,01	244.061,60	104,40%	95,60%	223.468,43
	Comunicação e Correspondências	3	253.310,04	-	253.310,04	-	253.310,04	207.734,00	82,01%	82,01%	207.734,00
	Material de Consumo	3	200.000,00	-	200.000,00	-	200.000,00	124.502,05	62,25%	62,25%	124.502,05
	Correções	3	23.520,00	-	23.520,00	-	23.520,00	-	0,00%	0,00%	-
	Diárias para Membros	3	32.680,00	-	32.680,00	-	32.680,00	28.798,00	88,12%	88,12%	28.798,00
	Diárias para Servidores	3	400.000,00	-	400.000,00	(103.000,00)	297.000,00	365.826,75	123,17%	91,46%	365.826,75
	Diárias para Substituição de Chefes de Cartórios	3	150.000,00	-	150.000,00	(122.000,00)	28.000,00	271.61,27	97,00%	18,11%	271.61,27
	Divulgação Institucional	3	136.903,00	-	136.903,00	-	136.903,00	131.736,68	96,23%	96,23%	131.736,68
20CP	Estagiários	3	1.968.800,00	(521.463,00)	1.968.800,00	(437.000,00)	1.010.377,00	1.010.074,81	99,97%	69,79%	1.010.074,81
	Eventos	3	-	-	-	-	-	7146,52	#DIV/0!	0,00%	-
	Serv. Gráficos, Áudio, Vídeo e Foto	3	92.000,00	-	92.000,00	-	92.000,00	66.898,46	72,72%	72,72%	66.898,46
	Serviços Judiciários	3	423.748,80	-	423.748,80	(109.000,00)	314.748,80	314.603,04	74,24%	74,24%	314.603,04
	Locação de Máquinas e Equipamentos	3	39.910,20	-	39.910,20	-	39.910,20	-	0,00%	0,00%	-
	Manutenção de Máquinas e Equipamentos	3	131.164,80	-	131.164,80	-	131.164,80	65.448,48	49,90%	49,90%	65.448,48
	Manutenção e Legalização de Veículos	3	47.923,92	-	47.923,92	-	47.923,92	73.648,87	153,68%	46,32%	22.198,97
	Material para manutenção de imóveis	3	20.000,00	-	20.000,00	-	20.000,00	-	0,00%	0,00%	-
	Material de consumo médico e odontológico	3	351.333,18	-	351.333,18	-	351.333,18	409.258,79	116,49%	83,51%	293.407,57
	Passagens para membros	3	34.031,49	-	34.031,49	-	34.031,49	11.236,62	33,02%	33,02%	11.236,62
	Passagens para servidores	3	91.977,00	-	91.977,00	-	91.977,00	88.870,83	96,62%	96,62%	88.870,83
	Ressarcimento	3	19.234,00	-	19.234,00	-	19.234,00	13.000,00	67,59%	67,59%	13.000,00
	Seguros em Geral	3	41.600,74	-	41.600,74	-	41.600,74	39.499,28	94,95%	94,95%	39.499,28
	Telefonia	3	440.000,00	-	440.000,00	-	440.000,00	428.872,51	97,47%	97,47%	428.872,51
	Tributos	3	30.594,00	-	30.594,00	-	30.594,00	60.647,50	198,23%	1,77%	540,50
	Apoio Administrativo, Técnico e Operacional de TI	3	260.880,88	-	260.880,88	-	260.880,88	699.180,00	268,01%	0,00%	-
	Locação de Software	3	-	-	-	-	-	7.990,00	#DIV/0!	0,00%	-
	Manutenção de Software	3	280.000,00	-	280.000,00	-	280.000,00	228.594,44	81,64%	81,64%	228.594,44
	Material de Processamento de Dados	3	122.000,00	-	122.000,00	-	122.000,00	24.316,84	19,93%	19,93%	24.316,84
	Serviços de Processamentos de Dados	3	700.000,00	-	700.000,00	-	700.000,00	350,00	0,05%	0,05%	350,00
	Teleprocessamento	3	5.007.400,11	-	5.007.400,11	(1.872.871,00)	3.134.529,11	3.450.963,85	110,10%	68,92%	3.450.963,85
	<b>TOTAL PO 001</b>		<b>24.292.781,96</b>	<b>(963.391,00)</b>	<b>23.329.390,96</b>	<b>(4.380.871,00)</b>	<b>18.948.519,96</b>	<b>18.815.682,69</b>	<b>99,29%</b>	<b>73,21%</b>	<b>17.078.918,72</b>
20CP- CAPACI- TAÇÃO	Capacitação de Recursos Humanos - PAC	3	441.930,00	121.463,00	563.393,00	-	563.393,00	622.012,12	110,40%	89,60%	504.773,88
	Treinamentos EJE	3	60.000,00	-	60.000,00	-	60.000,00	-	0,00%	0,00%	-
	<b>TOTAL COM CAPACITAÇÃO</b>		<b>24.794.711,96</b>	<b>(841.928,00)</b>	<b>23.952.783,96</b>	<b>(4.380.871,00)</b>	<b>19.571.912,96</b>	<b>19.435.694,81</b>	<b>99,30%</b>	<b>73,23%</b>	<b>17.540.204,60</b>

ADERÊNCIA DEZEMBRO/2018

Ação Governo	PLANO INTERNO	GND	DOTAÇÃO AUTORIZADA	CRÉDITO ADICIONAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	BLOQUEIO PARA PRIORIZAÇÃO RP	DOTAÇÃO PASSÍVEL DE EMPENHO	DESPESAS EMPENHADAS	EMPENHADO DO PASSÍVEL DE EMPENHO (%)	ADERÊNCIA (%)	EXECUÇÃO CONFORME PLANEJADO	
	<b>INVESTIMENTO</b>											
	Apoio Administrativo e Operacional	4	-	-	-	-	-	346.297,25	#DIV/0!	0,00%	-	
	Subst. do Sistema de Climatização Ambiental	4	700.000,00		700.000,00		700.000,00	108.800,00	15,54%	15,54%	108.800,00	
	Equipamentos de Informática	4	1.887.014,01		1.887.014,01		1.887.014,01	488.888,43	25,91%	25,91%	488.888,43	
	Aquisição de Software	4	-		-		-	98.000,00	#DIV/0!	0,00%	-	
20GP	Móveis	4	375.500,00		375.500,00		375.500,00	285.393,00	76,00%	76,00%	285.393,00	
	Outros equipamentos e materiais permanentes	4	256.850,00		256.850,00		256.850,00	776.448,15	302,30%	0,00%	-	
	Aquisição de veículos	4	320.000,00		320.000,00		320.000,00	1.416.800,00	442,75%	0,00%	-	
			<b>3.539.364,01</b>		<b>3.539.364,01</b>		<b>3.539.364,01</b>	<b>3.520.626,83</b>	<b>99,47%</b>	<b>24,95%</b>	<b>883.081,43</b>	
			<b>28.334.075,97</b>	<b>(841.928,00)</b>	<b>27.492.147,97</b>	<b>(4.380.871,00)</b>	<b>23.111.276,97</b>	<b>22.956.321,64</b>	<b>99,33%</b>	<b>67,01%</b>	<b>18.423.286,03</b>	





**Tribunal Regional Eleitoral**  
de Goiás